EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

e contradições sociais: pontos e contrapontos

...

Organizadores
José Mateus do Nascimento
José Moisés Nunes da Silva

editora FAMEN

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

e contradições sociais: pontos e contrapontos

JOSÉ MATEUS DO NASCIMENTO
JOSÉ MOISÉS NUNES DA SILVA

(ORGANIZADORES)

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

e contradições sociais: pontos e contrapontos

editora FAMEN

NATAL
2019

Copyright © 2019
TODOS OS DIREITOS RESERVADOS À FACULDADE METROPOLITANA NORTE RIOGRANDENSE – FAMEN. De acordo com a Lei n. 9.610, de 19/2/1998, nenhuma parte deste livro pode ser fotocopiada, gravada, reproduzida ou armazenada num sistema de recuperação de informações ou transmitida sob qualquer forma ou por qualquer meio eletrônico ou mecânico sem o prévio consentimento do detentor dos direitos autorais. O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade dos autores.

Projeto Gráfico Faculdade Metropolitana Norte Riograndense - FAMEN
Editoração Eletrônica Alexsandra Santana dos Santos Melo.
Design de Capa Eddean Riquemberg.

Conselho Editorial

Prof. Dr. **Manuel Tavares**
Prof.ª Dr.ª **Antonia Dalva França Carvalho**
Prof.ª Dr.ª **Karla Cristina Silva Sousa**
Prof.ª Dr.ª **Márcia Adelino da Silva Dias**
Prof. Dr. **Adir Luiz Ferreira**
Prof.ª Dr.ª **Elda Silva do Nascimento Melo**
Prof.ª Dr.ª **Leila Salim Leal**
Prof.ª Dr.ª **Christiane Mylena Tavares de Menezes Gameleira**
Prof.ª Dr.ª **Giovana Carla Cardoso Amorim**
Prof. Dr. **José Rodolfo Lopes de Paiva Cavalcanti**
Prof.ª Dr.ª **Kadydja Karla Nascimento Chagas**
Prof. Dr. **Avelino Aldo de Lima Neto**
Prof. Dr. **Sérgio Luiz Bezerra Trindade**
Prof. Dr. **Eduardo Henrique Cunha de Farias**
Prof. Ms. **João Maria de Lima**

Editores-chefe

Prof.ª Dr.ª **Andrezza M. B. do N. Tavares**
Prof. Dr. **Fábio Alexandre Araújo dos Santos**

Catalogação da Publicação na Fonte /
Bibliotecária Alexsandra Santana dos Santos Melo CRB-15/530

E25 Educação Profissional e contradições sociais: pontos e contrapontos / José Mateus do Nascimento, José Moisés Nunes da Silva (organizadores). – Natal: Faculdade Metropolitana Norte Rio-grandense, 2019.
217 p.

ISBN 978-85-93540-23-3.
DOI https://doi.org/10.36470/famen.2019.l1

1.Educação profissional. 2. Contradições Sociais. I. – Nascimento, José Mateus do. org. II. – Silva, José Moisés Nunes da. Org. III. – Título.

.
CDU 37

FACULDADE METROPOLITANA NORTE RIOGRANDENSE - FAMEN
Rua São Severino, 18 – Bom Pastor, Natal - RN, 59060-040
(84) 3653-6770.

Sumário

PREFÁCIO 6
Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares
INTRODUÇÃO 9
Francinaide de Lima Silva Nascimento
EIXO 1 - FUNDAMENTOS POLÍTICOS, FILOSÓFICOS E HISTÓRICOS 15
CAPÍTULO 1 TRABALHO EM TEMPOS DE MODERNIDADE E GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL 16
Karolynne Ingrid de Medeiros Alves
Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares
José Moisés Nunes da Silva
https://doi.org/10.36470/famen.2019.lc1
CAPÍTULO 2 LINHA ABISSAL ENTRE ORDEM DO CAPITAL E TRABALHO INFORMAL 23
Jéssica Souza Martins
Francinaide de Lima Silva Nascimento
Olivia Morais de Medeiros Neta
https://doi.org/10.36470/famen.2019.lc2
CAPÍTULO 3 REFLEXÃO SOBRE A TRILOGIA: CONSTRUÇÃO CIVIL, (IN)SEGURANÇA DO TRABALHO E ORDEM CAPITAL 31
Kalliny Kelly da Silva Cunha
Luciana Maria de Lima Silva Nóbrega
José Moisés Nunes da Silva
https://doi.org/10.36470/famen.2019.lc3
CAPÍTULO 4 SOCIEDADE CIVIL MOBILIZADA: CONTRAPONTO AO ESTADO AMPLIADO 39
Maria Jane de Queiroz
José Moisés Nunes da Silva
https://doi.org/10.36470/famen.2019.lc4
CAPÍTULO 5 O TRABALHO DO TÉCNICO DE ENFERMAGEM NO BRASIL E O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE 46
Maria José Fernandes Torres
Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares
José Moises Nunes da Silva

https://doi.org/10.36470/famen.2019.lc5
CAPÍTULO 6 CONDIÇÕES PRECÁRIAS DE TRABALHO DOS AGENTES COLETORES DE LIXO 55
Tarciana Carvalho Gurgel de Azevedo
José Mateus do Nascimento
https://doi.org/10.36470/famen.2019.lc6
CAPÍTULO 7 ARTESANATO: BASE DA ECONOMIA SOLIDÁRIA 69
Andréia Karina de Lira
Arionaldo Gilvanny Paulino Miranda
José Moisés Nunes da Silva
https://doi.org/10.36470/famen.2019.lc7
CAPÍTULO 8 TRABALHO: CAPACIDADE INTEGRALMENTE HUMANA DE ALTERAR A REALIDADE 77
Ramon Evangelista dos Anjos Paiva
José Mateus do Nascimento
https://doi.org/10.36470/famen.2019.lc8
CAPÍTULO 9 CONSELHO DE CLASSE E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: UMA RELAÇÃO SIMBIÓTICA LIBERTADORA 85
Bernardino Galdino de Sena Neto
Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares
https://doi.org/10.36470/famen.2019.lc9
CAPÍTULO 10 ENTRE AS FRUTAS E O DINHEIRO: HISTORIOGRAFIA DO TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA BRASILEIRA 97
Antonio Max Ferreira da Costa
José Mateus do Nascimento
https://doi.org/10.36470/famen.2019.lc10
CAPÍTULO 11 TRABALHO DOMÉSTICO E A PRESENÇA MARCANTE DO GÊNERO FEMININO 108
Gilsilene Ribeiro da Silva
Francinaide de Lima Silva
https://doi.org/10.36470/famen.2019.lc11
CAPÍTULO 12 INTERFACES ENTRE FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL 117
Luciano Francisco dos Santos
Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares
https://doi.org/10.36470/famen.2019.lc12
CAPÍTULO 13 FINANCIAMENTO PARA A EDUCAÇÃO DOS TRABALHADORES: DIREITO CONSTITUCIONAL 124
Silvania Francisca Dantas

José Mateus do Nascimento
https://doi.org/10.36470/famen.2019.lc13
EIXO 2 – FORMAÇÃO DE PROFESSORES, CURRÍCULO E PRÁXIS.....132
CAPÍTULO 14 TRABALHO DOCENTE: PROFESSOR REFLEXIVO E *PRÁXIS* NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO IFRN 133
Mônica de Lima Pereira
Ilane Ferreira Cavalcante
https://doi.org/10.36470/famen.2019.lc14
CAPÍTULO 15 PIBID IFRN COMO ALTERNATIVA DE INTEGRAÇÃO ENTRE FORMAÇÃO DE PROFESSORES, EDUCAÇÃO BÁSICA E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL 144
Maria Judivanda da Cunha
Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares
Flávio Urbano da Silva
https://doi.org/10.36470/famen.2019.lc15
CAPÍTULO 16 CONTRIBUIÇÕES FORMATIVAS DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA PARA AS LICENCIATURAS DO IFRN 153
Luiz Antonio da Silva dos Santos
Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares
https://doi.org/10.36470/famen.2019.lc16
CAPÍTULO 17 PRÁTICA CORPORAL POR MEIO DA CONEXÃO SER HUMANO-NATUREZA-CULTURA 165
Iracyara Maria Assunção de Souza
Ilane Ferreira Cavalcante
https://doi.org/10.36470/famen.2019.lc17
CAPÍTULO 18 EDUCAÇÃO CONSTRUTIVISTA COMO CONTRAPONTO À ESCOLA MECANICISTA 174
Rafaela Caroline Alves dos Santos
Lessandra Paula Targino de Oliveira
Francinaide de Lima Silva Nascimento
https://doi.org/10.36470/famen.2019.lc18
CAPÍTULO 19 PAULO FREIRE E A EXTENSÃO RURAL: O DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO NA COMUNIDADE DO CATU (CANGUARETAMA-RN).....180
Raiana Marjorie Amaral de Oliveira
José Mateus do Nascimento
Francinaide de Lima Silva Nascimento
https://doi.org/10.36470/famen.2019.lc19
CAPÍTULO 20 EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO LIBERTADORA DO CAPS JOÃO CÂMARA 188

Janaína Nunes Rodrigues
Jéssica Severo da Silva
Francinaide de Lima Silva Nascimento
https://doi.org/10.36470/famen.2019.lc20
CAPÍTULO 21 A ARTE NA FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL: ENTRE O FORMAL E O INFORMAL 196
Alanderson Maxson Ferreira do Nascimento
Francilene Cosme da Silva Rebouças
Francinaide de Lima Silva Nascimento
https://doi.org/10.36470/famen.2019.lc21
CAPÍTULO 22 FOTOGRAFIA, PEÇA DE EXPRESSÃO DE SENTIDOS E OPÇÃO METODOLÓGICA CRÍTICA 204
Fabiano Ribeiro Dantas
Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares
José Moisés Nunes da Silva
https://doi.org/10.36470/famen.2019.lc22
POSFÁCIO..... 213
Leila Salim Leal

Prefácio

O *e-book* intitulado “Educação Profissional e contradições sociais: pontos e contrapontos” foi concebido a partir da valorização de práticas integradoras desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN).

O contexto de sua criação remete à experiência docente em nível *stricto sensu* realizada por professores pesquisadores que atuam na disciplina Processos Cognitivos, Teorias da Aprendizagem e Educação Profissional, no PPGEP, no período de 2018 a 2019.

Os professores autores da desafiante atividade pedagógica – Dra. Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares, a Dra. Francinaide de Lima Silva Nascimento e o Dr. José Mateus do Nascimento – realizaram diversos ciclos formativos que articularam ensino, pesquisa e produção de conhecimento para o campo da Educação Profissional crítica.

Na dinâmica do desenvolvimento da experiência, os autores dos capítulos foram orientados a produzir fotografia como metodologia de pesquisa pertinente ao campo da educação sensível, bem como a se apropriar de repertório bibliográfico específico da Educação Profissional transformadora.

Nessa direção, o presente *e-book* foi organizado contemplando 22 capítulos que cumprem o objetivo de ressaltar a experiência de produção de sentidos por meio de fotografias com respectivas análises bibliográficas críticas. Dito de outra forma, os capítulos têm o interesse central de socializar pesquisas qualitativas que colaborem com o alargamento da formação crítica, do pensamento interdisciplinar e da Educação Profissional emancipadora.

Os capítulos desta publicação digital foram integralmente produzidos por mestrandos, doutorandos e professores pesquisadores vinculados ao PPGEP. O

desafio da experiência integradora e interdisciplinar conduziu cada integrante das pesquisas a: 1) estimular o desenvolvimento da educação visual, do olhar sensível e de narrativas acadêmicas por meio da fotografia enquanto expressão de sentido; 2) afirmar práticas assertivas para o desenvolvimento do currículo e de práticas integradoras; e, 3) ampliar o repertório sobre expressão de arte, formação humanística cultural e Educação Profissional.

Para a sistematização dos capítulos, os autores realizaram imersão em distintas etapas didáticas e ciclos de atividades formativas que impulsionaram os movimentos da experiência pedagógica, todas alinhadas com os objetos de estudo da disciplina Processos Cognitivos, Teorias da Aprendizagem e Educação Profissional.

Dinâmica da Prática Integradora de professores do PPGEP

Etapas didáticas	Ciclos de atividades formativas
1 Fundamentação conceitual relacionadas ao conceito de Educação Profissional	✓ Grupo focal sobre a música “comida” do grupo Titãs. ✓ Minicurso conceitual sobre a obra “O Capital” de Marx.
2 Laboratório prático de fotografia	✓ Oficina sobre produção fotográfica. ✓ Trabalho de campo para produção de fotografia. ✓ Exposição fotográfica.
3 Sistematização das narrativas dos capítulos	✓ Produção de texto respeitando as regras acadêmicas solicitadas pela editora da publicação, a Editora FAMEN. ✓ Apresentação da experiência em evento sobre educação profissional.

A etapa didática inicial – fundamentação conceitual relacionadas ao conceito de Educação Profissional – os autores priorizaram o diálogo sobre a Educação Profissional por meio do estudo do livro clássico A Ideologia Alemã, de Karl Marx. As principais ideias estudadas na obra foram: força produtiva, relação produtiva, classe social, divisão social do trabalho, propriedade privada, meios de produção, mercadoria, alienação, ideologia, aparelhos coercitivos, consciência possível, consenso, reificação, entre outros.

A segunda etapa – laboratório prático de fotografia – compreendeu estudo individual realizado em situação de trabalho de campo. Antes dos registros

fotográficos, os estudantes participaram de oficina sobre fotografia por meio de *smartphones* e, em seguida, foram orientados para a produção de registros fotográficos sensíveis em espaços escolares ou não escolares.

Finalmente, a terceira etapa – sistematização das narrativas dos capítulos – foi desenvolvida na perspectiva acadêmica incluindo os estudos e práticas realizados nas etapas anteriores. Os autores dos 22 capítulos foram orientados a sistematizar o conhecimento acadêmico produzido na disciplina a luz das solicitações do fluxo editorial da Editora FAMEN, Instituição responsável pela publicação acadêmica desta obra. Esse momento também foi marcado por plena conexão entre professores pesquisadores do PPGEP e orientandos.

O trabalho criativo e coletivo foram os fios condutores das práticas integradoras sistematizadas nesse livro digital. Sem dúvida, a leitura de cada capítulo será um exercício prazeroso para a aquisição de conhecimento sobre o campo epistêmico da Educação Profissional na medida em que socializa imagens fotográficas, análises bibliográficas e sugestões de produções pedagógicas integradoras.

Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares

Introdução

> “Privatizaram sua vida, seu trabalho, sua hora de amar e seu direito de pensar. É da empresa privada o seu passo em frente, seu pão, seu salário. E agora não contente querem privatizar o conhecimento, a sabedoria, o pensamento, que só à humanidade pertence.”
>
> [Bertold Brecht – De vida, da sabedoria, da dor, de idade].

O livro que apresentamos à comunidade acadêmica-científica sob o título *Educação Profissional e contradições sociais: pontos e contrapontos* compõe a Coleção Múltiplos Olhares sobre Educação Profissional e tem por escopo fundir as diversas linguagens a fim de permitir uma experiência estética de leitura textual e imagética.

Está organizado em dois eixos: *Eixo 1 – Fundamentos Políticos, Filosóficos e Históricos* e *Eixo 2 – Formação de Professores, Currículo e Práxis*. Trata de reflexões de acadêmicos no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional/PPGEP, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte/IFRN, articulando as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas por docentes e pós-graduandos regulares e inscritos na condição de alunos especiais. Particulariza, sobretudo, produções escritas decorrentes de pesquisas e da disciplina *Processos Cognitivos na Educação de Jovens e Adultos*, nos semestres letivos 2018.1 e 2019.1.

Reunindo treze textos, o *Eixo 1 – Fundamentos Políticos, Filosóficos e Históricos* tem por tônica a discussão do tema trabalho em suas relações com a Educação Profissional sob a perspectiva da política, filosofia e história.

No texto *Trabalho em tempos de Modernidade e Globalização Neoliberal*, as autoras Karolynne Ingrid de Medeiros Alves e Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares evidenciam em linguagem contundente as nuances assumidas pelo trabalho no contexto de projetos de sociedade ensejadas pela globalização

neoliberal, demonstrando o amplo desenvolvimento do trabalho informal, necessário à sobrevivência dos que o realizam contra hegemonicamente aos interesses do capital.

O capítulo *Linha Abissal entre Ordem do Capital e Trabalho Informal*, escrito por Jéssica Souza Martins e Francinaide de Lima Silva Nascimento, traz à baila uma crítica incisiva à exclusão provocada pelo capital, como também às desigualdades evidentes nas condições de trabalho e na expropriação de direitos essenciais ao trabalhador. Propugnam a emergência de uma escravidão (in) consciente desse com fins à acumulação flexível para outrem.

De autoria de Kalliny Kelly da Silva Cunha, Luciana Maria de Lima Silva Nóbrega e José Moisés Nunes da Silva, o capítulo intitulado *Reflexão sobre a trilogia: Construção Civil, (In)Segurança do Trabalho e Ordem Capital* trata das relações de trabalho na sociedade contemporânea sob o crivo do capital. Ao lançar luz ao setor da construção civil, denuncia o alto índice de acidentes de trabalho, em decorrência da insegurança e precárias condições em que ocorrem as transformações geográficas nas cidades contemporâneas; todavia, ressalta a importância da busca por práticas humanizadas nesse meio áspero.

Em *Sociedade Civil Mobilizada: contraponto ao Estado Ampliado*, Maria Jane de Queiroz e José Moisés Nunes da Silva, desvelam as nuances da participação social em consonância com os ditames do Estado de Direito, revelando o protagonismo social nas ações do Estado. Em diálogo com as ideias de Antonio Gramsci, apontam a atual conjuntura brasileira, em que há uma resistência contra a deliberada atuação para dominação ideológica pela *mass media* com a veiculação de *fake news*.

O trabalho do Técnico em Enfermagem no Brasil e o Sistema Único de Saúde é o título da produção textual de Maria José Fernandes Torres em co-autoria com Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares, em que discorrem acerca das relações entre a constituição e consolidação do Sistema Único de Saúde/SUS no Brasil por meio do trabalho realizado na área de Enfermagem. Divergem sobre a proposta de precarização, flexibilização e informalidade que ameaça o setor.

A precarização do trabalho realizado pelos agentes coletores de lixo em Natal-RN é o enfoque do texto *Condições precárias de trabalho dos Agentes Coletores de Lixo*, de Tarciana Carvalho Gurgel de Azevedo e José Mateus do

Nascimento. Entre outros assuntos, denuncia o descarte das mercadorias da sociedade de consumo, as condições precárias na realização do trabalho insalubre daqueles que são responsáveis pela última etapa do sistema de produção.

Em *Artesanato: base da Economia Solidária*, de autoria de Andréia Karina de Lira e José Moisés Nunes da Silva, as relações de trabalho sustentável realizado pelas comunidades são enfatizadas enquanto possibilidade de construção de uma sociedade mais igualitária a partir do trabalho.

Ramon Evangelista dos Anjos Paiva e José Mateus do Nascimento apresentam a reflexão em torno do trabalho em suas relações com a ontogênese e sociogênese no capítulo intitulado *Trabalho: capacidade integralmente humana de alterar a realidade.* Ao discutirem pujantemente a "hominização" e a "alienação", perspectivam a transformação da sociedade a partir da educação integral.

A gestão democrática escolar é tema da produção textual *Conselho de Classe e Educação Profissional: uma relação simbiótica libertadora*, escrito por Bernardino Galdino de Sena Neto e Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares. Nesse texto, destacam a simbiose entre os marcos legais da educação brasileira e o currículo da escola básica, operada a partir dos esforços intelectuais dos trabalhadores em educação, na construção de uma tomada de decisões que envolva os diversos agentes escolares.

Entre as frutas e o dinheiro: historiografia do trabalho na sociedade capitalista brasileira é o título do texto de Antonio Max Ferreira da Costa e José Mateus do Nascimento, em que os enfoques históricos ganham contornos na reflexão acerca do capital e seu projeto societário contemporâneo. Expressa a fotografia enquanto uma produção histórica que representa uma realidade, responsável por desenhar com luz e evidenciar o contraste de elementos; no caso em tela, o registro fotográfico capturado confirma o embate entre o capital monetário e o capital cultural no contexto plural de trabalho em uma feira livre.

As relações de gênero são o enfoque do texto *Trabalho Doméstico e a presença marcante do gênero feminino*, de autoria de Gilsilene Ribeiro da Silva e Francinaide de Lima Silva Nascimento, em que as condições e a valorização do trabalho feminino são historicamente analisadas enquanto secundarizadas, quando não "invisibilizados" socialmente.

Os autores Luciano Francisco dos Santos e Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares refletem acerca das *Interfaces entre Formação Humana Integral e Educação Profissional*, por meio de diferentes perspectivas ensejadas pela politecnia: o esporte, a arte e a educação.

O financiamento da educação enquanto dispositivo para assegurar um direito é o foco da discussão *Financiamento para a Educação dos Trabalhadores: direito constitucional*, de Silvania Francisca Dantas e José Mateus do Nascimento, no qual desvelam um problema atual da educação pública – o contingenciamento de recursos ao setor, e problematizam o direito à educação, assegurado pela Carta Magna (1988).

O *Eixo 2 – Formação de Professores, currículo e práxis*, aglutina nove textos cujo teor é a discussão sobre as práticas docentes que envolvem o currículo e a formação inicial e continuada de docentes, em seus aspectos teóricos e práticos.

Com o título *Trabalho Docente: professor reflexivo e práxis na Educação Profissional do IFRN*, as autoras Mônica de Lima Pereira e Ilane Ferreira Cavalcante, refletem acerca da necessária postura do professor reflexivo, sobretudo, na Educação Profissional, e fazem emergir autores fundantes como Francisco Imbernón Munoz e Maurice Tardif, com os quais fazem a interlocução sobre a *práxis* docente.

Tematizando o *PIBID IFRN como alternativa de integração entre Formação de Professores, Educação Básica e Educação Profissional*, Maria Judivanda da Cunha, Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares e Flávio Urbano da Silva apresentam discussões sobre o Programa de Iniciação à Docência no IFRN e evidenciam os delineamentos e particularidades assumidos institucionalmente pelo programa e seus contributos ao estreitar as relações ensino público básico e superior a partir dos cursos de licenciaturas.

De modo semelhante, sob o título *Contribuições Formativas do Programa Residência Pedagógica para as Licenciaturas do IFRN*, o texto apresentado por Luiz Antonio da Silva dos Santos e Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares, traz à baila o Programa Residência Pedagógica, desvelando as nuances no cenário do IFRN. Corrobora, na instituição, os esforços à produção do conhecimento acerca da formação inicial e continuada de professores das redes públicas, tendo por campo epistêmico a Educação Profissional.

De autoria de Iracyara Maria Assunção de Souza e Ilane Ferreira Cavalcante, o texto *Prática Corporal por meio da conexão ser humano-natureza-cultura* revela os aspectos da vivência integral humana a qual pressupõe estreita relação com o lazer e a prática corporal na promoção do sujeito ontológico.

Educação Construtivista como contraponto à Escola Mecanicista é o capítulo apresentado por Rafaela Caroline Alves dos Santos, Lessandra Paula Targino de Oliveira e Francinaide de Lima Silva Nascimento, o qual emite uma crítica contundente à escola tradicional e suas práticas, sobretudo, quanto a morte da criatividade em uma ampla oposição à escola construtivista e o enaltecimento do desenvolvimento das múltiplas inteligências.

Raiana Marjorie Amaral de Oliveira, José Mateus do Nascimento e Francinaide de Lima Silva Nascimento, por sua vez, intitulam o texto *Paulo Freire e a Extensão Rural: o diagnóstico participativo na Comunidade do Catu (Canguaretama-RN)*, cuja reflexão se fundamenta na atuação popular, inclusiva, no protagonismo daqueles que se reconhecem como leitores e construtores de um novo mundo.

De modo análogo, o texto de autoria de Francilene Cosme da Silva Rebouças, Janaína Nunes Rodrigues e Jéssica Severo da Silva, sob o título *Experiência de Educação Libertadora do CAPS João Câmara* tematiza as contribuições freireanas e participação popular com a inclusão interventiva pela garantia da dignidade no atendimento básico de serviços de saúde às pessoas com necessidades especiais na região camarense.

A Arte na Formação Humana Integral: entre o formal e o informal, apresentado por Alanderson Maxson Ferreira do Nascimento e Francinaide de Lima Silva Nascimento, demonstra as frágeis relações de trabalho em que o artista contemporâneo desempenha seu fazer; ao mesmo tempo, enfatiza a linguagem musical como necessária à formação humana integral da classe trabalhadora, amalgamada pela reflexão das categorias educação e trabalho.

Fotografia como peça de comunicação e expressão de sentidos é o texto de Fabiano Ribeiro Dantas, Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares e José Moisés da Silva Nunes, o qual discorre acerca do despertar da consciência crítica. A partir da análise do registro fotográfico de um fragmento do cotidiano de uma idosa pensionista, ponderam acerca dos condicionantes da cultura machista os quais

incidiram na faixa geracional da mulher. Apontam o trabalho e o valor das *práxis* como transformadores sociais.

Ao promoverem suas reflexões, os autores nos brindam com um caleidoscópio de possibilidades às análises do processo ontológico e sociológico em que estão implicados trabalho e educação. Sem atenuar as críticas e denúncias à sociedade contemporânea, buscam respostas às muitas questões evidenciadas. Contudo, não nos deixam desvencilhar da belíssima poética brechtiana em alusão à realidade da classe trabalhadora. “Privatizaram sua vida, seu trabalho, sua hora de amar e seu direito de pensar/ É da empresa privada o seu passo em frente, seu pão, seu salário/ E agora não contente querem privatizar o conhecimento, a sabedoria, o pensamento, que só à humanidade pertence”, afirmara Bertold Brecht. Retomando-o, nesse exercício de refletir a educação e o trabalho em suas dimensões onto e sociogenética, “pergunte sempre a cada ideia: a quem serves?” Que as ideias dos pesquisadores e intelectuais da educação sirvam à luta pela educação pública gratuita e de qualidade no Brasil.

Francinaide de Lima Silva Nascimento

Eixo 1

Fundamentos políticos, filosóficos e históricos

Capítulo 1

TRABALHO EM TEMPOS DE MODERNIDADE E GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL

Karolynne Ingrid de Medeiros Alves[1]
Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares[2]
José Moisés Nunes da Silva[3]

Fonte: Karolynne Ingrid de Medeiros Alves

RESUMO

A Fotografia, registrada no dia 20 de maio de 2019, diz respeito ao *shopping center Midway Mall*, localizado na cidade de Natal/RN, com a representação das

[1] Graduada em Ciências Atuariais. Bacharel em Direito. Especialista em Direito Penal e Processual Penal. Pós-graduanda em Investigação Criminal e Perícia Forense. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: karolynneingrid10@gmail.com

[2] Doutora em Educação. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. E-mail: andrezza.tavares@ifrn.edu.br.

[3] Doutor em Educação. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. E-mail: moises.silva@ifrn.edu.br.

marcas que ostenta em seu interior em contraposição aos trabalhadores informais que se estabelecem em sua frente. A reprodução artística revela que mesmo em tempos de modernidade e de globalização neoliberal, evidenciada pelas empresas multinacionais na imagem, o mercado de trabalho informal continua em pleno desenvolvimento. O objetivo do capítulo é problematizar as formas de trabalho presentes na modernidade e na globalização neoliberal. A metodologia utilizada foi a produção fotográfica e a revisão bibliográfica utilizando a dialética como fio condutor das análises. Os resultados da experiência apontam que a imagem fotográfica em articulação com os conceitos, proporciona o desenvolvimento da estética da sensibilidade, a constatação da presença de trabalho formal nos diversos ramos econômicos nesse centro comercial e que, mesmo em tempos de modernidade e globalização neoliberal, persiste, contra hegemonicamente, o trabalho informal, caracterizado pela sobrevivência humana.

Palavras-chave: Trabalho. Modernidade. Globalização neoliberal.

INTRODUÇÃO

O registro fotográfico tem elemento norteador o *shopping center Midway Mall*, localizado na cidade de Natal/RN, e faz alusão a três situações que possuem conceitos distintos, mas que se entrelaçam no cenário representado: o trabalho, a modernidade e a globalização neoliberal.

A categoria trabalho, historicamente, assume características específicas de acordo com os diferentes modos sociais de produção material. No sentido ontológico, o trabalho é a atividade socialmente necessária à reprodução da existência humana, em que o homem, ao atuar conscientemente sobre a natureza, cria e recria sua própria existência. Do ponto de vista da produção capitalista, o trabalho é reduzido a uma mercadoria, denominada força de trabalho, que os donos do capital compram *livremente* do trabalhador no mercado de trabalho em troca de um salário (SILVA, 2014).

A modernidade, de forma geral, é um período que está associado à realidade social, cultural e econômica. Nesse sentido, concordamos com Bresser-Pereira (2014, p. 4), ao afirmar que a modernidade “[...] é o resultado da ruptura com a ideia simples de um presente histórico; é a consciência dela mesma pela sociologia na medida em que os sociólogos compreendem que são parte dessa modernidade e querem lhe dar sentido.”

E globalização neoliberal diz respeito ao processo de integração econômica, social, cultural e política internacional. Segundo Souza Santos, a globalização neoliberal,

> [...] globalização neoliberal corresponde a um novo regime de acumulação do capital, um regime mais intensamente globalizado que os anteriores, que visa, por um lado, dessocializar o capital, libertando-o dos vínculos sociais e políticos que no passado garantiram alguma distribuição social e, por outro lado, submeter a sociedade no seu todo à lei do valor, no pressuposto de que toda atividade social é mais bem organizada quando organizada sob a forma de mercado. A consequência principal desta dupla transformação é a distribuição extremamente desigual dos custos e das oportunidades produzidos pela globalização no interior do sistema mundial, residindo aí a razão do aumento exponencial das desigualdades sociais entre países ricos e países pobres e entre ricos e pobres no interior do mesmo país (SANTOS, p. 15).

Posto isto, contraditoriamente, a imagem fotográfica revela a desigualdade que existe em termos do trabalho na sociedade capitalista, ou seja, em um centro comercial que possui inúmeros empregos formais, por onde transita pessoas com padrão de vida considerável, que adquirem produtos de marcas internacionais, há trabalhadores na calçada do *shopping* que exercem um trabalho informal para a sua subsistência.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA CONCEITUAL

Historicamente, o trabalho não se firmou na perspectiva ontológica, em que o homem, ao atuar conscientemente sobre a natureza, cria e recria sua própria existência e, sim, na da dominação de classe, de modo que na sociedade capitalista, assume a forma de trabalho assalariado (SILVA, 2014).

Nessa sociedade, devido a divisão social do trabalho, o trabalhador não tem envolvimento com o que está produzindo, pois não tem conhecimento de todo o processo produtivo, é um alienado, posto que executa uma única, simples e repetitiva tarefa na linha de montagem.

Na modernidade, em razão da globalização neoliberal, o mercado de trabalho passou a ser cada vez mais exigente e concorrido, o que, por um lado, implica na existência de um exército populacional de reserva disposto a disputar vagas para o exercício de trabalho formal e, por outro, um grande contingente populacional

desprovido de qualificação profissional que busca no trabalho informal, o meio de garantir a sua subsistência.

Segundo Damião e Félix (2013), a modernidade encontrou seu alicerce na ruptura e multiplicações de instituições e padrões, respectivamente. Em que pese possuir sua base de sustentação em novas formas de regulação social não havia o interesse de destruir os elementos já solidificados. Ademais, para a implementação da modernidade houve efeitos primordialmente imprevisíveis, os quais foram fruto da nova ordem capitalista.

De acordo com Bresser-Pereira (2014), modernidade e capitalismo são fenômenos similares podendo distingui-los relacionando o capitalismo a política e a economia e a modernidade ao social e cultural, mas são conceitos que muitas vezes são utilizados como sinônimos.

A globalização é um fenômeno histórico, que diz respeito, a um conjunto de processos sociais que criam, multiplicam e intensificam interdependências sociais em escala mundial, e encorajam nas pessoas uma consciência crescente de ligações cada vez mais profundas entre o local e o longínquo. (STEGER, 2006).

Assim, o processo de globalização opera simultaneamente as dimensões tecnológica, econômica, política, cultural e social, aproximando pessoas e mercadorias em todo o mundo.

A agenda neoliberal implicou na ressignificação do papel do Estado que passou a exercer um novo paradigma econômico, tendo como efeito, a desigualdade econômica e, por conseguinte, a social.

Essa agenda, orientada por organismos internacionais, consiste em: redução da influência do Estado na economia; amplo processo de privatização das empresas estatais; redução ou eliminação dos direitos sociais dos trabalhadores; a criação de um exército de reserva de trabalhadores; e intenso processo de reestruturação produtiva, mediante a introdução de novas tecnologias e formas de organização da produção e do trabalho (ANDERSON, 1995).

Além disso, é relevante ressaltar que no campo econômico há o domínio de grandes empresas em razão do desenvolvimento tecnológico, e como tal, exerce grande influência no mercado de trabalho, selecionando trabalhadores que possuem maior conhecimento e qualificação, acarretando a elitização da cultura e a hierarquização dos saberes.

Assim, a modernidade e a globalização neoliberal influenciam na produtividade e na competitividade da produção capitalista e tem como efeito colateral o aumento da desigualdade social e o trabalho informal, um fenômeno social que assume dimensões extraordinárias nos chamados países de capitalismo periférico, como o Brasil.

Sendo assim, é inequívoco observar que o sistema capitalista, a modernidade e a globalização neoliberal têm uma parcela expressiva de contribuição para a lógica mercadológica, contribuindo para o aumento do desemprego e o exercício de trabalhos informais e até mesmo subempregos, em nome da subsistência humana.

Enfim, a imagem fotográfica nos permite refletir sobre a questão dos trabalhos formais e informais e a figura do empresário, sobretudo o internacional, que pertence a mais alta cúpula financeira da sociedade. E quando realizamos essa conexão é exatamente nesse momento que conseguimos ver, literalmente, o que está por trás da fotografia e estabelecer a crítica ao sistema capitalista em meio a globalização neoliberal que acaba gerando um problema social de ordem comunitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo exposto, estabelecemos, por meio da fotografia, a articulação entre trabalho, modernidade e globalização neoliberal. No que concerne ao trabalho observamos tanto a presença da atividade formal como da informal que é justamente o que causa o impacto visual negativo, mas que demonstra a força contra hegemônica do trabalhador, como forma de garantir a sua subsistência.

Já a modernidade pode ser considerada como sinônimo do sistema capitalista de produção, no qual se persegue maior produtividade e diminuição de gastos, acarretando a substituição do trabalho vivo (humano) pelo trabalho morto (máquinas) e, em consequência, o aumento do desemprego, do subemprego e do trabalho informal.

Podemos inferir que a globalização neoliberal, ao propor um desenvolvimento social-econômico no sentido de progresso sustentado pelas novas tecnologias, exigem que os trabalhadores busquem qualificação para pleitearem uma vaga no mercado de trabalho extremamente competitivo. E quando não conseguem um lugar

formal nesse mercado, buscam resolver de forma individual, mediante o exercício do trabalho informal.

Diversas são as razões para a existência do trabalho informal e até mesmo do subemprego, mas, de fato, é incontroverso dizer que o mercado de trabalho no sistema capitalista está saturado em razão do processo de globalização neoliberal.

Ressaltamos que trabalhar no comércio formal como o ilustrado na fotografia – *shopping center Midway Mall* – não significa que estão alocados apenas os profissionais de maior aptidão técnica ou com nível de escolaridade mais alta e, sim, os que possuem o melhor currículo e mais experiência.

Da mesma forma, é certo afirmar que existe mais profissionais com nível superior ocupando lugar no contingente de desempregados do que trabalhando como vendedor ou operador de caixa nesse *shopping*.

Por fim, o fito da fotografia foi denunciar a desigualdade social existente lado a lado, onde na calçada está um trabalhador que busca alternativas para subsistir e no interior do *shopping* estão marcas internacionais que também possuem funcionários com maiores qualificações e os empresários que lucram e mantém um padrão de vida elevado, totalmente dissociado dos que sobrevivem do subemprego, na sociedade do capital.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. *In:* SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo:** as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 09-23.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Modernidade neoliberal. **RBCS**, v. 29 n. 84, p. 87-102, fev. 2014.

DAMIÃO, Abraão Pustrelo; FÉLIX, Sueli Andruccioli. Modernidade e globalização neoliberal: a “nova” condição do trabalho e dos trabalhadores no contexto da mentalidade de curto prazo. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 16, n. 2, p. 211-25, 2013.

COUTINHO, Maria Chalfin; FURTADO, Odair; RAITZ, Tânia Regina (Orgs.). **Psicologia social e trabalho**: perspectivas críticas. Florianópolis: ABRAPSO Editora: Edições do Bosque CFH/UFSC, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Prefácio. *In:* SANTOS, Boaventura de Sousa. (Org.). **Produzir para viver:** os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 13-22.

SILVA, José Moisés Nunes da. **Concepções de formação profissional técnica de nível médio adotadas pelo IFRN**: especificidades e (des)continuidades. 2014. 201f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2014.

STEGER, Manfred B. **A globalização**. Tradução Ana Tanque e Helena Serrano. Vila Nova de Famalicão: Quasi Edições, 2006.

Capítulo 2

LINHA ABISSAL ENTRE ORDEM DO CAPITAL E TRABALHO INFORMAL

Jéssica Souza Martins[4]
Francinaide de Lima Silva Nascimento[5]
Olivia Morais de Medeiros Neta[6]

Fonte: Jéssica Souza Martins

RESUMO

A fotografia registrada em 15 de maio de 2019, na Avenida Presidente Bandeira, no bairro do Alecrim, em Natal-RN, simboliza a dualidade da visão do mercado. Ilustra, de um lado, o capital financeiro e, do outro, o mercado informal. A disparidade das circunstâncias é uma realidade corriqueira no cotidiano dos países em desenvolvimento em que é coroada a polarização entre a ideação capitalista e o

[4] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. E-mail: jss.martins@hotmail.com.br
[5] Doutora em Educação. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. E-mail: francinaide.silva@ifrn.edu.br
[6] Doutora em Educação. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: olivaneta@gmail.com

setor da informalidade. Delimita-se, portanto, por objetivo desenvolver revisão bibliográfica sobre o capital financeiro e mercado informal. Para isso, apresenta-se: a concepção de trabalho, conforme Marx (1996); a concepção de capitalismo e de pós-modernidade, de acordo com Friedman (1988) e Antunes (2009); a concepção de capital financeiro, segundo Heiferdinf (1985); e, por fim, a concepção mercado informal, conforme Antunes (2004). A discussão resulta no entendimento de que há uma escravidão (in)consciente operada pelas formas de trabalho emergentes, as quais são percebidas (ou não), em troca de um valor, com fins à acumulação flexível para outrem, o qual não é, de forma alguma, o trabalhador.

Palavras-chave: Categoria trabalho. Capitalismo financeiro. Mercado informal.

INTRODUÇÃO

O sistema capitalista na era da pós-modernidade reúne todas as experiências de outrora intensificando a busca pelo poder e lucro. Segundo Harvey (1992) este momento caracteriza-se por novas concepções relacionadas com a transformação do espaço-tempo, a vida urbana e as formas mais flexíveis da acumulação de capital, incidindo diretamente nas formas de trabalho, bem como nas diversas maneiras de sua exploração e precarização.

A lógica da globalização neoliberal propõe novas formas de praticar comércios e empreendimentos fortalecidos com a possibilidade dos investimentos em todo o território global. Com a 3ª Revolução Industrial, o desenvolvimento da nanotecnologia, as eliminações das fronteiras e o avanço das tecnologias da informação, propiciou-se uma nova forma de economia em rede.

Desta maneira, a economia global passou a operar em rede e o capital, a ser gerenciado pelo mercado financeiro (CASTELLS, 1999). Este novo modo móvel e veloz de agir, reúne as características das fases passadas do capital apresentando preocupações em comum como: redução de custos da produção; ampliação de mercado; aumento da produtividade e o aceleramento do giro do capital (ANTUNES, 2009). Por outro lado, enfatiza-se que as formas de expropriação de direitos e as seguranças trazidas pelas legislações trabalhistas nos últimos tempos fragilizadas ao redor do mundo, denotam os impactos mais pujantes do capitalismo na atualidade.

Para o sistema capitalista, a maneira primária para alcançar esses objetivos é a redução dos custos da mão de obra. Para isso, deve-se buscar países em que a mão-de-obra seja mais barata, fortalecendo a lógica da força de trabalho como mercadoria. Ao mesmo tempo, o advento tecnológico, o qual aproxima vários atores sociais, otimiza serviços e a resolução de inúmeros problemas, inclusive de saúde e bem-estar individual, opera transformações nas relações sociais e de trabalho. Ilustra-se a tênue relação entre a linha abissal da ordem estabelecida pelo capital e o trabalho informal, a partir da problematização do trabalho realizado por prestadores de serviço de entrega a partir de pedidos por aplicativos. Inúmeras são as empresas que estão em funcionamento, prestando seus serviços diversos por meio de aplicativos de celulares, em que o cliente requer um produto rapidamente acessado em seu domicílio.

Tornou-se corriqueiro a sujeição de indivíduos às regras ditadas por estas empresas de aplicativos, na prestação de serviços. Sobre este aspecto, obviamente, não se pode desconsiderar o fato de o indivíduo se colocar à disposição das representantes do capital de modo voluntário. Poderíamos colocar em discussão o desemprego e seus altos índices, advindos também dos processos de automação industrial, dentre outros.

Contudo, é emergente a reflexão: “homo *homini lupus*” tem seu retorno inconsciente ou imperceptivelmente autorizado pela sociedade atual? Ora, ao se dispor a frenéticas entregas por meio de motocicletas e, até mesmo, bicicletas, muitos indivíduos esquecem-se das fragilidades em que se colocam. Ou melhor dizendo, dos riscos assumidos individualmente. Perguntas se impõem: há vínculos empregatícios? Há direitos trabalhistas? Em muitos casos, os indivíduos se dizem como fazendo trabalhos em horários alternativos. Prestando serviços às empresas milionárias sem se vincular de maneira nenhuma a elas, a não ser nessa escravidão de sua força de trabalho.

E, ainda, há casos em que o meio de transporte utilizado nem mesmo é seu. É alugado a uma empresa, igualmente milionária ou vinculada a um banco bilionário, com o qual também não há vínculo, mas que contribui para precarização de seu trabalho. Em todos estes casos, pululam os *slogans* da “oportunidade”, “empreendedorismo”, “criatividade” do mundo moderno, para justificar a

expropriação de seus direitos fundamentais. Há o caráter servil voluntário ou de escravidão (in)consciente com fins à acumulação de capital para outrem.

Para Schultz (1973), o homem é a maior fonte de produtividade e o seu conhecimento é o motor da produção, desta forma, o capitalismo busca em todas as vertentes beneficiar-se por meio do homem a partir de sua força de trabalho e do seu intelecto.

Segundo Hilferding (1985) a união entre dinheiro, investimento e força de trabalho compreende a tônica do capital financeiro, o qual na atual versão une as forças entre os senhores das industrias e a especulação dos bancos para alcançar as altas zonas de acumulação de capital.

Assim, fotografia capturada em 15 de maio de 2019, na Avenida Presidente Bandeira, no bairro do Alecrim, em Natal-RN, observada pela ótica do mercado informal, o empreendedorismo pode ser visto como uma forma o homem ser o moto de produção para si, mas também podemos olhá-la pela vertente da imponência do Banco sobre o autônomo. Enquanto um tem sua estrutura física imponente, fixada, segura e padronizada, enquanto o autônomo tem apenas uma banca de madeira móvel com um guarda-sol para proteger-se dos raios solares e da chuva.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA CONCEITUAL

No início do sistema capitalista a burguesia, representada pelos detentores das propriedades privadas e pelos detentores dos meios de produção, pregava a liberdade do homem, dos feudos e da escravidão. Propunha um projeto de homens livre por meio da venda de sua força de trabalho ao mercado (RAMOS, 2007).

Para Marx (1996) a liberdade humana acontece em virtude do trabalho como categoria de produção de sentidos e de subjetividades em que se constitui a relação entre o homem e a natureza, ocasionando a transformação de ambos.

Para o autor, a base da sociedade e do homem é o trabalho. O desenvolvimento de ambos deve acontecer de forma simultânea. Porém, no paradigma capitalista este desenvolvimento é marcado por contradições, uma vez que a degradação do trabalho do homem torna-se realidade na sociedade moderna-contemporânea.

O sistema instala objetivamente a acumulação do capital e encontra no homem o elo frágil do sistema, aplicando-lhe a exploração do trabalho, ocasionando a degradação em suas diferentes formas: nas condições, na representação, nas políticas e nas leis (HAYEK, 1990). Uma aproximação com a realidade permite a análise dos aplicativos de transportes, em que é visível a relação precária ou inexistente entre os conglomerados detentores dos aplicativos e os trabalhadores prestadores do serviço, os quais compreendem enquanto “oportunidade de fonte de renda extra”.

A partir da modernidade, o capitalismo fortalece seu discurso de liberdade com a pregação da doutrina liberal em que o homem deve ser livre para tudo (FRIEDMAN, 1988), inclusive, para explorarem uns aos outros e degradar o trabalho por meio da produção seriada, ritmada e parcelada.

Para diminuir os custos da produção e alcançar o máximo da margem do lucro, atualmente, o sistema capitalista opera em conjunto com os princípios fordista, taylorista, toyotista e com o mercado financeiro com o propósito único de conseguir grandes volumes do capital por meio do enlace entre indústria e bancos.

Nessa ceara, cada agente tem seu papel. Primeiramente a indústria preocupa-se em buscar lugares de mão-de-obra barata e especializada, uma vez que os colaboradores devem ser multifuncionais que consigam executar várias atividades ao mesmo tempo, além de exploração física na execução dos seus afazeres, também aproveitam-se do intelecto, vislumbram assim absorver informações necessárias para melhorar o processo produtivo e desenvolver tecnologias que aumentem o processo de produção por baixo custo. (ANTUNES, 2009).

A aplicação do capital financeiro consiste na aplicação do capital na indústria (PINTO, 1994). A literatura crítica compreende que sem o valor do capital não é possível que o poder industrial uma vez que é preciso dinheiro para montar as estruturas físicas, comprar e manter equipamentos, desenvolver novas tecnologias e contratar mão-de-obra.

Assim sendo, esses investimentos são livres para operar em rede, em escala global, com auxílio dos avanços tecnológicos, principalmente da comunicação. Para isso, as transações milionárias devem ser realizadas em um curto período de tempo para que o dinheiro aplicado em um lugar determinado possa ser transferido para

outros em questão de segundos, nessa conjuntura mobilidade veloz é indicador de poder (CASTELLS, 1999). É válido ressaltar, que em muitos casos, o dinheiro pelo qual o indivíduo destinou horas de seus dias de trabalho se quer é palpável. Ao passo que é acumulado, mantém-se nas redes bancárias no aguardo das operações por meio virtual entre os bancos-credores e o indivíduo-trabalhador.

A ordem do capital oferece lógicas de inclusão e exclusão. Inclui aqueles que são produtivos, que estão de acordo com o aprisionamento dos modos de produção e dispostos a obedecer ao poder do capital e exclui todos aqueles que são contrários a isso.

Exclui também aqueles que não estão inseridos no controle da burguesia pelos dos meios de produção ou que ainda não conseguiram empregos e que precisam do espaço do mercado informal para a prática precarizada do trabalho.

Segundo Tavares (2004), mercado informal é uma categoria de difícil conceituação e descrição. Compreende um setor que abriga indivíduo que não estão inseridos no setor formal. O mercado informal cria a sensação de alternativa da inclusão do trabalho por viabilizar a curto prazo a sobrevivência do homem na sociedade, sem as garantias das condições de trabalho, de remuneração e dos direitos trabalhistas.

É uma fábula acreditar que a prática da informalidade pode ser uma vertente para sair das estruturas tradicionais impostas pelo sistema capitalista procurando melhores condições para si, mesmo que não sejam regulamentadas e legalizadas (PERRY *et al.,* 2007).

No Brasil, o setor informal passa uma ilusão do trabalho, uma vez que precariza o direito da seguridade. Apenas quem tem carteira de trabalho assinada garantem seus benefícios, tais como repouso semanal renumerado, seguro desemprego, entre outros. É preciso denunciar que a informalidade gera a exploração e degradação do trabalho. Ao mesmo tempo, a sociedade muitas vezes lança olhar preconceituoso para os indivíduos que não se encontram inseridos no mercado formal (TAVARES, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho é essencial a vida do homem e da sociedade. O capital financeiro busca as melhores condições de investimento para fixar seus negócios, sejam elas mão-de-obra barata, matéria-prima, legislação, mercado.

Nesse sentido, denuncia-se a precarização dos trabalhadores em situação de subcontratações, de precarização das condições de trabalho, de exploração e de degradação do trabalho.

O homem é a principal força para a manutenção do sistema de produção e aqueles que não estão inseridos nesse cenário recorrem muitas vezes ao mercado informal para gerarem a sua sobrevivência.

Por não ter regulamentação, a informalidade dilacera os indivíduos, pois não promove garantia de repouso, seguridade e condições dignas de trabalho. Apesar desse cenário também ser marcado pela liberdade das estruturas rígidas do capitalismo, uma vez que questões de horários, metas, protocolos são mais flexíveis para os trabalhadores do campo informal.

Por fim, retomando a fotografia que é base para o desenvolvimento desta reflexão, podemos notar a imponência e a padronização da estrutura do Banco Caixa. Em contrapartida, na sua frente, por meio de separação por linha abissal, há um vendedor informal com uma pequena barraca de acessórios, que certamente presta seu serviço aos usuários do banco e transeuntes dos arredores. O fato é que as condições deste trabalho ferem princípios mínimos de segurança, de bem-estar individual durante a atividade laboral, a exemplo de condições adequadas para higiene pessoal, alimentação, descanso.

Assim, evidencia que a agência bancária nessa realidade é o detentor de poder capital, demonstra a opulência deste sistema a partir de sua própria representação arquitetônica, e que o vendedor representa a enorme maioria da população planetária que se insere nas condições da precarização e do abandono identificadas no trabalho informal.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Dez teses e uma hipótese sobre o presente (e o futuro) do trabalho. *In:* ANTUNES, Ricardo**. Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

CASTELLS, Manuel. **A era da Informação:** economia, sociedade e cultura. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e Liberdade.** 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. 17. ed. São Paulo: Loyola, 1992.

HAYEK, Friedrich August von. **O caminho da servidão**. 5. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

MENDES, Luciano; CAVEDON, Neusa Rolita. As contribuições do comércio informal para o desenvolvimento local de uma cidade em fase de industrialização. **Interações**, v. 15, n. 2, p. 341-52, 2014.

MENEGUIN, Fernando B.; BUGARIN, Maurício S. A informalidade no mercado de trabalho e o impacto das instituições: uma análise sob a ótica da teoria dos jogos. **Economia Aplicada**, v. 12, n. 3, p. 341-363, 2008.

PERRY, G. E. *et al*. **Informality**: exit and exclusion. Washington DC: World Bank, 2007.

PINTO, Nelson Prado A. **O capital financeiro na economia contemporânea:** uma revisão teórica e histórica de seu papel no desenvolvimento recente dos Estados Unidos. 1994. 172 f. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

RAMOS, Marise Nogueira. Conceitos Básicos sobre Trabalho *In:* FONSECA, Angélica Ferreira; STAUFFER, Anakeila de Barros (Orgs.). **O processo histórico do trabalho em saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007.

SCHULTZ, T. **O capital humano:** investimento em educação e pesquisa. Tradução Marco Aurélio de M. Matos. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. p.31-52.

VILAR, P. A transição do feudalismo ao capitalismo. *In*: SANTIG, T. (Org.). **Capitalismo**. Rio de Janeiro: Eldorado Tijuca, 1975.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista:** Informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.

Capitulo 3

REFLEXÃO SOBRE A TRILOGIA:
CONSTRUÇÃO CIVIL, (IN)SEGURANÇA DO TRABALHO E ORDEM CAPITAL

Kalliny Kelly da Silva Cunha[7]
Luciana Maria de Lima Silva Nóbrega[2]
José Moisés Nunes da Silva[8]

Fonte: Luciana Maria de Lima Silva Nóbrega

RESUMO

A fotografia retrata uma cena em um canteiro de obras de um empreendimento vertical de vinte e dois andares, localizado em um bairro nobre na cidade de Natal/RN. Diz respeito à produção de uma forma de escada, para posterior armação e concretagem. O registro da foto ocorreu em 06 de maio de

[7] Graduada em Engenharia Civil. Aluna especial do mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. E-mail: kalliny.kelly@ifsertao-pe.edu.br.

[2] Graduada em Engenharia Civil. Especialista em MBA Gerenciamento de Obras, Tecnologia e Qualidade da Construção. Aluna especial do mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituo Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. E-mail: lucianacivil@gmail.com.

[8] Doutor em Educação. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituo Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: moises.silva@ifrn.edu.br.

2019, para ser utilizada em um relatório quinzenal da obra. Neste relatório descrevemos a fase em que se encontra a obra, os avanços, as não conformidades encontradas, as ações corretivas tomadas e as pendências, entre outras informações importantes para o desenvolvimento do empreendimento. O profissional da cena é um auxiliar de carpinteiro, que desempenhava a limpeza do local. As medidas de segurança do trabalho, tanto coletivas como individuais foram devidamente implementadas, bem como é feito o constante treinamento dos funcionários para conscientização dos riscos que este ambiente de trabalho produz. A metodologia utilizada foi produção fotográfica e revisão bibliográfica articuladas com a perspectiva da dialética. Os resultados apontam que a indústria da construção civil é indutora do desenvolvimento de um país por empregar intensiva mão de obra, ainda que de baixa qualificação; que esse setor da economia é caracterizado por alto grau de acidentes de trabalho; e que as atividades de um trabalhador podem ser humanizadas, mesmo em um ambiente áspero e dinâmico como o canteiro de obras da indústria da construção civil.

Palavras-chave: Construção civil. Segurança do trabalho. Trabalho alienado.

INTRODUÇÃO

A indústria da construção civil é um importante termômetro da economia do país, pois é responsável pelo emprego significativo da população. Depois de um crescimento médio anual de 4,3% no período de 2010 a 2014, impulsionado pelo programa Minha Casa Minha Vida, que abriu a possibilidade das camadas mais pobres da população terem acesso à moradia, a mão de obra ocupada na construção, em 2017, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), diminuiu 6,2%, o que equivale a um número de demissões de mais de um milhão de trabalhadores.

Apesar da forte mecanização, essa indústria ainda tem muito trabalho artesanal em seus processos construtivos, como por exemplo a montagem de forma de madeira para concreto armado, a qual é constituída por chapas de madeira compensada, de tamanhos padronizados e plastificadas para permitir seu reuso.

Neste processo construtivo, o principal operário é o carpinteiro, que na maioria das vezes tem um auxiliar e seu chefe direto que é o encarregado de carpintaria ou mesmo o mestre de obras. A carpintaria é responsável por moldar as peças que irão receber o aço e o concreto, formando assim a estrutura de concreto armado que dará sustentação ao edifício.

Para montagem das formas que irão moldar os elementos estruturais, como lajes, vigas e pilares, os operários dispõem de projetos, onde há todas as informações necessárias para a correta execução do serviço. Não é um procedimento tão simples, que qualquer pessoa sem a devida qualificação possa realizar, mas na construção civil, há um paradoxo: pessoas qualificadas, nem sempre são pessoas instruídas, dotadas de formação profissional ou até mesmo escolarização básica.

Na realidade, na maior parte dos casos, os profissionais deste setor não tiveram oportunidade de frequentar uma escola, pois precisaram se inserir precocemente no mercado de trabalho, na luta pela sobrevivência; e é na indústria da construção civil que ele vai atuar, tendo em vista que quase não há pré-requisitos de escolaridade para os empregos mais baixos da hierarquia num canteiro de obras.

Uma vez inserido na construção civil, o operário, que inicia como servente – a função mais básica e com menos (ou nenhuma) exigência de formação, tendo em vista que os serviços executados são de baixa complexidade, como por exemplo transportar materiais de construção do local de armazenamento para o local de produção e limpeza dos resíduos oriundos da produção –, tem a oportunidade de auxiliar um profissional mais experiente na hierarquia da obra, como o carpinteiro e aprender uma profissão.

A indústria da construção civil, com o passar do tempo e com exigências oriundas dos agentes bancários para financiamentos de empreendimentos, foi aprimorando seus processos construtivos a fim de alcançar os requisitos exigidos de padrão de qualidade.

Em 1998, através da Portaria 143, do Ministério do Planejamento e Orçamento, foi criado o Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H), que é um instrumento para cumprimento dos compromissos firmados pelo Brasil quando da assinatura da Carta de Istambul (Conferência do Habitat II/1996). A sua meta é organizar o setor da construção civil em torno de duas questões principais: a melhoria da qualidade do habitat e a modernização produtiva.

Muitas construtoras implantaram sistemas de gestão de qualidade para auxiliar neste processo de melhoria contínua, e começaram a exigir que seus funcionários fossem pelo menos alfabetizados, fomentando essa ação educativa no próprio canteiro de obras.

Vale ressaltar que o operário da construção civil, mesmo alfabetizado, não se apropria da sua participação na produção dos empreendimentos e não se sente constituinte do processo, pois realiza um trabalho artesanal mecanizado. Ele sabe como fazer uma forma, mas não sabe como ela funciona; sabe perfeitamente fixar pregos, mas não sabe o motivo de tais pregos serem fixados justamente naquele local. É o trabalho alienado, ou seja, afastado da sua essência, da sua importância.

Ademais, o operário não detém os conhecimentos a respeito do empreendimento, ele não conhece o orçamento da obra, não tem acesso a todos os projetos, não conhece a sequência dos processos construtivos, ele não entende a importância do seu papel no empreendimento. O detentor deste reconhecimento é o engenheiro responsável pela obra, o que detém os conhecimentos, a formação profissional, ainda que não saiba fixar um prego, mas sabe o motivo e onde eles devem ser fixados.

E, assim, o operário da construção civil, trabalha às sombras do seu engenheiro, que ofusca seu valor, valor que é desonerado em meio aos processos de construção, em meio aos materiais de construção, em meio as tábuas, as vigas e não se sabe mais quem é mão de obra e quem são os materiais.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA CONCEITUAL

O homem, por meio do trabalho, superou suas perspectivas de ser natural e se transformou em um ser social, por isso, o trabalho tem um lugar central na vida de quem o executa e é meio de subsistência e de integração social das pessoas, de pertencimento a um grupo (MACEDO, 2007).

Não sem razão, Marx (1978, p.148) afirma:

> O trabalho é um processo entre o homem e a natureza em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla o seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços, pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. A atuar, por meio desse movimento sobre a Natureza externa a ele, e ao modificá-la, ele modifica a sua própria natureza.

Assim, o trabalho é fundamental na vida do homem, possibilitando a construção de sua identidade não só profissional como também uma valorização social e reconhecimento. Daí a necessidade de, no processo de trabalho, reconhecer-se como elemento central e entender a importância da sua individualidade na dinâmica das relações laborais e sociais.

A indústria da construção civil é reconhecida como uma das mais importantes atividades para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, pois é responsável por grande parte do emprego das camadas pobres da população, apesar de ser uma das mais perigosas, liderando as taxas de acidentes de trabalho fatais e não fatais, devido à submissão dos trabalhadores, como pedreiros e serventes, a elevada jornada de trabalho, decorrentes da pressão por menores prazos de entrega das obras. (VALINOTE, 2011; PEREIRA, 2014).

Apesar de sua relevância, constata-se, no seu interior, que ainda existe baixa produtividade do trabalho devido a elevada utilização de mão de obra de baixa ou nenhuma escolaridade. Daí a existência de elevados índices de absenteísmo e rotatividade no setor, dificultando vínculos duradouros entre trabalhadores e empresa.

Por sinal, o absenteísmo tem sido alvo de estudos e vem proporcionando contribuições significativas sobre outros fenômenos ligados a ele, como a qualidade de vida, a rotatividade, a desmotivação, a saúde e a segurança no trabalho. (MARIM, 2012; PRIORI JUNIOR, 2007).

O grande número de riscos ocupacionais, como o trabalho em grandes alturas, manejo de máquinas, equipamentos, ferramentas, instalações elétricas, uso de veículos automotores, posturas ante ergonômicas na elevação de objetos pesados, além de estresse devido a transitoriedade e a alta rotatividade são razões apontadas para a ocorrência de problemas de saúde na construção civil ocasionando riscos ocupacionais aos trabalhadores e acidentes. (SANTANA; OLIVEIRA, 2004; SILVA JUNIOR; BARBOSA, 2005).

Segundo Silva (1993), dentro do setor da construção civil há uma grande necessidade de qualificação da mão de obra, uma vez que a não qualificação dos trabalhadores além de acarretar dificuldades para a modernização do setor, gera desperdícios, proporciona baixa produtividade e contribui para má qualidade da obra.

Além disso, os acidentes do trabalho na construção civil também estão intimamente ligados à falta de formação técnica e profissional dos trabalhadores. Daí, Medeiros e Rodrigues (2009) asseverarem que, nesse setor, se exige uma grande atenção quando o assunto envolve segurança, gestão com qualidade e respeito ao meio ambiente, sobretudo porque os trabalhadores realizam suas atividades laborais em ambientes insalubres e arriscados.

Para Rodrigues (1986, p. 35), os riscos são muitos, considerando que alguns trabalhadores, por necessidade de subsistência e para manter seu emprego, sujeitam-se a exposição do perigo exigidas pela empresa. "[...] O trabalhador é tratado como um corpo a ser 'adestrado' para 'executar' uma determinada tarefa no mais breve período de tempo. Ele passa a não mais conceber e planejar o seu trabalho, sendo-lhe atribuída apenas a sua execução."

Colombo (2009), por sua vez, afirma que muitos acidentes de trabalho e riscos na construção civil acontecem como resultado da falta de conhecimento por parte do trabalhador, pressa para entregar a obra no prazo, ausência de um planejamento e improvisos. Por isso, um estudo da área para verificar os riscos que envolvem os trabalhadores precisa ser feito no canteiro de obras, com base em uma elaboração e implantação de medidas de segurança que sejam de fato eficazes.

Particularmente, na peça fotográfica, percebe-se que o trabalhador – um auxiliar de carpinteiro – faz uso de equipamentos de proteção individual (botas e capacete), mas está submetido a risco de acidentes, uma vez que o local é insalubre e as escoras sobre sua cabeça não são apropriadas e estão soltas.

Ele executa a limpeza do local para a armação e concretagem de uma escada. Um trabalho que não exige qualquer nível de escolarização, mas o quanto deve ser consumido de água na limpeza ele não sabe, o que sugeri ser um trabalho alienado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o cenário fotográfico e a relevância que o trabalho do auxiliar de carpinteiro tem no processo de construção de uma escada e a falta de conscientização deste valor, nos faz refletir como é importante a educação profissional e como ela pode ser libertadora.

O estado tem um papel fundamental em proporcionar uma educação profissional a estes trabalhadores, pois além de possibilitar melhor (re)inserção no meio produtivo, contribui para a redução dos acidentes de trabalho e para o dinamismo do setor da construção civil, bem como proporciona uma atuação mais eficaz dos cidadãos na sociedade.

A valorização destas pessoas causa um efeito muito mais positivo, libertando-as e encorajando-as a serem agentes participantes nas atividades laborais, como também no contexto social e cultural.

A indústria da construção civil é favorecida com a qualificação adequada dos seus operários, pois conhecendo os fundamentos dos meios de produção desempenharão suas funções com maestria, contribuindo para execução dos serviços com a qualidade esperada, evitando retrabalho, absenteísmo e a conscientização da importância do uso de equipamentos de proteção individual e coletivo, evitando acidentes de trabalho.

Um trabalhador com competência e bem-estar físico, mental e social, conhecedor do valor de seu profissionalismo executará um trabalho com muito mais qualidade do que um trabalhador alienado, ainda que exerça atividades em meio a máquinas e a tantos processos repetitivos em um ambiente áspero e dinâmico como o canteiro de obras da indústria da construção civil.

REFERÊNCIAS

COLOMBO, Caroline Bitencourt**. O acidente do trabalho e a responsabilidade civil do empregador.** 2009. 84f. Monografia (Graduação em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

MACEDO, Kátia Barbosa. Profissão: catador de material reciclável, entre o viver e o sobreviver. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, p. 74-75, 2007.

MARIM, S. P. **Absenteísmo dos funcionários do setor de construção civil do estado do Espírito Santo.** 2012. 72 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas, Instituto de Pesquisa em Contabilidade, Economia e Finanças, Vitória, 2012. Disponível em: http://www.fucape.br/_public/producao_cientifica/8/Dissertacao%20Sergio%20Pazolini%20Marim.pdf Acesso em: 15 jun. 2019.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos.** Tradução José Carlos Bruni. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

PRIORI JUNIOR, Luiz. **Ações para a melhoria da satisfação do trabalhador em canteiros de obra.** 2007. 181 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2007.

RODRIGUES, Celso Luiz Pereira; MEDEIROS, José Alysson Dehon Moraes. **A existência de riscos na indústria da construção civil e sua relação com o saber operário.** Paraíba: PPGEP/UFPB, 2009.

SANTANA, V.S.; OLIVEIRA, R. P. Saúde e trabalho na construção civil em uma área urbana do Brasil. **Cad saúde pública**, v.20, n.3, pp.797-811, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/csp/v20n3/17. Acesso em: 14 jun. 2019.

SILVA JÚNIOR, J. C. L.; BARBOSA, M. A. P. Qualidade de vida percebida no trabalho e os serviços de manutenção: estudo de caso em uma indústria no Estado do Ceará. **Revista de Tecnologia de Fortaleza**, v. 26, n. 1, p. 21-32, jun. 2005.

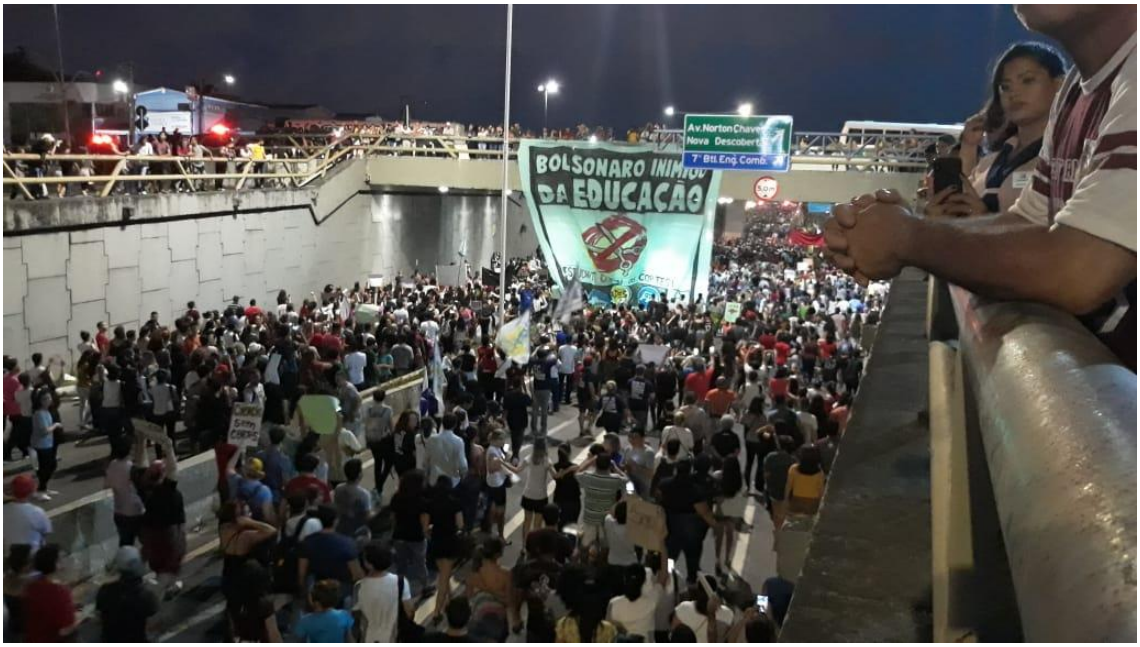
SILVA, Marco A. D. da. **Saúde e qualidade de vida no trabalho**. São Paulo: Best Seller, 1993.

VALINOTE, Hernani Camilo. **Ambiente de trabalho e qualidade de vida dos trabalhadores da construção civil de uma construtora de Goiânia**. 95f. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências ambientais e saúde) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia (GO), 2011.

Capítulo 4

SOCIEDADE CIVIL MOBILIZADA:
CONTRAPONTO AO ESTADO AMPLIADO

Maria Jane de Queiroz[9]
José Moisés Nunes da Silva[10]



Fonte: Maria Jane de Queiroz

RESUMO

A fotografia registrada em 15 de maio de 2019, na Avenida Senador Salgado Filho, no bairro de Lagoa Nova, em Natal/RN, simboliza a mobilização da sociedade civil contra o Estado Ampliado. Ilustra a luta da população pelo direito à educação de qualidade, que está sendo lesada pelo governo Bolsonaro com o corte de 30% no orçamento destinado às instituições federais de ensino. O objetivo do capítulo é problematizar a perspectiva de mobilização da população brasileira contra os cortes na educação nacional. Metodologicamente, fez-se uso da produção fotográfica e da

[9] Mestre em Informática. Aluna especial do Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. E-mail: jane.queiroz@ifrn.edu.br

[10] Doutor em Educação. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. E-mail: moises.silva@ifrn.edu.br.

revisão bibliográfica sobre Estado Ampliado, sociedade civil e hegemonia cultural, tendo a dialética como fio condutor da análise. Os resultados apontam que o Brasil se configura como um Estado Ampliado na atual conjuntura de tentativa de dominação ideológica pela veiculação de notícias pela mídia e que, como previu Gramsci, nem todos os receptores mantêm-se passivos diante deste fato.

Palavras-chave: Educação. Sociedade Civil. Estado ampliado.

INTRODUÇÃO

Desde o impedimento da presidente Dilma Rousseff, em agosto de 2016, a conjuntura brasileira é marcada por fortes ataques aos direitos sociais conquistados e presentes na Constituição Federal de 1988, e até mesmo as práticas político-sociais retrógradas presentes na agenda nacional coloca em risco o regime democrático no país.

Particularmente, o direito à educação com qualidade que estava se construindo no país a partir da segunda metade da década de 1980 está ameaçado, sobretudo em relação ao financiamento, em função da Emenda Constitucional nº 55/2016, que estabelece um teto para os gastos públicos, congelando as despesas primárias do Governo Federal por 20 anos.

Para se ter ideia da dimensão dessa ameaça, no final de abril de 2019, o Ministério da Educação (MEC) promoveu o congelamento de cerca de 30% do total do orçamento destinados à manutenção das instituições federais de ensino, sendo R$ 2,1 bilhões das universidades federais e R$ 1,18 bilhão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Em consequência desses cortes, ocorreu, em 15 de maio, o primeiro grande protesto contra o governo Jair Bolsonaro e em defesa da educação com qualidade em todos os níveis (desde a educação infantil até a pós-graduação), das universidades federais, dos institutos federais de educação e da pesquisa científica.

Esse movimento em defesa da educação promovido pela sociedade civil organizada é representado pela peça fotográfica que abre este capítulo, e nos instiga a abordar os conceitos de hegemonia cultural, Estado Ampliado e da própria sociedade civil, como facilitadores da compreensão dos elementos que compõem a referida fotografia e o que ela representa.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA CONCEITUAL

A história da educação brasileira é marcada pela dualidade educacional e pela disputa de classes entre torno da concepção de educação para o país. De um lado está a burguesia nacional defensora de uma educação privada, mercantil e, de outro, os educadores progressistas que defendem uma educação pública, laica e gratuita para todos.

Vale ressaltar, que na sociedade capitalista, a educação é compreendida como mecanismo de perpetuação e reprodução do capitalismo e sua lógica excludente, não tendo lugar a emancipação do sujeito. Daí, como assevera Mészáros (2008), resulta a crise do sistema público de ensino, pressionado pelas demandas do capital e pelo esmagamento dos cortes de recursos dos orçamentos públicos.

De fato, o que se observa no Brasil nos últimos anos é a exacerbação dessa disputa, com o ataque aos direitos sociais conquistados, bem representado pela Emenda Constitucional nº 95/2016, que congela os gastos na educação, e mais recentemente os cortes no orçamento do MEC promovida pelo governo Bolsonaro que compromete a manutenção das instituições federais de ensino.

Contrapor-se a esse retrocesso exige o fortalecimento e a articulação da sociedade civil organizada, como forma de não apenas defender o financiamento da educação nacional com qualidade, como também compreender que o homem é capaz de se libertar dos enlaces do capital, a partir do desenvolvimento de uma formação crítica-reflexiva voltada para o exercício pleno da cidadania. Esse é o movimento que se pode observar na peça fotográfica utilizada neste capítulo.

Nesse sentido, concordamos com Cury (2002, p.1), quando afirma que “[...] a educação escolar é uma dimensão fundante da cidadania e tal princípio é indispensável para a participação de todos nos espaços sociais e políticos e para reinserção qualificada no mundo profissional do trabalho”.

Para entender o conceito de sociedade civil recorremos a Gramsci (1995, p. 16), que o interpreta como “[...] o conjunto dos organismos vulgarmente chamados privados [...] e que correspondem à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade”.

Nesse sentido, Acanda (2006) assevera que família, igreja, escolas, sindicatos, meios de comunicação de massa e até mesmo o senso comum compartilhado por todos, e que determina aquilo que é aceito como normal e evidente, são elementos de um espaço denominado como sociedade civil.

Fernandes (2016), por sua vez, entende que sociedade civil é a expressão utilizada para designar as associações voluntárias de pessoas para realizar ações coletivas em benefício da democracia. E Anderson (1977), afirma que a sociedade civil é um conceito prático-indicativo necessário para designar todas as instituições e mecanismos que estão fora das fronteiras do sistema estatal propriamente concebido.

No Brasil, a sociedade civil parece mostrar as marcas de uma ativação pela democratização do país, a partir do movimento denominado *Diretas Já* entre os anos de 1983 e 1984, que foi decisiva para a sua consequente conquista em 1985, ampliando a participação social e política da população e a liberdade de expressão.

Em nossa ainda jovem democracia, a sucessão de partidos políticos no poder assistiu as diversas associações voluntárias de pessoas, ou seja, à sensibilização da sociedade civil para a realização de ações coletivas, dentre elas as manifestações públicas, como a que ocorreu no dia 15 de maio de 2019, que se seguiram como forma de se fazer ouvir e respeitar a opinião pública por parte do governo brasileiro, consolidando a máxima do filósofo Jean-Jacques Rousseau parafraseada no parágrafo único do artigo 1º da Constituição Federal de 1988: "Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição" (BRASIL, 1988, não paginado).

Já a palavra hegemonia, que vem do grego *hegemonia*, significa liderança. O termo, no entanto, ganhou um segundo significado, a partir de Gramsci e designa um tipo específico de dominação, uma dominação consentida, especialmente de uma classe social ou nação sobre seus pares. Na visão do italiano, quanto mais difundida uma determinada ideologia, mais sólida fica a hegemonia cultural e há menos necessidade do uso de violência explícita. (GRAMSCI, 1995).

Em Gramsci, a hegemonia, que é mantida por ideias, meios institucionais e materiais não necessariamente democráticos, constrói a concepção de Estado Ampliado, regido por um partido que seria o *moderno Príncipe*, em alusão a

Maquiavel, de modo que o processo de construção de consciência gira em torno daquilo que convém ao partido que comandaria a sociedade. (GRAMSCI, 1995).

Gramsci observava a história italiana fascista (décadas de 1920 e 1930) para refletir sobre a estranha aceitação e o apoio da população – principalmente o proletariado que sofria com o alto custo de vida tanto no campo quanto na cidade – a esse regime, cujos objetivos estavam mais voltados ao sistema capitalista, que se consolidava a cada dia mais como sistema econômico dominante.

Desta forma, Gramsci aprofundou seus estudos sobre os impactos de uma dominação ideológica de uma classe sobre a outra – nessa disputa estão presentes a sociedade civil e a sociedade política –, o que ele denominou de hegemonia cultural, um conjunto de ideias dominantes de uma determinada conjuntura social, política, cultural e econômica. (MONASTA, 2010).

Segundo Gramsci, o Estado não necessita usar da força bruta para coagir e dominar uma determinada classe, como ocorre em regimes autoritários como a ditadura. O Estado pode se valer de

> [...] jogos de consenso e dissenso que atravessam e condicionam a produção simbólica nos meios de comunicação, interferindo na conformação do imaginário social e nas disputas de sentido e de poder na contemporaneidade. No entender de Gramsci, a hegemonia pressupõe a conquista do consenso e da liderança cultural e político-ideológica de uma classe ou bloco de classes sobre as outras. Além de congregar as bases econômicas, a hegemonia tem a ver com entrechoques de percepções, juízos de valor e princípios entre sujeitos da ação política. (MORAES, 2010, p. 54).

Assim, a hegemonia cultural ou dominação de uma classe sobre a outra pode ser obtida a partir da dominação ideológica, utilizando-se de instrumentos políticos, econômicos, sociais e culturais, amplamente difundidos a partir de instituições sociais como a igreja, a escola, os sindicatos e, especialmente, os meios de comunicação de massa, como jornais, rádios e Internet.

Ao apresentar apenas determinadas ideias e fatos, a mídia contribui para a ampliação e consolidação de uma ideologia dominante, contribuindo para a hegemonia cultural e, por consequência, para a manutenção do que Gramsci denominou de Estado Ampliado, ou seja, o Estado que não se reduz a um simples instrumento de coerção à base da força bruta, mas que domina uma determinada

classe através da coerção ideológica, a serviço de uma classe dominante. (MONASTA, 2010).

Segundo esta teoria, o proletariado – principal classe dominada – agiria em prol da manutenção e defesa da ideologia dominante e mesmo do sistema capitalista como sistema econômico ideal. No entanto, nem todos os receptores dessa ideologia são passivos e, portanto, sempre haverá resistência por parte da sociedade civil organizada, como os movimentos desenvolvidos em todo o Brasil, contra os cortes na educação e em favor das instituições federais de ensino, em 2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da revisão bibliográfica, podemos concluir que o Brasil configura-se como um Estado Ampliado na atual conjuntura, onde o governo federal em conjunto com os meios de comunicação de massa objetivam dominar ideologicamente a classe proletária, imputando-lhe ações arbitrárias como o corte de 30% no orçamento das instituições federais de ensino.

Este corte consiste em um ataque desvelado à educação, visto que instituições de ensino são capazes de retirar o indivíduo de um estado de passividade e letargia frente a exploração e dominação burguesas para a obtenção de lucros e a manutenção de um sistema de exclusão permanente.

A fotografia apresentada no início deste capítulo simboliza a contra-hegemonia, a sociedade civil organizada que, apesar da tentativa de dominação ideológica, se mantém ativa e se associou voluntariamente em manifestação contra os cortes na educação. Esperamos que este e outros atos voluntários venham a colaborar para o esclarecimento do restante da sociedade quanto aos malefícios da ideologia atualmente veiculada pela mídia e para o respeito ao direito à uma educação de qualidade, preconizado pela Constituição Federal brasileira.

REFERÊNCIAS

ACANDA, Jorge Luis. **Sociedade civil e hegemonia**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2006.

ANDERSON, Perry. Las antinomias de Antonio Gramsci. **Cuadernos Políticos**, México, n. 13, jul./set. 1977.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 07 jun. 2019.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O direito a educação:** Um campo de atuação do gestor educacional na escola. 2002. Disponível em: http://www.escoladegestores.mec.gov.br/site/8- biblioteca/pdf/jamilcury.pdf. Acesso em: 08 set. 2014.

FERNANDES, Tiago. **A sociedade civil**. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2016.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

MESZÁROS, István. **A educação para além do capital.** 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MONASTA, Attilio. **Antonio Gramsci**. Tradução Paolo Nosella. Recife: Editora Massangana, 2010.

MORAES, Dênis de. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. **Revista Debates**, v.41, n.1, 2010.

Capítulo 5

O TRABALHO DO TÉCNICO DE ENFERMAGEM NO BRASIL E O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Maria José Fernandes Torres[11]
Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares[12]
José Moises Nunes da Silva[13]

Fonte: Maria José Fernandes Torres

RESUMO

A fotografia traz à cena uma representação de atendimento ambulatorial desenvolvido por uma técnica de enfermagem. Tem como *lócus* uma Unidade Básica de Saúde (UBS), em Natal/RN. O registro da foto ocorreu em 17 de maio de 2019 e diz respeito a um curativo para tratamento de lesão típica de pacientes portadores de diabetes. A produção fotográfica também se relaciona com o desenvolvimento de nossa pesquisa em nível de Mestrado Acadêmico junto ao

[11] Graduada em Enfermagem e Obstetrícia. Licenciada em Enfermagem. Especialista em formação profissional na Área da Saúde em Enfermagem. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. E-mail: mjft06@gmail.com.

[12] Doutora em Educação. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. E-mail: andrezza.tavares@ifrn.edu.br.

[13] Doutor em Educação. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. E-mail: moises.silva@ifrn.edu.br.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). O objetivo do capítulo é problematizar a formação e o processo de trabalho do Técnico em Enfermagem considerando as condições de trabalho e os impactos da ideologia neoliberal globalizante para os profissionais da área de saúde. A metodologia utilizada foi produção fotográfica, revisão bibliográfica e análise documental articuladas com a perspectiva da filosofia dialética. Os resultados da experiência apontam que a imagem fotográfica proporciona o desenvolvimento do olhar sensível, a construção e a aquisição de conceitos, inclusive, no campo da educação profissional em saúde e que o cuidar do técnico de enfermagem deve se dar de forma individual e segura proporcionando efeitos satisfatórios tanto para quem recebe, como para quem cuida. Tal constatação, diverge da proposta de flexibilização, precarização e informalidade propagadas em contexto do neoliberalismo globalizante.

Palavras-chave: Educação profissional. Técnico de enfermagem. Sistema Único de Saúde.

INTRODUÇÃO

O princípio do trabalho, em geral, se constituiu a partir de um ato informal, depois evoluindo para o aperfeiçoamento das atividades transformadoras baseadas em ideias e experimentos que produziram conhecimento, até conquistarem a formalidade do que chamamos de profissão. Com a enfermagem não foi diferente, ela evoluiu de um ato informal, do cuidar arbitrário do outro, para uma profissão mais complexa constituída por meio de base científica (TAVARES, TORRES; SILVA, 2018).

Com efeito, o capítulo objetiva problematizar sobre a formação e o processo de trabalho do Técnico de Nível Médio em Enfermagem considerando as condições de trabalho e os impactos da ideologia neoliberal globalizante para os profissionais da área de saúde.

A metodologia utilizada foi produção fotográfica, revisão bibliográfica e análise documental articuladas com a perspectiva da filosofia dialética. A imagem foi capturada em uma sala de curativo de uma Unidade Básica de Saúde, em Natal/RN, quando do atendimento de um paciente diabético. O instrumento eletrônico utilizado para fotografar a práxis foi *smartphone*, sendo previamente autorizada pela profissional e pelo paciente.

O quadro funcional do ambiente de enfermagem nas casas de saúde é composto pela presença de 03 (três) tipos de trabalhadores: 1) o Auxiliar de

Enfermagem, com formação escolar do ensino fundamental completo e a habilitação do curso de Auxiliar em Enfermagem; 2) o Técnico de Enfermagem, que, por sua vez, deve possuir o nível médio completo; e 3) o Enfermeiro, responsável integral pela equipe.

Todas estas categorias profissionais para o efetivo exercício profissional devem estar registradas junto ao Conselho Regional de Enfermagem, conforme define a lei do exercício profissional, segundo o art. 2º da Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986 (COFEN, 1986).

O objeto de trabalho da profissão de Enfermagem é o cuidar do outro, como ser humano de forma integral, singular e humanizada. No processo do cuidar deve-se olhar para a direção da saúde. Por isso, o foco da enfermagem sempre foi à assistência e o atendimento às necessidades humanas básicas, cujo desafio contempla a sistematização específica do saber e do fazer do campo.

O avanço científico e tecnológico, entre outros fatores, possibilitou a melhoria da qualidade de vida e o acesso a serviços avançados no âmbito da saúde, marcando a história da enfermagem e a passagem do conhecimento pragmático para o reflexivo. No entanto, o processo de globalização, impulsionado pelo capital, tem implicado mudanças nas características físicas e culturais das sociedades, favorecendo, por um lado, a movimentação dos povos entre as regiões e, por outro, a disseminação de doenças, que exigem um cuidar mais humanizado dos profissionais da saúde.

Particularmente, o curso Técnico em Enfermagem é, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996 –, uma oferta de ensino regular de nível médio, na forma integrada, concomitante ou subsequente, e tem por finalidade conduzir à habilitação profissional. (BRASIL, 1996).

Em Natal/RN, o ano de 2015 marca a expansão das ofertas de cursos de formação técnica em Enfermagem por meio da criação da Escola de Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), que entrou em funcionamento no dia 28 de maio de 2015, ofertando, segundo a Resolução nº 008/2015 (CONSUNI) que regulamentou essa Unidade Acadêmica Especializada em Educação Profissional em Saúde, cursos de formação inicial e continuada, técnico, graduação e pós-graduação em enfermagem.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA CONCEITUAL

A Constituição Federal 1988, no artigo nº 196, define que saúde é direito de todos e dever do Estado, devendo ser garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença, de outros agravos e ao acesso universal e igualitário de ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1988).

Em atendimento ao disposto na Carta Magna, foi criado o Sistema Único de Saúde (SUS), produto de reivindicações da sociedade civil pela reforma sanitária, que abrange desde o simples atendimento para avaliação da pressão arterial até o transplante de órgãos, garantindo acesso integral, universal e gratuito para toda a população do país.

É possível dizer que o SUS tem como objetivo integrar e coordenar as ações de saúde nas três esferas do governo conforme estabelece o artigo nº 4 da Lei Orgânica da Saúde – Lei nº 8.080/1990 – em que o conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o SUS (BRASIL,1990).

Em sua concepção, é importante apontar que o SUS não se trata de um sistema de serviços assistencialista, mas que visa articular e coordenar ações promocionais e de prevenção, como as de cura e de reabilitação. (RIBEIRO, 2019).

A Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017, aprovou a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) com vistas à revisão da regulamentação de implantação e operacionalização vigentes, no âmbito do SUS, estabelecendo-se as diretrizes para a organização do componente Atenção Básica na Rede de Atenção à Saúde (RAS) (BRASIL, 2017).

O artigo nº 2 da referida Portaria, define que a Atenção Básica é o conjunto de ações de saúde individual, familiar e coletiva que envolvem a promoção, prevenção, proteção, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos, cuidados paliativos e vigilância em saúde, devendo ser desenvolvida por meio de práticas de cuidado integrado e de gestão qualificada, realizada com equipe multiprofissional e dirigida à população em território definido sobre as quais as equipes assumem responsabilidade sanitária (BRASIL, 2017).

A Atenção Básica é a principal porta de entrada e centro de comunicação da RAS atuando como coordenadora do cuidado e ordenadora das ações e serviços disponibilizados na rede. Os serviços prestados são integralmente gratuitos a todas as pessoas de acordo com suas necessidades e demandas do território, considerando os determinantes e condicionantes de saúde.

As Unidades Básicas de Saúde (UBS) estão localizadas, estrategicamente, nos bairros próximos a um conglomerado de pessoas que residem, trabalham, estudam e vivem garantindo acesso à população e fornecendo atenção à saúde de qualidade. Nesses espaços, os técnicos de enfermagem são profissionais de presença garantida no acolhimento e atendimento aos pacientes.

Segundo Castro e Guimarães (2017) o Técnico de Enfermagem possui atribuições específicas expostas na PNAB por meio de participação nas atividades de assistência básica realizando procedimentos regulamentados no exercício de sua profissão na UBS e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc.).

As ações de educação em saúde são direcionadas a grupos específicos e a famílias em situação de risco, conforme planejamento da equipe gerenciando os insumos necessários para o adequado funcionamento da UBS.

O Técnico de Enfermagem tem papel essencial na atenção básica ao executar ações de saúde estimulando o autocuidado e realizando procedimentos de enfermagem dentro das suas competências técnicas e legais. Dessa forma, contribui para ampliação da resolutividade neste nível de atenção, como por exemplo, no atendimento aos portadores de patologias crônicas, como o diabetes, pois auxilia na identificação desses pacientes em sua área adstrita e atua no controle da glicemia e na prevenção de complicações oriundas do diabetes.

Ou seja, o Técnico de Enfermagem pode ser o ator que fará a ponte entre os agentes comunitários, a comunidade como um todo e os demais profissionais da equipe. Esse círculo de conhecimento torna as práticas do cuidado mais sistematizadas e enlaçadas a realidade vivida pela população entro de sua cultura e de seus valores (CASTRO; GUIMARÃES, 2017).

Efeitos da globalização e do neoliberalismo no processo de formação do técnico de enfermagem

As transformações ocorridas no Brasil, a partir da década de 1990, pelo enfronhamento do capitalismo neoliberal, trouxe instabilidade nas diversas esferas sociais, em especial nas áreas da saúde, educação, política e economia.

Com a enfermagem não foi diferente, as transformações do mundo globalizado, com seus avanços inseridos no meio acadêmico abriram novos espaços e desafios no seu campo de ação conferindo novos contornos e tendências aos processos decorrentes da inovação tecnológica, entre outros.

Sobre isso, Antunes (2009), ao discutir o tema *modo de produção e educação*, emite três notas. Na primeira, apresenta uma compreensão geral sobre o conceito de modo de produção capitalista de acordo com o pensamento marxista, analisando o modo de produção a partir da articulação entre o mundo e a subjetividade, apresentando uma visão ampliada nas áreas econômica, política e sociologia. Assim, se entende que no mundo do trabalho, o modo de produção capitalista é o que produz as variações e a subjetividade determinando o contexto do momento e dominando o que for mais favorável ao capital.

Feita a transposição para o campo da saúde, associa-se que a enfermagem, como a educação, também é um campo de remuneração precária. Inclusive, na divisão social do trabalho, cabe ao grande contingente de trabalhadores técnicos de enfermagem e equipe, apenas o conhecimento básico em saúde, ao passo que, à elite dos médicos, em número bem menor no contingente dos trabalhadores em saúde, raros e privilegiados conhecimentos científicos, configurando a lógica dos semideuses.

Na segunda nota, tem-se que no capitalismo o trabalhador não se reconhece no produto de seu trabalho, portanto dele não se apropria, mas se fetichiza no próprio processo laborativo (ANTUNES, 2009). Ou seja, as diferentes formas de alienação também são conhecidas por estranhamento e no capitalismo expressa que o produto do trabalho não pertence ao seu criador, mas, ao proprietário de sua força de trabalho.

Da mesma forma, feito a transposição semântica, observa-se nessa contextualização o não reconhecimento do trabalho da equipe técnica de enfermagem, uma vez que a concepção e a elaboração da equipe ficam a cargo da

elite profissional ao passo que aos trabalhadores técnicos cabe a execução do trabalho manual.

A terceira nota implica no fato de que o ser que trabalha alienado não se reconhece enquanto autor no ato produtivo central de sua vida e isso indica a dimensão da alienação/estranhamento do trabalhador que não se reconhece como indivíduo, não se vê, também, como parte constitutiva do gênero humano. (ANTUNES, 2009).

A luta dos trabalhadores organizados denuncia o quanto que no capitalismo o trabalho é maquinal, parcelar, fragmentado, fetichizado, coisificado e alienado. O trabalhador é visto como um animal que precisa ser dócil para ser manipulado com tarefas repetitivas e sem discernimento.

Na linha do contraponto destaca-se que na atual conjuntura, o profissional técnico de enfermagem não difere dos outros trabalhadores oprimidos condicionados pelos atributos de alienação e de estranhamento.

O processo de acumulação flexível impulsionado pela globalização trouxe impactos científicos para as diversas áreas do saber, em especial na área da saúde, ampliando o arsenal de métodos e da aquisição de equipamentos que revolucionaram o campo. Ademais, no cotidiano, o acesso à assistência qualificada não foi democratizado, especialmente entre os excluídos economicamente dos bens e serviços sociais básicos, como educação e saúde.

Nessa perspectiva, o campo da saúde é desafiado pela busca de caminhos que respondam de forma crítica e efetiva às questões de exclusão do sistema de saúde que é direito constitucional na sociedade brasileira.

Assim, o registro fotográfico e conceitual apresentados realçam a educação visual que cada paciente deve ser percebido pela saúde coletiva como um ser único.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O registro fotográfico combinado com a revisão bibliográfica oportunizou o repensar, em particular, da *práxis* do técnico de enfermagem como produtor do seu trabalhado, em uma Unidade Básica de Saúde, em Natal/RN e da educação profissional, como um todo, para além do fazer com competência do trabalhador.

A literatura para a educação profissional transformadora reconhece o valor psicopedagógico da competência como repertório psíquico necessário para o campo dos saberes técnicos e práticos do trabalhador. No entanto, propõe a ampliação das possibilidades pedagógicas e a aquisição de múltiplas inteligências no campo das ofertas de educação profissional para que seja possível a formação do trabalhador na perspectiva do desenvolvimento humano integral que valoriza as aprendizagens significativas, totalizantes e contextualizadas em sua experiência formativa (TAVARES, TORRES; SILVA, 2018).

O modelo linguístico representa nesta imagem a profissional – técnico de enfermagem – demonstrando sua competência, ao aplicar seu conhecimento na atuação prática, que é realizar o curativo para tratamento de lesão típica de pacientes portadores de diabetes.

Vale ressaltar o aspecto higiênico e a iluminação da sala que estavam favoráveis para a realização do procedimento e, também, os princípios práticos adotados pela profissional quanto ao uso das normas de biossegurança aplicáveis na troca do curativo como o uso de: luvas, máscara, gorro, avental e sapatos fechados.

Problematizar sobre a formação e o processo de trabalho do técnico de enfermagem, é gerar possibilidades para compreender que o ato produtivo desse profissional, além de sua competência técnica, é permeado pelo cuidar do outro, como ser humano singular.

Por isso, o foco da enfermagem sempre foi à assistência e o atendimento às necessidades humanas básicas, cujo desafio contempla a sistematização específica do saber e do fazer, do conhecimento e da prática, a fim de alcançar mudanças comportamentais, em estreita relação dialética.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição de 1988]. **Diário Oficial da União**; Seção 1, Brasília, DF, p.1, 5 out. 1988. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html Acesso em: 05 set. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990. **Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras**

providências. Brasília, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm Acesso em: 27 set. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. **Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)**. Brasília, 2017. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html Acesso em: 10 jun. 2019.

CARVALHO, André. **Linguagem fotográfica**: e porque é importante estudá-la. [201-?]. Disponível em: https://medium.com/@ndrc/uma-pequena-reflex%C3%A3o-sobre-linguagem-fotogr%C3%A1fica-e-porque-%C3%A9-importante-estud%C3%A1-la-5359ef1a2b6e Acesso em: 09. Jun. 2019.

CASTRO, Ana Luísa de Barros; GUIMARÃES, Raphael Mendonça. Atenção básica no Brasil: avanços e desafios. *In:* COSTA, Jezuíno Ana Lucia da; SIEWERT, Josiane Steil; TORRES, Maria José Fernandes (Orgs.). **Programa de Atualização para Técnico em Enfermagem (PROTENF)**. Porto Alegre (RS): ABEn/ARTMED; PROTENF, 2017. v.3. p. 9-40.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (Rio de Janeiro). Lei n 7.498/86, de 25 de junho de 1986. **Dispõe sobre a regulamentação do exercício da Enfermagem e dá outras providências**. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/lei-n-749886-de-25-de-junho-de-1986_4161.html Acesso em: 23 out. 2018.

RIBEIRO, Paulo Silvino. **Mas o que seria o SUS**? Quais suas diretrizes e princípios gerais? Brasil Escola. 2019. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/sociologia/mas-que-seria-sus-quais-suas-diretrizes-principios-gerais.htm Acesso em: 09 jun. 2019.

TAVARES, Andrezza; TORRES, Maria José Fernandes. Um agradável passeio pela história do curso Técnico de Enfermagem oferecido pela Escola de Saúde da UFRN. **Potiguar Notícias**, Parnamirim/RN, 2018. Disponível em: http://www.potiguarnoticias.com.br/colunas/post/2403/Um-agradvel-passeio-pela-histria-do-curso-Tcnico-de-Enfermagem-da-UFRN Acesso em: 20 jun. 2019.

TAVARES, Andrezza M. B. N; TORRES, Maria José Fernandes; SILVA, José Moisés Nunes. Observatório sobre a produção de conhecimento do PROEJA no campo da saúde. Ciência Sempre. **Revista da FAPERN**, Natal, v. 1, n. 1, p. 56-64, nov./dez. 2018.

TORRES, Maria José Fernandes; TAVARES, Andrezza Maria Batista do Nascimento; SANTOS, Fábio Alexandre Araújo dos. PRONATEC: conexões de uma política pública como proposta de desenvolvimento da formação em enfermagem de nível médio. *In*: FERREIRA Gabriella Rossetti Ferreira (Org.). **Educação:** Políticas, Estrutura e Organização. [S.l]: Atena Editora, 2019. v. 11. cap. 24,. p. 236- 251.

Capitulo 6

CONDIÇÕES PRECÁRIAS DE TRABALHO DOS AGENTES COLETORES DE LIXO

Tarciana Carvalho Gurgel de Azevedo [14]
José Mateus do Nascimento[15]

Fonte: Tarciana Carvalho Gurgel de Azevedo.

RESUMO

A fotografia traz à cena uma representação dos coletores de lixo que são peças fundamentais no processo de controle e transmissão de doenças a população, uma vez que disposição inadequada dos resíduos e dejetos no meio ambiente ocasionam a proliferação de vetores, como ratos, insetos, que transmitem doenças e a decomposição da matéria orgânica presente no lixo produz chorume que contamina o solo e as águas subterrâneas utilizadas no abastecimento da população. No entanto, esta classe de trabalhadores indispensáveis a saúde da população sofre com condições impróprias de trabalhos que degradam a sua própria saúde como inalação de gases tóxicos, cortes devido ao acondicionamento

[14] Mestre em Bioquímica. Professora do campus CNAT- IFRN. Aluna especial do Doutorado em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. E-mail: tarciana.gurgel@ifrn.edu.br.

[15] Doutor em Educação. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. E-mail: E-mail: mateus.nascimento@ifrn.edu.br.

inadequado do lixo feito pela população, entre outros fatores. Apesar dos seus salários serem acrescidos de insalubridade, estes valores não trazem compensação ao desgaste da profissão. A foto foi registrada durante a noite no mês de maio de 2019 na cidade do Natal/RN, dia com fortes chuvas. A imagem mostra um coletor recolhendo várias sacolas que logo em seguida carregou-as para juntar a outras para serem coletas por outros profissionais que devem jogar estes resíduos no caminhão do lixo. Este capítulo objetiva discutir as condições insalubres dos coletores de lixo urbano e sua baixa remuneração mediante revisão bibliográfica. Os resultados apontam para uma relação entre e exploração da força de trabalho feita pelo sistema capitalista a produção excessiva de mercadorias como forma de obter mais lucro e enriquecer proprietários dos meios de produção, a baixa qualidade dos salários e as condições precárias de trabalho dos responsáveis pela última etapa do sistema de produção, o descarte das mercadorias da sociedade de consumo.

Palavras-chave: Coletores de lixo. Condições precárias de trabalho. Sistema Capitalista. Sociedade de Consumo.

INTRODUÇÃO

Definimos lixo, como todos os resíduos sólidos sem utilidade gerados através de atividades humanas como, por exemplo, preparo de alimentos gerando descarte de cascas, sementes, ossos, eliminação de embalagens de produtos industrializados, jogar fora uma boneca quebrada, uma roupa sem mais uso, folhas e galhos que caem de árvores etc. (EIGENHEER, 2009). Viver numa sociedade de consumo significa produzir, adquirir consumir e descartar produtos de forma desenfreada (MOLINARI, 2015). O consumo excessivo e os desperdícios geram problemas ambientais, uma vez que o consumo exacerbado de bens materiais vem promovendo alterações ambientais físicas e biológicas ao longo do tempo, modificando paisagens (MUCELIN; BELLINI, 2008) contaminando solo e lenções freáticos (SHIRAIWA, 2002).

No entanto, não só problemas ambientais encontramos associados ao lixo, a exposição diária a locais contaminados e a precarização das condições de trabalho dos coletores de lixo, provoca adoecimento nestes trabalhadores, como argumenta Robazzi et al. (1994, p.178): “O contacto frequente com agentes nocivos à saúde o caracteriza como um dos mais arriscados e insalubres, podendo a observação de riscos ocupacionais aos trabalhadores ser feita, até mesmo por leigos”. Ainda de acordo com esta autora: “[...] Executado rotineiramente por coletores de lixo ou

lixeiros, verifica-se que essas pessoas são predominantemente do sexo masculino, possuem baixo nível escolar [...]".

Segundo Pereira et al. (2013, p. 1):

> [...] o vasto conjunto literário da Teoria do Capital Humano postula que a educação, à medida que melhora a habilidade dos trabalhadores, dotando-lhes de maior nível de conhecimento, torna-os mais eficientes no desempenho de suas funções. O aumento da eficiência aumenta a sua produtividade, o que leva o empregador a aumentar a sua remuneração. Por conseguinte, há uma tendência de que os diferenciais salariais reflitam os padrões educacionais dos trabalhadores.

Desse modo, o presente capítulo tem por finalidade fazer uma abordagem da problemática sobre os coletores de lixo, suas condições precárias de trabalho e seus baixos salários, visando contribuir com outras obras da literatura que tratam direta ou indiretamente sobre estes trabalhadores. A escolha do tema surge da necessidade de ampliar as discussões sobre este assunto tão complexo, pois não há ambiente urbano que não enfrente problemas relacionados ao lixo, apenas diferenciando-os em quantidade de produção e não necessite de serviços de coleta ou locais de depósitos apropriados e consequentemente pessoas ou profissionais que exerçam papeis de dar destinos aos resíduos sólidos (SANTOS, 2015).

A metodologia utilizada para a discussão foi uma revisão bibliográfica feita através de consulta a fontes de dados diversas. A seleção do material foi realizada utilizando como critério a busca e seleção de artigos científicos brasileiros, trabalhos de conclusão de curso, dissertações, reportagens, artigos da Constituição Federal (CF/1988) e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

O texto parte de uma expressão fotográfica escolhida por apresentar um trabalhador de limpeza pública e trazer elementos que caracterizam o seu ofício, instigando o leitor na busca de mais informações sobre a invisibilidade social destes trabalhadores, fruto da posição desprivilegiada dessa profissão no contexto social, além de lembrar sobre as implicações das produções humanas, especialmente numa época que se notabiliza pela desenfreada produção industrial.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA CONCEITUAL

Condições precárias do trabalho dos coletores de lixo

A realização da limpeza urbana é de fundamental importância uma vez que evita inúmeros malefícios para a população como para o meio ambiente. A produção de lixo domiciliar está em constante crescimento fazendo o lixo ganhar contornos públicos inusitados, não só pela crescente quantidade produzida, mas também pelos custos elevados que acarreta ao contribuinte (EIGENHEER, 2009). Nesse processo, os trabalhadores que coletam lixo, conhecidos por lixeiros ou garis, são peças chaves.

Segundo Cardoso (2012, p.1):

> [...] a execução desse trabalho varia de acordo com o desenvolvimento tecnológico do local, as características demográficas da região e o nível educacional e cultural da população". Em muitas cidades do Brasil esse trabalho ainda é feito manualmente e, por isso, os coletores estão constantemente expostos a fatores de risco para a saúde, dentre eles os fatores físicos, químicos, biológicos e ergonômicos[...].

Condições precárias e insalubres do labor dos coletores, são relatadas desde a época dos escravos como encontramos na obra de Eigenheer (2009, p. 95):

> [...] A repugnante tarefa de carregar lixo e os dejetos da casa para as praças e praias era geralmente destinada ao único escravo da família ou ao de menor status ou valor. Todas as noites, depois das dez horas, os escravos conhecidos popularmente como "tigres" levavam tubos ou barris de excremento e lixo sobre a cabeça pelas ruas do Rio. Os prisioneiros realizavam esse serviço para as instituições públicas... Esses barris são geralmente de madeira. Os tampos inferiores na parte onde se firma a cabeça, com a infiltração constante da umidade, não raro, apodrecem, enfraquecendo a sua natural resistência. Um belo dia – catrapuz – a tábua carcomida desloca-se, parte-se e a extremidade circular do barril vem como um colar sobre o pescoço do negro. Esse desastre, que provoca sempre a alegria e o clamor dos outros negros, é comuníssimo até pelas ruas mais centrais, de maior trânsito, passagem obrigatória desses indesejáveis recipientes, afetando a forma estética de vaso grego; ânfora, porém, onde se não guardam perfumes [...].

Ainda citando este autor, "não apenas escravos, mas via de regra, estavam nessas atividades excluídos sociais (prisioneiros, estrangeiros, escravos, ajudantes de carrascos, prostitutas, mendigos, etc.)" (EIGENHEER, 2009, p.20). De alguma forma permanece ainda hoje a prática segundo a qual os "socialmente inferiores" devem se encarregar desses serviços (PETROSKI, 2016).

Contato com líquidos impróprios a saúde humana (contaminação por chorume, medicações vencidas, excreções humanas) também persiste até os dias atuais, outros riscos e situações além daqueles ligados diretamente aos acidentes de trabalho, tais como: o acondicionamento inadequado por parte da população ocasionando cortes (VELLOSO, 1997) as áreas imensas nas quais devem fazer a coleta de lixo, problemas pulmonares (LINS-GONÇALVES *et al.,* 2011), jornadas excessivas (CIRCUITO MATO GROSSO, 2019), distúrbios osteomusculares (CARDOSO *et al.,* 2014), dores lombares (PATARO, 2014).

Robazzi *et al.* (1994), em seu estudo, acrescenta aos perigos expostos a estes trabalhadores: mordeduras de animais soltos nas ruas, pisos derrapantes, caminhões recolhedores de lixo sem luzes de sinalização traseira, ausência de equipamentos protetores, ritmo acelerado em que é realizado o trabalho, brincadeiras durante o mesmo, embriaguez, riscos de serem atropelados, perdas de audição, além da contaminação direta devido aos resíduos coletados.

Valores ilusórios da Insalubridade

Segundo Argüello (1997), de acordo com a sua natureza, o lixo pode ser classificado em: doméstico ou residencial (resíduos gerados em casas, apartamentos, condomínios e demais edificações residenciais); comercial (resíduos gerados em estabelecimentos comerciais); público (resíduos presentes em logradouros públicos como: folhas, poeira, terra, galhos, etc.); domiciliar especial (entulho de obras, pilhas e baterias, lâmpadas fluorescentes e pneus); agrícola (gerados a partir de restos de embalagens impregnados com pesticidas e fertilizantes químicos, etc.); lixo de fontes especiais (industrial, radioativo, de portos, aeroportos e terminais rodoferroviários); e resíduos de serviços de saúde (todos os resíduos gerados nas instituições que lidam com a saúde da população como farmácias, hospitais, clínicas, laboratórios, etc.).

Sendo assim, a exposição destes trabalhadores a substância tóxicas vai além do contato com o chorume, visto eles poderem também ser expostos a resíduos agrícolas, hospitalares e de fontes especiais que contém material radioativo, por exemplo.

Por trabalharem com exposição nociva a saúde ou a integridade física, os coletores de lixo recebem compensação financeira, na forma Adicional de Remuneração para as Atividades Penosas, Insalubres ou Perigosas, direitos garantidos na Constituição Federal de 1988 a seguir:

> Art. 7. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:
> XXIII - adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei. (BRASIL, 1988, não paginado).

De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Decreto-Lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943, por insalubridade entendemos:

> Art. 189. Serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos (BRASIL, 1943, não paginado).

O cálculo do adicional de insalubridade é feito com base no salário mínimo de cada região e no grau de insalubridade da atividade exercida de acordo com o Art. 192, da CLT: para atividades insalubres de grau mínimo, o adicional é de 10%; para insalubridade em grau médio, 20%; e para o grau máximo, é de 40%. (BRASIL, 1943). A classificação do grau de insalubridade de cada atividade é definida pela Norma Regulamentadora 15 do Ministério do Trabalho, Portaria 3214/1978.

10% ou mesmo 40% de um salário mínimo, acaba muitas vezes sendo um valor irrisório, sem poder de compra para a aquisição de medicamentos que trate das doenças obtidas neste ambiente de trabalho insalubre. Como disse Oliveira (2014, não paginado) “Insalubridade é a forma que a empresa compra a sua saúde paga o valor que a lei acha que vale e normalmente o empregado se satisfaz com isso”.

A sociedade de consumo, O capitalismo e exploração dos trabalhadores do lixo

Lidar com lixo desencadeia todo um conjunto de problemas à saúde do trabalhador conforme observamos em vários trabalhos citados anteriormente. No

entanto ao estudarmos outros assuntos relacionados ao lixo nos deparamos com problemas mais profundos pois sabemos que o excesso destes resíduos são os resultados de uma sociedade de consumo, fruto do sistema capitalista. De acordo com Bettes e Belletti (2016, p.169) “O capitalismo é responsável pelo aumento do consumo de bens pela humanidade, pois gera uma consciência coletiva de que determinados itens são indispensáveis para a sadia qualidade de vida ou capazes de atribuir status aos sujeitos que os detém ou usufruem [...]”.

Possuir, demonstrar, acumular bens é sinônimo de sucesso, acessão social, destaque, pois numa sociedade marcada pela desigualdade nem todos possuem capacidade de consumir. Para promover a aquisição de bens, o mercado cria e manipula hábitos de consumo, reduz a vida útil de diversos produtos e multiplica as opções por mercadorias descartáveis, sendo assim, ocorre um aumento de resíduos sólidos e consequentemente amplia os problemas associados ao lixo. (MAGALHÃES, 2002).

Ainda citando Bettes e Belletti (2016, p. 175):

> O consumo e o consumismo encontram-se intimamente ligados, sendo difícil determinar quando um termina e outro começa. Fato é que o consumo passou a ser atrelado às noções de felicidade, de desenvolvimento e de posição social, já que ter mais bens reflete prosperidade econômica e sucesso. A sociedade de consumo acaba por produzir carências e desejos de bens de maneira compulsiva e o cidadão se vê compelido a consumir cada vez mais, como se tivesse uma obrigação social e moral de assim o fazê-lo.

O consumo ocorre não mais para atender as necessidades humanas e sim a do grande mercado de comercializar os bens produzidos em escala industrial como forma de escoar mercadorias e manter o funcionamento do sistema produtivo. O sistema capitalista busca de alguma forma intensificar a produção e o consumo de mercadorias e nesse processo emerge a utilização de máquinas, o desenvolvimento de tecnologias e a transformação de pessoas em potenciais consumidores (POLON, 2011). Ao observar o perfil deste consumo, ver-se o acúmulo de riquezas nas mãos de uma minoria e o empobrecimento do restante da população. Sendo assim, o sistema capitalista desencadeia desigualdades sociais (MARX, 1988 apud POLON, 2011). A desigualdade social é caracterizada a partir de diferentes fatores que

refletem o consumo como a forma de viver, de morar, a forma de se vestir, os aparelhos celulares que possui, entre outras.

Segundo Polon (2011, p. 6) “A cultura de consumo é a cultura de acumulação material [...] o homem para estar incluído na sociedade atual precisa ser consumidor, o consumo deixou de ser apenas o resultado da produção, e passou a ter o poder de inclusão social”, o indivíduo é incluído na sociedade de acordo com aquilo que consome. As relações de consumo se dão de forma muito rápida e o indivíduo precisa se adaptar ao ritmo imposto, caso contrário, será excluído do grupo dos que consomem.

Aprofundando nesta reflexão, ao estudar a obra de Marx, Figueiredo (2013, p. 2) evidência que:

> [...]a dimensão social do trabalho e a relação que os homens estabelecem entre si para reprodução de determinado modo de produção são fundamentais para compreender a gênese e a reprodução da desigualdade social entre estes, posto que é a partir do trabalho que se produz a riqueza social que impulsiona a humanidade a patamares superiores de sociabilidade[...] A desigualdade social gestou-se a partir do domínio do homem sobre a natureza – com a produção do excedente – possibilitando a exploração do homem pelo homem, ou seja, no período histórico de transição da comunidade primitiva à sociedade de classes, os homens passam a produzir além do necessário à sua própria sobrevivência tornando desnecessária a produção e o consumo coletivos, determinando assim a instituição de relações de poder com base na opressão de uma classe sobre a outra.

Leite e Santos (2014, não paginado), discorrendo sobre os pensamentos de Marx, cita que “o processo capitalista de produção não é simplesmente produção de mercadorias. É processo que absorve trabalho não pago, que transforma os meios de produção em meios de extorsão de trabalho”, este autor, ainda citando Marx, destaca alguns pontos da teoria da mais-valia, sendo eles: O trabalhador é desprovido dos meios de produção, assim, para viver, ele tem que vender sua única mercadoria: sua força de trabalho; O valor da força de trabalho, como de qualquer mercadoria é dado pelo valor necessário para manter o trabalhador vivo; O trabalhador gera mais valor que o recebido no salário; A exploração do trabalho pelos capitalistas se vale da alienação do trabalhador no processo produtivo; o trabalhador abandona o centro de si mesmo, não escolhe o horário nem o ritmo de trabalho, embora isso lhe pareça ficticiamente como resultado de um contrato livre e passa a ser comandado de fora, por forças estranhas a ele.

Durante o processo de trabalho da coleta de lixo urbano, os trabalhadores andam, correm, sobem e descem ruas, levantam diferentes pesos e suportam sol, chuva, frio e variações bruscas de temperatura realizando suas atividades de trabalho de forma árdua, sujeitos às intempéries climáticas (LAZZARI; REIS, 2008). A coleta de lixo é realizada com tecnologia precária, na maior parte do tempo de forma manual, em que o corpo do trabalhador transforma-se em instrumento de carregar o lixo (VELLOSO, 1995). Na coleta de lixo, são comuns acidentes com materiais perfuro-cortantes, como vidro, latas, plantas com espinhos, pregos, espetos e até mesmo agulhas de seringas. As luvas dos trabalhadores geralmente oferecem pouca proteção, os lixeiros chegam a correr de 15 a 30 km. (LAZZARI; REIS, 2008).

O Brasil é o quinto produtor de lixo no mundo e apesar da alta demanda para destinar o lixo ao seu descarte adequado, o salário dos trabalhadores da limpeza é baixo (TORRES *et al.,* 2017). As más condições de vida (obtidas sobretudo por conta da exposição ao lixo e doenças provindas deste) aliam-se ao baixo teto salarial e tornam a profissão um ofício desfavorável para quem a exerce. (COMUNITAS, 2017).

Além disso, ao coletar os descartes da população, estes trabalhadores acabam trazendo à tona preconceitos, rejeições, comportamento sombrios das pessoas, por exemplo. O lixo por ser algo sujo, velho, gasto, ultrapassado e sem valor deve ser levado para longe (JUNCÁ *et al.*, 2000), e estes sentimentos de desprezo e descarte acabam sendo transferidos aos trabalhadores da limpeza (GONÇALVES, 2005), contribuindo para assim serem chamados de lixeiros.

Segundo Velloso (1997, p. 1), o termo gari, como também são chamados, refere-se a:

> [...] No início do século, os serviços de limpeza urbana foram entregues à iniciativa privada, quando então os Irmãos Garys assumiram a companhia industrial do Rio de Janeiro, por autorização do governo municipal, para desempenhar os serviços de coleta, transporte e destino do lixo. Desde então, os trabalhadores da coleta de lixo passaram a ser denominados pelo nome genérico de seus patrões: garis [...].

Sabe-se que o trabalho, além de permitir sobrevivência e acúmulo de riquezas, interfere na inserção do homem na sociedade, delimitando os espaços de

mobilidade social, fazendo com que os indivíduos sejam identificados mediante as atividades que realizam. Desta forma o trabalho funciona como um mecanismo não apenas para adquirir riquezas como prestígio social. Sendo assim, a realização pessoal pode estar intimamente vinculada ao reconhecimento do trabalho perante a sociedade (SILVA, 2011). Lidar com o lixo, adoecer, correr riscos, ter baixos salários, sofrer discriminação social, todos estes fatores implicam numa atividade laborativa que acaba muitas vezes trazendo mais sofrimento ao invés de prazer.

De acordo com Sousa *et al.* (2016, p.282), os agentes da limpeza:

> [...] além do lidar cotidiano com o lixo, fonte de exclusão social, tem-se a instabilidade no processo de trabalho, pois a maioria goza de empregos celetistas, sujeitos a mudanças organizacionais e empregatícias consideráveis, as quais conduzem aos desconfortos e tensões cotidianas ao executarem suas funções.

Enfim, finalizamos com uma citação de Silva *et al*. (2013, p 15):

> [...] vivenciamos um contexto histórico marcado pela "tendência decrescente da taxa de uso das coisas" [...], é fato que, por detrás do "espetáculo de produção de mercadorias", encontram-se trabalhadores que lidam diretamente com todo tipo de materiais (lixo), muitas vezes sendo expostos a toda sorte de riscos à sua saúde, seja pelos materiais infectados, pérfuro-cortantes etc., seja pela própria complexidade ergonômica exigida para desempenharem seu trabalho. Isto significa admitir que o ciclo das coisas não termina quando se descarta algo de que não mais se fará uso, pois aí inicia-se a vida cotidiana de outros sujeitos sociais que dão vida a um "mundo do trabalho" oculto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A coleta de lixo é uma atividade essencial para a preservação ambiental e para a saúde pública. Assim, os indivíduos responsáveis por esse trabalho, são significativamente importantes no contexto social do mundo moderno, em que a produção de lixo é altíssima.

Ao resgatarmos a fotografia que serviu de "abre-alas" para a início deste capítulo questionamos até que ponto trabalhar com lixo interfere na identidade e na autoestima dos limpadores de rua, visto que o trabalhador não permitiu sua identificação, não concordou em mostrar seu rosto para assim não ser reconhecido.

Neste ofício vemos uma triste relação entre e exploração da força de trabalho feita pelo Sistema Capitalista, a produção excessiva de mercadorias como forma de obter mais lucro e enriquecer proprietários dos meios de produção, a baixa qualidade dos salários e as condições precárias de trabalho dos responsáveis pela última etapa do sistema de produção, o descarte das mercadorias da sociedade de consumo.

REFERÊNCIAS

ARGÜELLO, Carol Castilho. **Guia para o manejo interno de resíduos sólidos em estabelecimentos de saúde**. 2. ed. Brasília: Centro Pan-Americano de Engenharia Sanitária e Ciências do Ambiente/Opas, 1997.

BETTES, Janaína Maria; BELLETTI, Caroline. Sociedade de consumo e meio ambiente, as medidas internacionais para a promoção do consumo sustentável. **Revista de Direito, Globalização e Responsabilidade nas Relações de Consumo**, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 168 -183, jul./dez. 2016.

BRASIL. Consolidação das Leis do Trabalho. Decreto-Lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943. **Das Atividades Insalubres ou Perigosas**. 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 18 jun. 2019.

BRASIL. [Constituição de 1988]. **Diário Oficial da União**; Seção 1, Brasília, DF, p.1, 5 out. 1988. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html Acesso em: 18 jun. 2019.

BRASIL. Ministério do trabalho. Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978. **Aprova as Normas Regulamentadoras - NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.** 1978. Disponível em: https://enit.trabalho.gov.br/portal/images/Arquivos_SST/SST_NR/NR-15.pdf. Acesso em: 18 jun. 2019.

CARDOSO, Rodrigo Kohn. **Condições de saúde e trabalho de coletores de lixo.** 2012. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós Graduação em Educação Física) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.

CARDOSO, Rodrigo Kohn *et al*. Distúrbios osteomusculares e fatores associados em coletores de lixo de duas cidades de porte médio do sul do Brasil. **Revista Dor**. São Paulo, v. 15, n. 1, p. 13-16, jan./mar. 2014.

CIRCUITO MATO GROSSO. **Garis denunciam condições precárias de trabalho em Cuiabá.** 2019. Disponível em: http://circuitomt.com.br/editorias/cidades/140219-

garis-denunciam-condicoes-precarias-de-trabalho-em-cuiaba.html. Acesso em: 16 jun. 2019.

COMUNITAS. **Profissão catador:** as condições de vida de quem vive do lixo. 2017. Disponível em: https://wiki.redejuntos.org.br/busca/como-funciona-vida-de-um-catador-de-lixo-profissao-catador-condicoes-de-vida-de-quem-vive-do . Acesso em 17 jun. 2019.

EIGENHEER, Emilio Maciel. **A história do lixo:** a limpeza urbana através dos tempos. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2009.

FIGUEIREDO, Joseane Gomes. Desigualdade social e capitalismo: os limites da igualdade sob a ordem burguesa. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 7., 2013. São Luiz, Maranhão. **Anais** [...] São Luiz, 2013. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo4-desigualdadessociaisepoliticaspublicas/desigualdadesocialecapitalismo-oslimitesdaigualdadesobaordemburguesa.pdf. Acesso em: 17 jun. 2019.

GONÇALVES, Rúbia Cristina Martins. **A voz dos catadores de lixo em sua luta pela sobrevivência.** 2005. 131f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2005.

JUNCÁ, Denise Chrysóstomo de Moura *et al.* **A mão que obra no lixo.** 1 ed. Niterói: EdUFF, 2000. 121 p.

LAZZARI, Michelly Angelin; REIS, Cássia Barbosa. Os coletores de lixo urbano do município de Dourados e sua percepção sobre os riscos biológicos em seu processo de trabalho. **Revista Ciência e Saúde Coletiva.** Mato Grosso do Sul, v. 16, n. 842, p. 3437-3442, 2011.

LEITE, Meyriana Bezerra; SANTOS, Jamile de Lima. Trabalho: atividade vital, exploração e alienação - uma análise à luz da teoria marxista. *In:* JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 7., São Luiz, 2013. **Anais** [...] São Luiz: UFMA, 2013. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo2-transformacoesnomundodotrabalho/trabalho-atividadevital-exploracaoealienacao_umaanalisealuzdateoriamarxista.pdf. Acesso em 17 jun. 2019.

LINS-GONÇALVES, Roberta *et al.* Funcionalidade pulmonar em garis. **Periódico Científico do Núcleo de Biociências**, Minas Gerais, v. 1, n. 1, ago. 2011.

MAGALHÃES, Ligia Maria. **Lixo e desperdício:** uma perspectiva numa sociedade de consumo. 2002. 47f. Monografia (Pós-Graduação em Marketing Globalizado) - Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, 2002.

MOLINARI, Daniela da Rosa. **Entre o luxo e o lixo**: desafios da sociedade de consumo na gestão dos resíduos sólidos. 2015. 154f. Dissertação (Mestrado em

Direito)- Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, RS, 2015.

MUCELIN, Carlos Alberto. BELLINI, Marta. Lixo e impactos ambientais perceptíveis no ecossistema urbano. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 20, n.1, p. 111-124, jun. 2008.

OLIVEIRA, Marcelo Leonardo Braga de. **Insalubridade e Periculosidade. Aspectos Legais sobre Insalubridade e Periculosidade.** 2014. Disponível em: http://www2.ebserh.gov.br/documents/147715/393018/Insalubridade_e_Periculosidade_Marcelo_[Modo_de_Compatibilidade]SEE2014.pdf. Acesso em: 16 jun. 2019.

PATARO, Silvana Maria Santos; FERNANDES, Rita de Cássia Pereira. Trabalho físico pesado e dor lombar: a realidade na limpeza urbana. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 17, n 30, p. 17-31, jan./mar. 2014.

PEREIRA, Vanessa da Fonseca *et al.* Avaliação dos retornos à escolaridade para trabalhadores do sexo masculino no brasil. **Rev. Econ. Contemp**., Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 153-176, jan./abr. 2013.

PETROSKI, Veronica Ribas Machado. As políticas públicas para o tratamento dos resíduos sólidos urbanos em Ponta Grossa-PR. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA, 15., Curitiba, 2016. **Anais** [...] Curitiba: Anpuh, 2016. Disponível em: http://www.encontro2016.pr.anpuh.org/resources/anais/45/1467226346_ARQUIVO_artigo-anpuh.pdf. Acesso em: 18 jun. 2019.

POLON, Luana Caroline Künast. Sociedade de consumo ou o consumo da sociedade? Um mundo confuso e confusamente percebido. *In:* SEMINÁRIO NACIONAL, ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS, 5., Cascavél, 2011. **Anais** [...] Paraná: Unioeste, 2011. Disponível em: http://cac-php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario6/arqs/Trab_completos_economia_sociedade/Sociedade_de_consumo_ou_consumo_sociedade.pdf. Acesso em: 18 jun. 2019.

ROBAZZI, M. L. C. C. *et al*. O serviço dos coletores de lixo: riscos ocupacionais versus agravos à saúde. **Rev. Esc. Enfc. USP**, São Paulo, v.28, n.2, p. 177-90, ago. 1994.

SANTOS, Tereza Luiza Ferreira dos. **Atualização de pesquisa bibliográfica sobre coletores de lixo**: 1996 a 2014. São Paulo. 2015. Disponível em: http://www.fundacentro.gov.br/biblioteca/biblioteca-digital/acervodigital/detalhe/2015/8/atualizacao-de-pesquisa-bibliografica-sobre-coletores-de-lixo-1996-a-2014. Acesso em: 14 jun. 2019.

SHIRAIWA, Shozo *et al.* Estudos geofísicos integrados no lixão de Cuiabá, MT, Brasil – resultados preliminares. **Rev. Bras. Geof**, São Paulo, v. 20, n .3, p. 181-186, set./dez. 2002.

SILVA, Késia Aparecida Teixeira. “O Lixo pode ser mais que Lixo”: O Sentido do Trabalho para Catadores de Materiais Recicláveis. *In:* ENCONTRO DO ANPAD, 35., Rio de Janeiro, 2011. **Anais** [...] Rio de Janeiro: ANPAD, 2011. Disponível em: http://www.anpad.org.br/admin/pdf/GPR1303.pdf. Acesso em: 18 jun. 2019.

SILVA, João Vitor Ramos *et al*. Invisibilidade Social e Saúde do Trabalhador na Coleta de Lixo Urbano em Presidente Prudente. *In:* SEMINÁRIO INTERNACIONAL – QUESTÕES DO TRABALHO, AMBIENTAIS E DA SAÚDE DO TRABALHADOR, Presidente Prudente, 2013. **Anais** [...] Prudente: UNESP, 2013. Disponível em: http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/2889/2436. Acesso em: 19 jun. 2019.

SOUSA, Milena Nunes Alves de *et al*. Estresse, qualidade de vida e trabalho: estudo com agentes da limpeza urbana. **Revista Brasileira de Qualidade de Vida**, Ponta Grossa, v. 8, n. 4, p. 281-295, out./dez. 2016.

TORRES, Luisa *et al.* **Quem ainda atua nos lixões desempenha, segundo autoridades, atividade análoga à escravidão.** 2017. Disponível em: https://www.gazetaonline.com.br/noticias/economia/2017/11/catadores-de-lixo-sao-vitimas-do-descaso-publico-1014107381.html Acesso em: 17 jun. 2019.

VELLOSO, Marta Pimenta. **Processo de trabalho da coleta de lixo domiciliar na cidade do Rio de Janeiro:** percepção e vivência dos trabalhadores. 1995. 123f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública, FioCruz, Rio de Janeiro, 1995.

VELLOSO, Marta Pimenta; SANTOS, Elizabeth Moreira dos; ANJOS, Luiz Antônio dos. Processo de trabalho e acidentes de trabalho em coletores de lixo domiciliar na cidade do Rio de Janeiro. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 693 - 700, out./dez. 1997.

Capítulo 7

ARTESANATO:
BASE DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Andréia Karina de Lira[16]
Arionaldo Gilvanny Paulino Miranda[17]
José Moisés Nunes da Silva[18]

Fonte: Andréia Karina de Lira.

RESUMO

O registro fotográfico aconteceu em maio de 2019. Retrata um trabalhador urbano informal, comercializando sua produção artesanal em um de mercado público no município de Monte Alegre-RN. A produção fotográfica se relaciona com

[16] Graduada em Ciências Biológicas. Especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica. Aluna especial do mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Email: karinalira7@gmail.com.

[17] Bacharel em Ciências Contábeis. Especialista em Gestão Pública. Licenciado em Letras Espanhol. Aluno especial do mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Email: arimiranda@globomail.com.

[18] Doutor em Educação. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional/PPGEP do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte/IFRN. Email: moises.silva@ifrn.edu.br.

o desenvolvimento de atividade da disciplina Processos Cognitivos, Teorias de Aprendizagem e Educação Profissional do Programa de Pós-Graduação Acadêmico em educação profissional (PPGEP) do Instituto Federal do Rio Grande do Norte. O objetivo do capítulo é tematizar o artesanato como base da economia solidária e sua correlação com mundo do trabalho. A metodologia utilizada foi produção fotográfica e revisão bibliográfica numa perspectiva dialética de análise. O resultado da experiência fotográfica aponta para a necessidade de se estruturar políticas públicas efetivas para o desenvolvimento do artesanal economicamente sustentável, propiciando ao trabalhador o direito, através do trabalho, à sua produção, socialização e desenvolvimento humano.

Palavras-chave: Trabalho. Economia solidária. Artesanato.

INTRODUÇÃO

A missão essencial do trabalho informal no processo de promoção da cidadania do trabalhador potencializa-se com as adversidades e os novos desafios impostos pelo capitalismo, o que requer a implementação de políticas públicas que viabilizem, de fato e de direto, os fundamentos preconizados na Carta Magna brasileira de 1988, particularmente no que diz respeito a cidadania, a dignidade da pessoa humana e aos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa. (BRASIL, 1988).

Na sociedade moderna, definida também por sociedade do conhecimento, da tecnologia e da globalização, as desigualdades tornam-se latentes, em especial entre os que possuem e os que não possuem meios de subsistência, com destaque para os que estão à margem ou até mesmo excluídos do mundo do trabalho.

A relação do homem com o trabalho consiste em um liame intrínseco e indissociável, desde os primórdios das civilizações até a atualidade. No que concerne a relação homem e trabalho Aranha (2008, p. 22) diz que:

> O homem se faz pelo trabalho. Ou seja, ao mesmo tempo que produz coisas, torna-se humano, constrói a própria subjetividade. A medida que o trabalho muda o jeito de ser, de pensar e de agir de cada ser humano e cada cultura, torna-se condição de humanização e instrumento da liberdade, porque é pelo trabalho que o homem viabiliza a realização de seus projetos (e desejos) no mundo, ao mesmo tempo que se torna propriamente humano.

No entanto, ao reflexionar sobre essa conexão, deve-se atentar para a dualidade histórica da relação capital e trabalho, buscando refletir sobre os impactos sociais inerentes a essa relação, conforme cita Marx (2010, p.82):

> [...] o trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Produz palácios, mas cavernas para o trabalhador. Produz beleza, mas deformação para o trabalhador. Substitui trabalhos por máquinas, mas lança uma parte dos trabalhadores de volta a um trabalho bárbaro e faz da outra parte [de trabalhadores] máquinas. Produz espírito, mas produz imbecilidade, cretinismo para o trabalhador.

Whitaker (2008) ressalta que os sociólogos qualificam as sociedades que substituíram formas artesanais e camponesas de produção por industrialização baseada no avanço tecnológico e arraigada na globalização da economia. Sendo assim, outro fator relevante, que corrobora para embasar a necessidade de fomentar e fortalecer as formas alternativas de produção artesanal e de manufatura, consiste nas mutações das relações sociais e de trabalho, que ao longo do tempo veem seu espaço sendo minimizando em virtude dos avanços tecnológicos inerentes a industrialização e gerenciados pelo capital.

É diante desse contexto, que o esse capítulo pretende destacar a tematização do artesanato como base da economia solidária e sua correlação com mundo do trabalho, partindo da perspectiva analítica de uma fotografia, onde retrata a prática laboral de um trabalhador urbano informal, comercializando sua produção artesanal em um espaço mercadológico público idealizado para esse fim e construído e mantido pela iniciativa pública, objetivando congregar trabalhadores rurais, artesão, pequenos produtores de manufatura, empreendedores sociais e microempreendedores, de modo a fomentar e fortalecer a economia solidária do município de Monte Alegre, pertencente à região metropolitana de Natal, no Rio Grande do Norte.

Assim, o presente trabalho se justifica pela necessidade de se propalar o debate e a reflexão sobre a relação estabelecida entre a economia solidária e mundo do trabalho, em uma abordagem sobre o artesanato e o trabalho informal e os demais fatores que contribuem para a consolidação dessa vertente econômica como alternativa à inclusão social no mundo do trabalho e consequente geração de emprego, renda e desenvolvimento socioeconômico local e regional.

A proposta de debater tal temática motiva o pensamento crítico reflexivo acerca da urgente necessidade de estruturação de políticas públicas efetivas para o desenvolvimento do setor artesanal de forma economicamente sustentável. Quanto a proposição do debate de temáticas relevantes para a sociedade, Kupstas (2008) afirma que o exercício do debate é libertador, incentiva a visão crítica do mundo; o debate é uma arma contra a manipulação e o conformismo; é um passaporte para a democracia e a vida em sociedade.

A metodologia utilizada foi a produção fotográfica e a revisão bibliográfica numa perspectiva dialética de análise. Para tanto, confrontou-se aspectos bibliográficos inerentes ao mundo do trabalho, trabalho informal, artesanato e economia solidária com a *práxis* do trabalho informal retratada na fotografia registrada em maio de 2019, no Mercado Municipal Luiz Alexandre da Rocha, na cidade de Monte Alegre/RN, a qual faz parte das atividades da disciplina Processos Cognitivos, Teorias de Aprendizagem e Educação Profissional, do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP) do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN).

A abordagem do trabalho é indutiva, uma vez que se utiliza de registro fotográfico de fato social específico sintetizado e referenciado bibliograficamente de modo a viabilizar debates, reflexões e conclusões verídicas a partir de premissas também verídicas. Segundo Ruiz (2002, p. 139), “A indução caminha do registro de fatos singulares ou menos gerais para chegar à conclusão desdobrada ou ampliada em enunciado mais geral [...]”. Desse modo a disposição analítica da fotografia em estudo permite evocar problemáticas de relevância social.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA CONCEITUAL

A economia solidária exerce um papel de grande importância social e econômica em nosso país, tendo seu cerne na recognição e enaltecimento do ser humano em detrimento ao capital, objetivando a inclusão social, a igualdade, a cooperação, a autogestão, o consumo solidário, o desenvolvimento sustentável, o comércio justo, entre outros fatores de cunho social, e congrega inúmeros trabalhadores que são excluídos ou até mesmo nunca adentraram no mundo formal do trabalho.

Nesse sentido, Singer (2004) afirma que mesmo sendo hegemônico, o capitalismo não impede o desenvolvimento de outros modos de produção porque é incapaz de abarcar toda a população econômica ativa. Ou seja, mesmo diante de toda imponência, o capitalismo, envolto em suas crises cíclicas, não é capaz de inviabilizar outras vertentes econômicas, como por exemplo, a economia solidária.

A economia solidária, segundo Novaes (2012, p. 134),

> [...] preconiza o trabalho como meio de libertação humana dentro de um processo de democratização econômica, criando uma alternativa à dimensão alienante e assalariada das relações do trabalho capitalista. Ela possui característica multidisciplinar ao envolver disciplinas de diferentes áreas do conhecimento social, econômico, ecológico, política, jurídica, cultural e de tecnologia.

Dessa forma, observa-se a amplitude e a relevância social da economia solidária, ainda que, uma vertente socioeconômica de tal magnitude traga consigo um universo complexo e dotado de adversidades e reveses, entre as quais: acesso ao crédito e planejamento/gestão financeira, estrutura de mercado e infraestrutura logística. Entre os empreendimentos dedicados à produção artesanal também há grandes problemas em relação à estrutura para comercialização . A disponibilização de espaços confortáveis e atrativos, com produtos de alta qualidade artesã, tem contribuído de forma decisiva para as vendas e o faturamento desses trabalhadores (DIEESE, 2017).

Sob essa óptica, o estudo do DIEESE (2017), externa algumas das dificuldades enfrentadas pelo campo da economia solidária e seus atores, que vão desde o acesso ao mercado financeiro e linhas de financiamento e crédito, conhecimentos incipientes dos trabalhadores sobre gestão, até problemas inerentes a infraestruturas deficitárias e falta de espaços adequados e necessários para o exercício das atividades de produção e comercialização.

Assim, observa-se a necessidade de maximização pelo poder público de espaços e equipamentos que viabilizem a promoção das atividades laborativas dos artesãos como forma de fortalecimento e subsistência da economia solidária, de forma a favorecer o desenvolvimento econômico e sustentável dessa relevante atividade, não só comercial, mas cultural, artística e social.

No campo da economia sustentável o artesanato assume posição de destaque, o artesanato é definido por Pereira (1979, p. 21) como “[...] um complexo de atividades de natureza manual, através das quais o homem manifesta a criatividade espontânea”. No mesmo sentido, Lima (2012), afirma que o entendimento sobre a essência do objeto do artesanato é perceptível quando esse objeto é resultante de processos de produção prioritariamente advindos do exercício da manualidade, e como artístico quando nele são ressaltados os diversos aspectos formais, estéticos, simbólicos, sentidos e valores culturais que abrange.

Desse modo, a base conceitual do Programa do Artesanato Brasileiro, denomina artesanato como sendo:

> [...] toda a produção resultante da transformação de matérias-primas, com predominância manual, por indivíduo que detenha o domínio integral de uma ou mais técnicas, aliando criatividade, habilidade e valor cultural (possui valor simbólico e identidade cultural), podendo no processo de sua atividade ocorrer o auxílio limitado de máquinas, ferramentas, artefatos e utensílios. (BRASIL, 2012, p.12).

Ainda na perspectiva desse Programa, o artesão é definido como o trabalhador que de forma individual exerce um ofício manual, transformando a matéria-prima bruta ou manufaturada, criando ou produzindo trabalhos que tenham dimensões culturais. Assim, denota-se dizer que artesanato compreende um vasto campo do trabalho manual empregado na transformação de matérias-primas, sendo passiva ao processo artesanal de produção a utilização de equipamentos e maquinários inerentes, como meio auxiliar e limitado, de forma a preservar a particularidade, a exclusividade e as especificidades do produto, fruto do emprego do trabalho do artesão, ressignificando, através da cultura, suas práticas e técnicas laborais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interpretação e análise da peça fotográfica associada à bibliografia constante em seu escopo, conduz às reflexões pertinentes sobre a relevância do fortalecimento da economia solidária de forma a viabilizar uma sociedade justa e igualitária, que propicie a todos, sobremodo àqueles indivíduos que, por motivos

distintos não conseguiram um espaço formal no mundo do laboral, o direito através do seu trabalho de almejarem sua emancipação social e humana.

É necessário que tal discussão seja ampliada gradativamente e seja alicerçado um espaço cada vez mais sólido e presente em nosso cotidiano de forma que a oferta de trabalho, formal ou informal, seja subsidiada pela efetivação de componentes libertadores pautados na garantia do direito ao trabalho, formação profissional, socialização e cidadania.

Um ponto relevante deste trabalho, a ser retomado em novos estudos, diz respeito às perspectivas da economia solidária e a consolidação de políticas públicas de fomento desse nicho econômico, assim como criação e fortalecimento de possibilidades para fazer face aos ditames alienantes das relações de trabalho capitalistas formais.

É inegável que é fundamental a formulação e consolidação de políticas públicas eficientes e eficazes que garantam o direito constitucional de inserção e manutenção no mundo do trabalho, visando o pleno desenvolvimento da pessoa humana, sua qualificação e profissionalização, e seu preparo para o exercício pleno da cidadania.

Por fim, dedica-se este capítulo a todos aqueles que pugnam e objetivam a implementação das relações de trabalho pautada na humanização das práticas laborais, tornando a integração do homem com trabalho cada dia mais harmônica, inclusiva, efetiva, e comprometida com um sólido processo de desenvolvimento socioeconômico e formação social e com a luta contra toda e qualquer forma de discriminação e exclusão social, econômica, intelectual e cultural.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Trabalhar pra quê? Trabalho em debate. *In:* KUPSTAS, Márcia (Org.). **Série debate na escola**. São Paulo: Moderna, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, 1988.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Programa do Artesanato Brasileiro**: base conceitual. Brasília, DF, 2012. 60 p.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **A comercialização na economia solidária em**

empreendimentos urbanos de produção artesanal lideradas por mulheres. São Paulo: DIEESE, 2017.

KUPSTAS, Márcia (Org.). **Trabalho em debate.** São Paulo: Moderna, 2008.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos–filosóficos**. 4. Reimp. São Paulo: Boitempo, 2010.

NOVAES, Francisco Antonio Maciel. Economia solidária como estratégia para emancipação humana**. Revista de Ciências Gerenciais**, v. 16. n. 24, p.133-44. 2012.

LIMA, Ricardo Gomes. **Objetos**: percursos e escritas culturais. São José dos Campos/SP: Fundação Cassiano Ricardo. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2012.

PEREIRA, Carlos José da Costa. **Artesanato**: definições, evoluções-ação. Brasília: MTB, 1979.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia Científica**: guia para eficiência nos estudos. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Porto: Afrontamento, 2004. p.71-107.

WHITAKER, Dulce. A escolha da carreira: haja imaginação. *In*: KUPSTAS, Márcia (Org.). **Trabalho em debate**. São Paulo: Moderna, 2008.

Capítulo 8

TRABALHO:

CAPACIDADE INTEGRALMENTE HUMANA DE ALTERAR A REALIDADE

Ramon Evangelista dos Anjos Paiva[19]
José Mateus do Nascimento[20]

Fonte: Ramon Evangelista dos Anjos Paiva

RESUMO

O trabalho no modo de produção capitalista deixa de hominizar e passa a alienar, pois o produto e o próprio processo de produção se tornam alheios ao trabalhador. O capitalismo modifica a visão de liberdade do homem à medida que precisa vender sua força de trabalho para sua sobrevivência, dissociando o trabalho do homem que o realiza. O trabalhador subordinado ao capital não tem mais controle do produto nem do processo de seu trabalho, pois estes estão centralizados nas mãos do capitalista. Neste sentido, o registro fotográfico coloca como figura principal uma criança, olhando para o horizonte, e segurando algo em suas mãos. O

[19] Mestre em Enfermagem. E-mail: ramon.paiva@ifrn.edu.br.
[20] Doutor em Educação. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. E-mail: mateus.nascimento@ifrn.edu.br.

universo do trabalho tem sido modificado através da introdução de tecnologias ou através de reformas que acabam fragilizando ainda mais a relação homem-ocupação, e cada vez mais estes novos horizontes tem ganhado novas perceptivas, nem sempre positivas ao trabalhador. A justificativa deste estudo se assenta na necessidade de refletir acerca das percepções que o trabalho tem assumindo na sociedade atual, fazendo assim também uma caminhada histórica acerca das percepções encontradas no decorrer das produções científicas. Que os novos horizontes que vislumbramos possam ser transformados pelos próprios trabalhadores, que possamos recuperar o sentido do trabalho, transformando a nossa realidade, tornando assim sujeito deste processo.

Palavras-chave: Trabalho. Psicopatologia do trabalho. Saúde do trabalhador.

INTRODUÇÃO

No século XX o trabalho ganhou os significados que hoje vem se configurando e desde já assumindo novas formas. Com isso o surgimento de novas formatações de organização do trabalho provoca a modificação de sua natureza. Observa-se o desaparecimento de empregos permanentes e cada vez mais aumenta a fragilidade dos vínculos, simultaneamente, com o surgimento de novas tecnologias e formas inovadoras de organização do trabalho, assim resultando em novas formas de trabalho (MORIN, 2001).

Assim, as novas percepções de trabalho são resultado de um processo de criação histórica, no qual o desenvolvimento e a propagação de cada uma são concomitantes à evolução dos modos e relações de produção, da organização da sociedade como um todo e das formas de conhecimento humano. Assim, este movimente de criação não posse ser separado dos interesses econômicos, ideológicos e políticos (NEVES, 2018).

Morin (2001), afirma que o princípio que orienta a organização do trabalho é o de modificar os comportamentos de tal forma que, gradualmente, os trabalhadores sejam conduzidos a desenvolver atitudes positivas com relação às funções executadas, à empresa que os emprega e a eles próprios. É o comprometimento com o trabalho que constitui o principal indicador de uma organização eficaz.

O que se observou no período de desenvolvimento do capitalismo industrial foi um crescimento da produção, através do próprio êxodo rural e pela concentração de novas populações urbanas. Vários estudos descrevem situações calamitosas em

que os trabalhadores estavam expostos, como jornadas longas de trabalho, o emprego de crianças a partir dos 3 anos de idades, baixos salários, esgotamento físico acidentes de trabalho, subalimentação, criando assim uma alta morbidade, de uma alta mortalidade e de uma longevidade formidavelmente reduzida (DEJOURS, 1985).

O trabalho no modo de produção capitalista deixa de hominizar e passa a alienar, pois o produto e o próprio processo de produção se tornam alheios ao trabalhador. O capitalismo modifica a visão de liberdade do homem à medida que precisa vender sua força de trabalho para sua sobrevivência, dissociando o trabalho do homem que o realiza. O trabalhador subordinado ao capital não tem mais controle do produto nem do processo de seu trabalho, pois estes estão centralizados nas mãos do capitalista (MARX, 1983).

Então, o trabalho altera a realidade, mas, será que o trabalhador tem as ferramentas necessárias para alterar a sua realidade? Vários estudos colocam em xeque as condições de trabalho que os profissionais são expostos e que acabam adoecendo. Villaça (2018), retrata que em nosso país tivemos mais de 43 mil pessoas resgatadas, de 2003 a 2017, trabalhadores em condições degradantes, sem contrato de trabalho, formalizado, com suas carteiras de trabalho retidas, e sem receber salários, dentre outras condições mínimas ou dignas.

A justificativa deste trabalho se assenta na necessidade de refletir acerca das percepções que o trabalho tem assumindo na sociedade atual, fazendo assim também uma caminhada histórica acerca das percepções encontradas no decorrer das produções científicas.

Neste sentido, o registro fotográfico coloca como figura principal uma criança, olhando para o horizonte, e segurando algo em suas mãos. O universo do trabalho tem sido modificado através da introdução de tecnologias ou através de reformas que acabam fragilizando ainda mais a relação homem-ocupação, e cada vez mais estes novos horizontes tem ganhado novas perceptivas, nem sempre positivas ao trabalhador.

E sendo assim, a criança segura algo em suas mãos, mãos que representam o maior símbolo do trabalho, pois são através delas que conseguimos modificar, criar, agir e transformar. Então, qual será a maior transformação que nós podemos realizar no mundo do trabalho?

Ainda segundo Morin (2001, p. 9),

> a organização do trabalho deve oferecer aos trabalhadores a possibilidade de realizar algo que tenha sentido, de praticar e de desenvolver suas competências, de exercer seus julgamentos e seu livre-arbítrio, de conhecer a evolução de seus desempenhos e de se ajustar.

Logo, o autor destaca a importância que os objetivos da organização estejam claros e possuam significado para os trabalhadores, e assim, podendo eles realizarem atividades com mais eficiência e alcançando os melhores resultados. O horizonte pode estar distante, mas, para que possamos vislumbrar um futuro melhor para o trabalhador temos que dar sentido ao trabalho.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA CONCEITUAL

Desde quando existe humanidade, existe trabalho, sendo assim, o trabalho é uma condição fundamental na nossa própria existência. Através dela a humanidade se relaciona com o meio ambiente, conformando a natureza para atender as suas exigências. E assim, o trabalho se mostra como uma contínua fonte de construção de subjetividade, produzindo significado da existência e do sentido de vida. Porém, o trabalho na pós-modernidade ocupa de tal forma um espaço no desejo do indivíduo que as pessoas buscam somente neste papel o sentido de suas vidas, inviabilizando a autorrealização plena do ser humano (ROHM; LOPES, 2015).

No estudo realizado por Morin (2001) pode se observar os múltiplos significados que o trabalho pode representar, mas o ponto em comum é que todos possuem um objeto. E com isso, um gasto de energia que somado a um conjunto de atividades coordenadas que visam produzir algo de útil. Com isso, o trabalho pode produzir satisfação ou insatisfação, como também pode ser associado ou não a ganhos de natureza financeira, sendo realizada ou não dentro de um contrato de trabalho. Logo, podemos concluir que o trabalho seria uma atividade útil, determinada por um objetivo definido além do prazer gerado por sua execução.

Quanto ao emprego,

> trata-se da ocupação de uma pessoa, correspondendo ao conjunto de atividades remuneradas em um sistema organizado economicamente. A

> noção de emprego implica quase necessariamente a noção de salário e do consentimento do indivíduo em permitir que uma outra pessoa dite suas condições de trabalho (MORIN, 2001, p.10)

Neves *et al*. (2017) continua este diálogo afirmando que o trabalho humano alcança as mais diversas áreas das ciências, da filosofia a antropologia, podendo até ser equiparada a própria história. Os autores expressam que a tentativa de se chegar a um conceito real exigiria grande esforço tendo em vista a sua multiplicidade.

Coutinho (2009) descreve que o trabalho humano é uma atividade complexa, multifacetada, polissêmica, que não apenas permite, mas exige diferentes olhares para sua compreensão. Com isso, dialogar acerca deste assunto, é abordas as diferentes formas de atividade humana, sendo ela individual ou coletiva, de caráter social, complexa, dinâmica, mutante e que se distingue de qualquer outro tipo de prática animal por sua natureza reflexiva, consciente, propositiva, estratégica, instrumental e moral.

E, dentro da dinâmica do trabalho temos as diferentes estratégias de interação entre os mais diferentes indivíduos. A complexidade se torna visível quando se entende que cada indivíduo possui sua identidade social, possuindo atributos positivos ou negativos, com isso, cada um deve passar por um processo de ressignificação quando se confronta com outras pessoas dentro deste ambiente (PALASSI; SILVA, 2014; COUTINHO, 2009).

Rohm e Lopes (2015) trazem um recorte histórico acerca do trabalho na sociedade, desde o início das civilizações, o trabalho tinha como objetivo a sobrevivência, restringindo-se à coleta de plantas ofertadas pela natureza e à caça de animais, atividades predominantemente físicas. Na Idade Média surge o feudalismo, caracterizado pela estratificação das camadas sociais e do trabalho em si. Nessa época, a Igreja Católica detinha bastante poder e o trabalho, por influência do Antigo Testamento, era visto como uma punição. Porém, na Idade Média, com a Reforma Protestante, outra significação surge para o trabalho, passando a ser algo virtuoso, capaz de levar o homem à salvação. Nesse período, o artesão era dono dos seus instrumentos de trabalho e dominava seu ofício, podia perceber, assim, o produto acabado de seu trabalho. No entanto, com a Revolução Industrial, processo iniciado em fins do século XVIII e que implicou uma mudança radical na cultura

material do Ocidente, ocorre uma gradativa substituição da utilização da força manual pela força das máquinas, o que configurou a transição do feudalismo para uma nova forma de organizar e pensar a produção: o sistema capitalista.

Filgueiras (2017), retrata em seu estuque que segundo relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), divulgado no final de 2015 (PNUD, 2015), o Brasil é o 3º país do mundo com mais registros de mortes por acidentes de trabalho. Anualmente, em número absolutos, são aproximadamente 3 mil óbitos oficialmente registrados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), autarquia tradicionalmente vinculada ao Ministério da Previdência Social. Os infortúnios não letais que conseguem ser contabilizados pelo INSS no mercado de trabalho brasileiro têm ultrapassado a marca de 700 mil, por ano, desde 2008 (incluindo acidentes típicos, de trajeto e doenças ocupacionais, conforme tipologia adotada pela Previdência Social, e que utilizarei quando for me referir a tipos específicos de acidentes de trabalho).

> A dimensão dos acidentes, do sofrimento e das mortes no mercado de trabalho brasileiro está diretamente associada ao padrão de gestão do trabalho predominantemente adotado pelos empregadores que aqui operam. Numa sociedade hegemonizada pelo trabalho assalariado, os agentes que comandam a produção da riqueza social são as empresas. Elas são os agentes fundamentais para conformar a organização, as condições de trabalho, as estratégias de contratação e dispensa, os métodos de remuneração, a duração, frequência e intensidade das jornadas, as tecnologias e os materiais empregados, em suma, como o trabalho se efetiva, a quais riscos e em que medida os trabalhadores são expostos a condições e agentes de morbidade. A sinergia entre o arbítrio patronal e as condições de regulação e circunstâncias que o limitam (especialmente sindicatos e algumas instituições do Estado) forma o padrão de gestão que norteia as condições de vida e sobrevivência no trabalho (FILGUEIRAS, 2017, p. 21).

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o trabalho mata mais do que a guerra. Cerca de 5.000 pessoas por dia - ou uma vida a cada 15 segundos – são perdidas como consequência de acidentes no trabalho e doenças profissionais. No mundo, a cada ano, são quase 270 milhões de acidentes, cerca de 350.000 fatais. Em nosso país, a estatística associada a estes eventos é alarmante, tornando prioritárias medidas que garantam a não mutilação e morte pelo exercício do trabalho. Acidentes e doenças são espectros, sombras observáveis do descaso,

insensibilidade e violência que ainda permeiam as relações de trabalho em nosso país (RODRIGUES; SCIENZA, 2017, p. 160).

Diante de todas informações descritas, qual será o horizonte que o trabalhador pode ver a sua frente? Quais as mudanças que temos que implementar para que no futuro estas tristes estatísticas possam mudar? A intenção deste estudo não é chegar a uma conclusão, mas, como aquela criança que olha o horizonte, sem enxergar o final, que possamos refletir quais as transformações serão necessárias para vislumbrar um futuro melhor para nossos trabalhadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para encerrar este estudo, trago as palavras de Rafael Inácio, com o seu poema chamado “Privatização”, poema publicados pelo Ministério Público do Trabalho, “privatização, pegue a escravidão e atualize [...] ainda assim, nos pagam o mínimo, exploram ao máximo [...] açoite remunerado com todo direito de ficar calado. E seguir a boiada que trabalha, trabalha, trabalha, trabalha e trabalha. Pra enriquecer canalha, canalha, canalha, canalha e canalha” (BRASIL, 2018, não paginado).

Rohm e Lopes (2015) reforça afirmando que os homens não podem trabalhar e viver sem dar sentido a suas ações, quando se perde o sentido, com ele se vai todas as capacidades reflexivas e criativas. Esta “nova” formatação do trabalho é eficaz e perversa, que impregnou na sociedade um mundo de sofrimento, doente socialmente, a impor ao trabalhador uma pressão contínua que o leva a inúmeras formas de doença e sofrimento no trabalho. O mundo do trabalho, dessa forma, caminha cada vez mais para o sofrimento cruel e individualista dos trabalhadores.

Que os novos horizontes que vislumbramos possam ser transformados pelos próprios trabalhadores, que possamos recuperar o sentido do trabalho, transformando a nossa realidade, tornando assim sujeito deste processo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. **Poemas Flup**: a poesia também pode inspirar a luta contra o trabalho infantil e a escravidão contemporânea. Brasília: Gráfica Movimento, 2018.

CORTELLA, M. S. **Por que fazemos o que fazemos?** aflições vitais sobre trabalho, carreira e realização. 1.ed. São Paulo: Planeta, 2016.

COUTINHO, M. C. Sentidos do trabalho contemporâneo: as trajetórias identitárias como estratégia de investigação. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 12, n. 2, p. 189-202, 2009.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho estudo de psicopatologia do trabalho.** Tradução Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira. 5. ed. ampliada 12. reimp. São Paulo: Cortez, 1987.

FILGUEIRAS, V. A. **Saúde e segurança do trabalho no Brasil**. Brasília: Gráfica Movimento, 2017. 474 p.

KUBO, S. H.; GOUVÊA, M. A. Análise de fatores associados ao significado do trabalho. **Revista de Administração**, v. 47, n. 4, p. 540-554, 2012.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas, v. 1).

MORIN, E. M. Os sentidos do trabalho. **Revista de Administração de Empresas**, v. 41, n. 3, p. 8-19, 2001.

NEVES, D. R. Sentido e significado do trabalho: uma análise dos artigos publicados em periódicos associados à Scientific Periodicals Electronic Library. **Cad. EBAPE.BR**, v. 16, n. 2, Rio de Janeiro, p. 318-330, abr./jun. 2018.

PENA, P. G. L.; GOMES, A. R. G. A exploração do corpo no trabalho ao longo da história. *In:* VASCONCELLOS, L. C. F; OLIVEIRA, M. H. B. **Saúde, Trabalho e Direito**: uma trajetória crítica de uma trajetória. Rio de Janeiro: Educam, 2011. p. 85-121.

PALASSI, M. P.; SILVA, A. R. L. A Dinâmica do Significado do Trabalho na Iminência de uma Privatização. **Revista de Ciências da Administração**. v. 16, n. 38, p. 47-62, abr. 2014.

RODRIGUES, O. K.; SCIENZA, L. A. Grave e Iminente Risco à Integridade dos Trabalhadores: superando a morte e a desinformação. *In:* FILGUEIRAS, V. A. **Saúde e segurança do trabalho no Brasil**. Brasília: Gráfica Movimento, 2017. p. 159-182.

ROHM, R. H. D.; LOPES, N. F. O novo sentido do trabalho para o sujeito pós-moderno: uma abordagem crítica. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 13, n. 2, p. 332-345, 2015.

VILLAÇA, C. Baseado em fatos surreais. **Revista do Ministério Público do Trabalho**, ano IV, n.9, 2018.

Capítulo 9

CONSELHO DE CLASSE E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: UMA RELAÇÃO SIMBIÓTICA LIBERTADORA

Bernardino Galdino de Sena Neto[21]
Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares[22]

Fonte: Bernardino Galdino de Sena Neto

RESUMO

A fotografia traz à cena uma representação do Conselho de Classe na Educação Profissional como mecanismo de participação social da comunidade escolar e tem como lócus o campus Caicó do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN. A foto foi registrada durante reunião do Conselho de Classe do curso de Informática no Ensino Médio Integrado, sendo o registro feito em julho de 2016, quando da pesquisa de Mestrado Acadêmico em Educação Profissional. A imagem mostra uma turma de 4º ano, onde estão reunidos os segmentos de alunos, pais, professores, Equipe Técnico-Pedagógica e gestão do

[21] Mestre em Educação. Doutorando em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. E-mail: galdino.sena@gmail.com.

[22] Doutora em Educação. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. E-mail: andrezza.tavares@ifrn.edu.br.

campus com a finalidade de discutir os processos de ensino e aprendizagem, próprios desse tipo de colegiado. Este texto objetiva discutir os conselhos de classe numa perspectiva de participação com vistas à emancipação dos sujeitos e foi escrito mediante revisão bibliográfica em autores como Bordignon e Graciano (2011) Luck (2013), Rocha (1982), Dalben (2004), Richter (2008), Strieder e Roque (2009), como também se assenta em normativas constitucionais como LDB 9.394/96, Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e documentos institucionais do IFRN. Os resultados apontam para uma relação simbiótica libertadora e fortalecedora da participação e da construção da gestão democrática na educação profissional realizada no IFRN campus Caicó.

Palavras-chave: Conselho de classe. Participação. Educação Profissional.

INTRODUÇÃO

A participação popular nos processos educacionais no Brasil foi marcada historicamente por uma visão patrimonialista de Estado, onde os conselhos eram formados por um grupo seleto de letrados, ficando a população que não fazia parte deste grupo impossibilitada de atuar mediante a gestão compartilhada das políticas públicas do país.

Com a reconfiguração democrática do país expressa na Constituição Federal de 1988, termos como participação e gestão democrática ganharam força. Isso fez o cidadão brasileiro, embora timidamente, a valorizar a sua participação como membro de uma sociedade organizada e responsabilizada pela gestão da coisa pública, dentre elas, os processos de gestão da educação do país.

Tendo por base as discussões sobre gestão democrática baseada nas ações participativas da comunidade escolar, alguns autores discutem o tema participação sob diversas vertentes, tais como:

Bordignon e Graciano (2011) ressaltam que o princípio participativo não se esgota nas ações necessárias para assegurar o ensino de qualidade, posto que a participação é apenas um meio que favorece democraticamente o alcance dos objetivos da instituição. Libâneo, Oliveira e Toschi (2012), compreendem o termo diretamente ligado ao princípio da autonomia. De acordo com tal princípio as pessoas desenvolvem sua capacidade de livre autodeterminação. Assim, tornam-se responsáveis pelas suas próprias decisões tornando a participação o principal meio para assegurar a gestão democrática, ao possibilitar o envolvimento da comunidade

escolar nas tomadas de decisão e no funcionamento da organização escolar, por meio do conhecimento dos objetivos e metas da instituição.

Outro autor que imprime significado ao termo participação é Santos (2002, p.156) ao compreender a participação como um valor emancipatório capaz de proporcionar ao cidadão a possibilidade de participar na tomada de decisões e na formulação das políticas públicas, sendo importante pelo fato de "permitir a expansão da cidadania e a inclusão daqueles que, de outra forma, seriam excluídos dos assuntos da comunidade ou sociedade como um todo."

Segundo Lück (2013), a participação é uma necessidade humana na medida em que se entende que a natureza humana tem necessidade de associação entre semelhantes. Nessa perspectiva, ainda segundo a autora, o ser humano desenvolve sua humanidade pela atuação social, coletivamente compartilhada. Essa proporciona o desenvolvimento da cultura do grupo em que vive como também vai construindo sua identidade pessoal. Assim,

> A partir dessa dinâmica interativa compreende-se que, mediante uma atuação participativa em seu contexto, a pessoa, ao mesmo tempo, contribui tanto para a construção desse contexto como para o seu próprio desenvolvimento pessoal, como ser humano e cidadão. (LÜCK, 2013, p. 61).

É por essa dinâmica interativa com o outro, que o indivíduo consegue se reconhecer como parte de um grupo social heterogêneo que necessita desenvolver suas ações, em união aos demais, para assim, tornar-se membro efetivo de uma comunidade, reconhecendo-se como cidadão de direito.

Nesse contexto, Toscano (2006, p.103) traz que o tema participação comumente tem se apresentado como referencial no debate sobre os processos decisórios democráticos nos diversos países e torna-se fundamental para a compreensão da cidadania, pois se encontra ligado a "um processo de autoafirmação do indivíduo/sujeito, na sua interação em sociedade, criando, realizando, contribuindo e sentindo-se útil, a partir de sua ação".

Tais fragmentos nos encaminham para o entendimento de que não é possível compreendermos uma sociedade que prime pela gestão democrática, sem que se faça uso largo da participação dos seus membros, uma vez ser esta participação o

propulsor que garante a efetividade ação colegiada, da cidadania e do auto reconhecimento do indivíduo perante a sociedade organizada.

A justificativa deste trabalho se assenta na necessidade de se perceber os espaços do conselho de classe como lugar de discussão, análise e decisão colegiada na escola de Educação Profissional tendo em vista a forte influência política que os conselhos desempenham nas instituições educacionais do pais, mediante regimentação específica.

Discutir os Conselhos de Classe numa perspectiva de participação emerge como objetivo central, destacando as dimensões de ensino e de aprendizagem na modalidade de Educação Profissional mediante a simbiose que coaduna este processo de reflexão e aprendizagem institucional e prática.

A metodologia utilizada parte da discussão conceitual sobre a participação necessária para a construção da gestão democrática na educação medida pela simbiose social e se ancora em autores como Rocha (1982), Santos (2002), Dalben (2004), Toscano (2006), Richter (2008), Strieder e Roque (2009), Bordignon e Graciano (2011), Libâneo, Oliveira e Toschi (2012), Luck (2013), como também se assenta em normativas constitucionais como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96, Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e documentos institucionais do IFRN que dispõem sobre a participação colegiada.

A reflexão conceitual parte de uma expressão fotográfica escolhida pela representatividade da mesma ao trazer elementos que configuram a práxis participativa realizada nos conselhos de classe do IFRN campus Caicó/RN, lócus da pesquisa que subsidiou este texto.

A percepção de práxis participativa, aqui apresentada, é construída a partir das relações existentes nos conselhos de classe sob a perspectiva de simbiose, já que as relações sociais colaborativas existentes nos conselhos podem ser caraterizadas como fenômenos simbióticos. Segundo Strieder e Roque (2009, p. 132) “a simbiose consiste numa relação de convivência grupal, muito além dos interesses individuais”.

Nesse sentido, os resultados apontam para uma relação simbiótica fortalecedora da participação e da construção da gestão democrática na educação profissional realizada no IFRN campus Caicó, sendo esta simbiose um desafio para os educadores e para a comunidade escolar (STRIEDER; ROQUE, 2009), ou seja,

para que os processos de participação sejam efetivados coerentemente, é necessário que haja um entendimento por parte de todos que participam dos colegiados e que esse entendimento, embora marcado pela contradição – comum e essencial para a construção social do indivíduo e dos grupos – precisa ser suficientemente discutido para que gere um produto de interesse coletivo.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA CONCEITUAL

Com o objetivo de orientar os alunos no ensino clássico ou técnico, segundo a vocação dos mesmos, o conselho de classe, segundo Rocha (1982), teve origem na França em 1945, nascendo pela necessidade de um trabalho interdisciplinar com classes experimentais, chegando ao Brasil na década de 1960 com a instituição do PREMEN[23].

Anteriormente à lei n 5.692/71[24], não se instituía formalmente na escola o conselho de classe, e nem a implantação do mesmo se deu por meio da referida lei, mas "por intermédio de orientações vindas do modelo de escola proposto pelo PREMEN, que apresentava o Conselho de Classe como órgão constituinte da escola" (DALBEN, 2004, p. 26).

Ainda segundo Dalben (2004, p.23) a ideia de "organismo vivo" mediado por uma comunidade ansiosa por soluções aos problemas da escola traz a esta o dinamismo de um a nova organização escolar que se opõe a centralização de poder das decisões. "Essa nova concepção de escola sugere uma organização que valoriza o trabalho coletivo, a discussão, a busca e a criação de novos métodos".

Como órgão colegiado o conselho de classe consiste na oportunidade do educador discutir, refletir e auto avaliar as práticas pedagógicas e avaliativas do

[23] PREMEN (Programa de Expansão e Melhoramento do Ensino) criado pelo Decreto Federal nº 70.067 de 26 de janeiro de 1972. O referido Programa Nacional objetivava o aperfeiçoamento do ensino de 2º grau através de um acordo celebrado entre o Ministério da Educação e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento. Fonte: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-70067-26-janeiro-1972-418584-publicacaooriginal-1-pe.html

[24] Segundo Dalben (2004) buscando uma legislação específica que dirigisse o funcionamento dos Conselhos de Classe, em Minas gerais, verificou-se expansão formal a partir das recomendações contidas na referida lei, embora esta fosse pautada pelo autoritarismo, deu abertura aos Conselhos Estaduais de Educação para traçar as diretrizes de sua operacionalização.

processo ensino e aprendizagem, favorecendo tomada de decisão coletiva a partir da participação da comunidade escolar (RICHTER, 2008).

Nesse espaço de diálogo as mudanças necessárias para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem se tornam favoráveis uma vez que toda a comunidade escolar é convidada a participar da construção das melhorias educacionais preconizadas pela escola.

Cabe aqui um olhar atento ao que pressupõe a literatura especializada sobre o ato cidadão de participar. Utilizando como referencial Lück (2013) que discute as variadas formas de participação da sociedade[25]: participação como presença, participação como expressão verbal, participação como representação política, participação como tomada de decisão e participação como engajamento, tendo cada uma delas características distintas. Segundo a autora a participação como engajamento se configura como a mais eficaz de todas as formas de participar, pois

> Sua prática envolve o estar presente, o oferecer ideias e opiniões, o expressar o pensamento, o analisar de forma interativa as situações, o tomar decisões sobre o encaminhamento de questões, com base em análises compartilhadas e envolver-se de forma comprometida no encaminhamento e nas ações necessárias e adequadas para a efetivação das decisões tomadas. (LÜCK, 2013, p. 47).

Nesse contexto, a participação como engajamento representa o ato de envolver-se nos processos sociais de forma dinâmica assumindo responsabilidades para o alcance dos resultados propostos.

Além das formas de participação apresentadas, Lück (2013) também aponta e discute três dimensões relativas a tal participação, que embora não possam ser compreendidas separadamente constituem o cerne da atividade de participação nos conselhos de classe, por se entrecruzarem formando um todo dinâmico pela força da sua associação.

A compreensão de tais dimensões forma um tripé que sustenta as ações do conselho de classe e são essenciais uma vez que, para a ação efetiva do referido

[25] Para conhecer as demais formas de participação citada pela autora, consultar a dissertação intitulada “Educação Profissional e Conselho de Classe: a experiência no curso de informática do IFRN/Caicó”, de autoria de Bernardino Galdino de Sena Neto e Andreza Maria Batista do Nascimento Tavares.

conselho, a participação de seus membros se faz fundamental. Desse modo, a participação, independentemente de sua natureza, abrangência e contexto em que ocorra, manifesta três dimensões convergentes e influentes entre si: a dimensão política, a dimensão pedagógica e a dimensão técnica.

A dimensão política da participação se ancora na prerrogativa da interação dos sujeitos que fazem parte do colegiado com o seu meio e traz um aspecto de indissociabilidade da ação humana nos processos de decisão colegiada, ou seja, refere-se ao sentido de poder das pessoas para tornar as organizações das quais fazem parte mais significativas e mais produtivas a partir da construção da sua própria história e da história destas. Sendo assim, "A dimensão política implica a vivência da democracia e a substituição do poder "sobre" pelo poder "com" (LÜCK, 2013, p. 65-66, grifo da autora).

A dimensão pedagógica da participação refere-se ao fato de existir um processo formativo quando da prática em si da participação. Este processo formativo é um fator fundamental de promoção de aprendizagens significativas[26] na construção do conhecimento. É nesse espaço que se percebe a circulação dos saberes oriundos, tanto das teorias já consagradas sobre participação, como também da prática desenvolvida através das vivências dos diversos sujeitos no interior do colegiado e suas respectivas aplicações práticas para a tomada de decisão.

Esta dimensão constitui-se a partir de um processo de ação-reflexão permanente e pela discussão colegiada das questões escolares, e busca, portanto, concretizar seus objetivos e, "propicia aos seus participantes a oportunidade de desenvolver o sentido de corresponsabilidade, a par do desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes relativas a essa prática social" (LÜCK, 2013, p, 67).

A dimensão técnica foi minimizada e negada a partir da década de 1980 por profissionais que pretendiam destacar o valor da dimensão política. No entanto ao negar esta dimensão desqualificaram a própria dimensão política, uma vez serem ambas complementares de uma mesma realidade e que se realizam

[26] De acordo com o pesquisador norte-americano David Paul Ausubel a aprendizagem é mais significativa quando um novo conteúdo é assimilado ao conjunto de conhecimentos já estabelecido pelo indivíduo.

reciprocamente, tendo em vista que a dimensão técnica não tem significado se dissociado da dimensão política, e esta não tem expressão sem a dimensão técnica. (LÜCK, 2013).

Deste modo, “sem a compreensão técnica não é possível realizar qualquer projeto pedagógico. A dimensão técnica não é um fim em si mesma, mas ela é fundamental por se constituir no veículo para o alcance dos resultados”. (LÜCK, 2013, p, 69). Nesse sentido, é preciso que se desenvolva a dimensão técnica para que se possa subsidiar e estruturar o espaço do conselho de classe mediante a instrumentalização de ações, meios e pessoas capazes de efetivar a participação com vistas a desenvolvimento e alcance da gestão democrática.

Desse modo, perceber a imbricação entre as dimensões da participação aludidas por Lück (2013) e os processos de trabalho, inerentes ao conselho de classe, como alternativa de efetivar a gestão democrática na Educação Profissional, a partir de decisões participativas, traz a perspectiva de construção de uma prática de gestão consubstanciada na ação política de todos os segmentos que fazem parte da escola. Essa proporcionaria o envolvimento e compromisso com a melhoria da educação, mediante a avaliação do processo de ensino e aprendizagem, característico da ação do conselho de classe.

Nesse interim cabe apontar que as dimensões política, técnica e pedagógica confluem numa mesma direção por nortear as ações do conselho de classe e se caracterizam por tratarem de prerrogativas essenciais para o bom funcionamento dos conselhos de classe, e consequentemente, de suporte para a efetivação da gestão participativa e democrática na escola.

Feito esse breve retrospecto sobre importantes concepções e visões da participação da sociedade, é importante entender a estrutura organizacional do IFRN que congrega direcionamentos rumo à concretização dos órgãos colegiados.

O Estatuto e o Regimento Geral trazem a organização de colegiados específicos com a finalidade de desenvolver a gestão interna da instituição. O capítulo II do Regimento Geral indica, em seu Art. 4º, a divisão e subdivisão dos colegiados existentes os quais são divididos por dois níveis de estrutura da seguinte forma:

Na administração geral encontra-se o Conselho Superior, o Colégio de Dirigentes e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e na administração de

cada *campus* estão o Conselho Escolar, o Colégio Gestor, o Colegiado de Diretoria Acadêmica, o Colegiado de Curso Técnico, o Colegiado de Curso Superior de Graduação, o Colegiado de Programa de Pós-Graduação e o Conselho de Classe. O Estatuto define a composição e as competências dos colegiados ligados à administração geral do IFRN e os Regimentos Internos normalizam o funcionamento destes (IFRN, 2010). O funcionamento dos colegiados acontece mediante encontros periódicos, obedecendo ao Art. 19 do Regimento Geral que institui reuniões ordinárias conforme disposto no Regimento Interno.

Quanto ao Conselho de Classe na definição do Regimento Geral do IFRN, configura-se como um órgão colegiado a nível da estrutura administrativa de cada *campus* como explicitado no § 3º do Art. 4º, capítulo II do Regimento que trata dos órgãos colegiados, tendo regimento único aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão de cada *campus*. O referido conselho é constituído por *Campus* e por Diretoria Acadêmica e constitui-se "como órgão de assessoramento ao Diretor Acadêmico em assuntos de natureza didático-pedagógica." (IFRN, 2010, p. 5).

O Art. 5º do referido regimento prevê que ao conselho de classe compete a tarefa de diagnosticar e buscar alternativas de ação para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem. Seu funcionamento acontece por meio de sessões correspondentes a cada curso com a participação de um membro da equipe técnico-pedagógica, da Diretoria acadêmica, que coordena a sessão; o coordenador do curso; um professor de cada disciplina ofertada no período letivo, dois representantes de alunos de cada turma e dois representantes de pais.

A prática democrática de atuação colegiada no IFRN se respalda ainda no Regimento Interno dos *Campi*, aprovado pela Resolução n° 17 de 01/07/2011 do Conselho Superior - CONSUP/IFRN, que caracteriza o Conselho de Classe, no Art. 36 da seção VII, tendo "por finalidade colaborar para a melhoria do processo ensino e aprendizagem através do diagnóstico e da busca de alternativas de ação, de acordo com a proposta defendida no Projeto Político-Pedagógico da Instituição" (IFRN, 2011, p. 12).

O Regimento Interno dos *Campi* também especifica, em seu Art. 39, a metodologia adotada e aplicada nas sessões do conselho, onde ocorre a análise do rendimento acadêmico dos estudantes no bimestre por turma e por disciplina,

seguida das dificuldades apontadas pelos professores e pelos alunos e as discussões em torno das soluções para os problemas relatados.

Sendo assim, de acordo com o Art. 40, compete ao conselho de classe avaliar o processo de ensino e aprendizagem e propor alternativas de caráter didático-pedagógico para a solução dos problemas encontrados após cada bimestre letivo e fazer encaminhamentos de propostas buscando a melhoria do processo de ensino e aprendizagem (IFRN, 2011).

Descrito o cenário institucional do IFRN cabe enfatizar que as características políticas e pedagógicas imbricadas nos conselhos de classe são propulsoras de uma legitimação do espaço dos conselhos como lugar de formação política, social e cidadã, essenciais para o desenvolvimento e a efetividade da gestão democrática na educação do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fotografia que serviu de base para a discussão deste trabalho se mostra como uma representação da cultura institucional dos conselhos de classe no IFRN *Campus* Caicó/RN, e embora seja ela representada a partir das relações dialógicas realizadas em um espaço limitado – sala de reuniões – tem em seu bojo um significado amplo pela materialidade construída naquele momento, uma vez serem os conselhos de classe um espaço de discussão significativa para a construção da escola enquanto *lócus* de conhecimento político educacional.

Nesse sentido, ao se discutir nos conselhos de classe as relações de ensino e aprendizagem, constrói-se a possibilidade concreta de minimizar ou sanar os problemas mais comuns como também os mais complexos que aparecem nas pautas de reuniões, e dessa forma, ao implementar os encaminhamentos sugeridos pratica-se a melhoria do ensino na instituição.

As discussões e encaminhamentos rumo à resolução dos conflitos inerentes às questões de ensino e aprendizagem partem da relação simbiótica que configuram as relações sociais existentes nos conselhos de classe, tendo como resultado a possibilidade de libertação intelectual, política, cidadã e crítica dos sujeitos partícipes dos conselhos, agregando à escola o conceito de gestão democrática mediada pela

participação da comunidade escolar e que impacta diretamente e positivamente na construção da escola enquanto espaço de saber e de construção dos sujeitos.

Essa *práxis* educativa é possível pela materialização de conselhos de classe vivo pela institucionalização da prática como um diferencial mediado pela participação da comunidade escolar.

REFERÊNCIAS

BORDIGNON, G; GRACINDO, R. V. Gestão da educação: o município e a escola. *In:* FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. da S. (Org.). **Gestão da educação:** impasses, perspectivas e compromissos. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

DALBEN, A. I. L. de F. **Conselhos de classe e avaliação:** perspectivas na gestão pedagógica da escola. Campina, SP: Papirus, 2004.

INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Regimento Geral** – Aprovado pela Resolução nº 15/2010 – CONSUP/IFRN, de 29/10/2010. Natal-RN, 2010. Disponível em: http://portal.ifrn.edu.br/ Acesso em: 16 jun. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Estatuto**. Nata/RN, 2009. Disponível em: <http://portal.ifrn.edu.br/> Acesso em: 16 jun. de 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Plano de Desenvolvimento Institucional** 2014-2018. Natal/RN, 2014. Disponível em: http://portal.ifrn.edu.br/ Acesso em: 16 jun. de 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Regimento Interno dos Campi** – Aprovado pela Resolução nº 17/2011 – CONSUP/IFRN, de 01/07/2011. Natal/RN, 2011. Disponível em: http://portal.ifrn.edu.br/ Acesso em: 16 jun. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Plano Político-pedagógico do IFRN:** uma construção coletiva. Aprovado pela Resolução 38/2012-CONSUP/IFRN, de 26/03/2012 – Natal/RN. 2012. Disponível em: http://portal.ifrn.edu.br/ Acesso em: 16 jun. 2019.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 10 ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção docência em formação: saberes pedagógicos)

LÜCK, H. **A gestão participativa na escola**. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

RICHTER, C. da S. **Conselho de classe:** um momento de reflexão das práticas avaliativas. Paraná, 2008. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br Acesso em: 12 jun. 2019.

ROCHA, A. D. C. da. **Conselho de classe**: burocratização ou participação? Rio de Janeiro: F. Alves, 1982. (Coleção Educação Prática).

SANTOS, B. de S. **Democratizar a democracia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

STRIEDER, R; WATTE, C. Simbiose: pré-suposto para uma educação humanizadora. Atos de pesquisa em educação – PPGE/ME FURB. **Atos de pesquisa em educação**, v. 4, n. 1, p. 122-140, jan./abr. 2009. Disponível em: http://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/1450/1006. Acesso em: 16 jun. 2019.

TOSCANO, G. da S. **Extensão universitária e formação cidadã**: a UFRN e a UFBA em ação. Natal, RN, 2006. 293 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2006.

Capítulo 10

ENTRE AS FRUTAS E O DINHEIRO: HISTORIOGRAFIA DO TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA BRASILEIRA

Antonio Max Ferreira da Costa[27]
José Mateus do Nascimento[28]

Fonte: Antonio Max Ferreira da Costa.

RESUMO

O capítulo trata de uma reflexão historiográfica da categoria trabalho, tecida a partir de uma fotografia intitulada "Entre as frutas e o dinheiro...". Tem por objetivo refletir sobre os conceitos e as relações comerciais empreendidas na sociedade capitalista brasileira. O escrito iniciou-se com uma pesquisa bibliografia de teóricos do materialismo histórico dialético, depois se fez leitura e interpretação crítica da fotografia, enquanto fonte documental, articulando-as com as ideias dos estudiosos da educação, da história, da educação profissional e das ciências humanas e sociais. A fotografia é uma produção histórica que representa uma realidade, responsável por desenhar com luz e evidenciar o contraste de elementos do capital

[27] Mestre em Educação. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. E-mail: a.maxcosta@gmail.com.

[28] Doutor em Educação. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. E-mail: E-mail: mateus.nascimento@ifrn.edu.br.

monetário e do capital cultural no contexto plural de trabalho de uma feira livre, eternizando a realidade social como documento iconográfico.

Palavras-chave: Historiografia. Trabalho. Sociedade capitalista.

INTRODUÇÃO

O capítulo trata de uma reflexão sobre a historiografia[29] do trabalho, tecida a partir de um registro fotográfico, intitulado de “Entre as frutas e o dinheiro...” O olhar empreendido na fotografia foi de compreender como se dão as relações de trabalho no contexto da sociedade capitalista, bem como, as trocas comerciais de venda e compra.

Para construir essa tessitura, fez-se inicialmente uma pesquisa bibliográfica, buscando na historiografia, a temática “trabalho”, seguindo desde a gênese, iniciada no período da escravidão até o modo de produção capitalista brasileiro, modelo político e econômico alicerçado na alienação do trabalhador e na estratificação da sociedade, dividindo-as por classes.

Concluída a etapa da problematização dos conceitos, partiu-se para a leitura da fotografia, entendida como fonte documental e, por isso, lida, interpretada e criticada, na articulação com a teoria dos pensadores filiados a narrativa do texto.

O capítulo se organiza em três sessões. A primeira trata da construção da historiografia da categoria trabalho, apresentando uma reflexão teórica sobre o conceito de trabalho na concepção de Marx e teóricos que corroboram com essa linha de pensamento. A segunda, expõe o modo de produção capitalista na sociedade, e na última, discute as impressões e os sentidos tecidos “Entre as frutas e o dinheiro...” interpretando a fotografia. Na sequência, seguem as considerações finais e as referências para aqueles que desejam aprofundar a temática.

A fotografia segundo Kossoy (2001) é uma fonte documental histórica, resíduo do passado e um artefato que contém em si fragmentos determinados da realidade registrada fotograficamente. A fotografia possibilita ao pesquisador ler, interpretar e criticar o contexto social, e mais que isso, problematizar sobre o dito e o não dito implicados na iconografia.

[29] Historiografia seria a construção narrativa dos resultados da pesquisa histórica, realizada a partir do controle metódico de investigação empírica e de crítica documental, afirmou Cordeiro (2015).

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA CONCEITUAL

Historiografia da categoria trabalho

A historiografia brasileira inaugura sua análise tendo como marco cronológico o final do século XIX e início do século XX. Esse tempo compreende o período da história do trabalho compreendido como livre assalariado, termo utilizado por Lara (1998). A partir dessa afirmação questiona-se: será que antes desses séculos apontados não existia trabalho no Brasil, e se sim, porque ele não aparece na história do nosso país?

Conforme Lara (1998) a história social do Brasil contém em si, um processo de exclusão, nela não consta referência ao trabalho escravo. Com base nas ideias de Lara (1998), os escravos foram trabalhadores que durante séculos foram responsáveis pela produção e geração de riquezas no Brasil, mas que na escrita da história heroica e conservadora, foram ignorados.

A gênese do trabalho no Brasil se dá na oposição entre a escravidão e a liberdade, demarcado pelo final do século XIX. Nesse tempo acontece a substituição do trabalho escravo pelo denominado trabalho livre em que o trabalhador se altera, passando a ser homem branco e imigrante. Nessa relação de oposição, indaga-se: existe uma historiografia da transição, já que os fatos caminham a uma suposta ruptura entre o trabalho escravo e o trabalho livre?

> [...] a abundante historiografia sobre a “transição”, apesar de sua diversidade, efetua um procedimento comum: pretende estabelecer uma teoria explicativa para a “passagem” do mundo da escravidão (aquele no qual o trabalhado foi realizado por seres coisificados, destituídos de tradições pelo mecanismo do tráfico, seres aniquilados pela compulsão violenta da escravidão, para os quais só resta a fuga ou a morte) para o universo do trabalho livre, assalariado (no qual, finalmente, poderíamos encontrar sujeitos históricos). Em sua modalidade mais radical, a historiografia da transição postula a tese da “substituição” do escravo pelo trabalho livre; com o negro escravo desaparecendo da história, sendo substituído pelo imigrante europeu. O próprio termo “substituição” chegou a ganhar contornos cada vez mais fortes. (LARA, 1998, p.27).

Como se pode visualizar a historiografia do trabalho brasileiro, tem sua inauguração no espaço da contradição, ou seja, se oculta e excluiu um grupo

minoritário e apresenta-se outro grupo, o trabalhador branco e o imigrante. Nesse argumento, o trabalho e suas contradições são alicerçados sob a influência das ideias liberais[30] que reforçavam os movimentos abolicionista e republicano no Brasil.

Realçada a condição histórica da gênese do trabalho construída na sociedade brasileira é chegado o momento de problematizar sobre o que é trabalho e sobre suas classificações ou tipos. Karl Marx apoia a definição da categoria trabalho a partir da ideia:

> Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. [...] Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador e, portanto, idealmente. (MARX, 1985, p.51).

Nota-se em Marx (1985) uma diferença entre o homem e o animal por meio da capacidade de trabalho. A "[...] distinção é marcada, especificamente, a partir da liberdade perante o objeto e pelo fato de o trabalhador possuir um caráter universal" (LIMA, 2011, p. 350). Entende-se a distinção do trabalhador nas interfaces da produção ampla, abrangente e flexível, possuindo apenas a um ser genérico, consciente que o homem enquanto homem só se dá nas relações sociais.

Para Karl Marx, trabalho é:

> Atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e natureza, condição eterna da vida humana. (MARX, 1985, p.153).

Essa concepção de Marx (1985) faz lembrar Ramos (2010 *apud* MÉSZAROS, 1981). Em ambos, o conceito sobre a categoria trabalho se relaciona a mediação de primeira ordem no processo de produção da existência e de objetivação da vida humana.

---

[30] De acordo com Martins e Salomão (2018) as ideais liberais ou o liberalismo encontrou no Brasil um ambiente significativamente diferente daquele em que fora gestado. Se do ponto de vista econômico pode-se afirmar que o Brasil adotou, de fato, um modelo liberal, a realidade escravocrata não autorizava o estabelecimento pleno dessa ideologia no país. Fora de lugar, o liberalismo serviu aos interesses da elite rural, em primeiro lugar, e dos traficantes de escravos, fração de classe de poder ascendente no início do século XIX, em segundo. O liberalismo foi utilizado, inclusive, para justificar a manutenção do cativeiro. Tratando-se o escravo de um ativo do senhor, o direito de propriedade – fundamento basilar do liberalismo – deveria ser garantido e defendido, sob risco de se subverter a ordem estabelecida havia três séculos.

Em Ramos (2010) tem-se que a categoria trabalho possui duas dimensões, uma antológica e outra histórica. A primeira trata de uma *práxis* humana e, então, como forma pela qual o ser humano produz sua própria existência na relação com a natureza e com os outros homens, e nesse movimento produz saberes. Quanto à dimensão histórica ressalta-se o processo de transformação dos fenômenos mediante a dinâmica cultural embalada pelo passar do tempo.

O modo de produção capitalista na sociedade

Segundo Colao (2006) no modo de produção reside o básico da existência do ser humano sendo por meio disso que a mulher e o homem buscam maneiras de satisfazerem suas necessidades de existência, sobrevivência, criação, transformação da realidade que lhe dá abrigo.

De acordo com esse pensamento, no modo de produção estão as forças produtivas e as relações de produção, mas também, o ser social, a ciência, a arte, os valores e a cultura. Dialeticamente, pode-se dizer que no contexto dos modos de produção, existe um campo de disputa entre os opressores e os oprimidos.

Nessa mesma linha de pensamento, concebe-se:

> [...] que o modo de produção não existe em oposição aos “fatores sociais”, e que a inovação radical de Marx em relação à economia política burguesa foi precisamente a definição do modo de produção e das próprias leis econômicas em de “fatores sociais”. (WOOD, 2003, p.31).

Diante da exposição de Wood (2003) nota-se que o modo de produção é uma espécie de objeto abstrato formal, ou seja, uma espécie de modelo para compreensão das formações socioeconômicas. A formação socioeconômica é a condição social em essência real que teria vários modelos de produção com destaque para o dominante.

Para o paradigma dialético, “todo o sistema de produção capitalista repousa no fato de que o trabalhador vende sua força de trabalho como mercadoria” (MARX, 1985b, p.48). Sendo assim, uma sociedade baseada nas trocas, em que a estratificação social impera e classifica as pessoas por classes sociais, o modo de produção é capitalista cuja lógica é a redução do trabalhador a mero produto de troca, implicando a negação de sua existência de sua humanidade.

Harvey (1992) estabelece que o disciplinamento, demandado pelo capitalismo, objetiva a conformação de subjetividades flexíveis que se ajustem aos resultados do acelerado processo de destruição e reconstrução de habilidades, da terceirização, do crescimento dos níveis de desemprego estrutural, da redução dos salários, da desmobilização dos movimentos sindicais.

Considerando o discurso de Harvey (1992), indaga-se: Com esse disciplinamento posto pelo capital, a classe trabalhadora não ficaria cada vez mais submissa?

> Em resumo, essas novas formas de disciplinamento buscam a submissão, por parte da classe trabalhadora, aos processos flexíveis caracterizados pela intensificação e pela precarização, a configurar o consumo cada vez mais predatório e desumano da força de trabalho. (KUENZER; GRABOWSK, 2016, p.26).

Kuenzer e Grabowsk (2016) chama a atenção para os processos flexíveis que significa adaptação ao movimento mercadológico capitalista que inclui e exclui mediante interesses específicos. Na lógica da acumulação flexível prevalece a ideologia de que os trabalhadores que detém competências técnicas científicas ocuparão postos altos de trabalho e os trabalhadores que não dispõem dessas competências trabalharão em atividades precarizadas.

A nova fase do capital é o tempo em que o capital retransfere o saber fazer para o trabalho apropriando-se de sua dimensão intelectual e transferindo a inteligência para as máquinas.

Na lógica do capital, o conhecimento científico e o saber laboral interligam-se como marcas fortes da sociedade capitalista contemporânea, acentuando, cada vez mais, as discrepâncias do trabalho intelectual e do material, qualificando-os, entre superior e inferior.

Assim, compreende-se o trabalho intelectual anexado as tarefas práticas, a partir do vasto e qualificado arcabouço do saber escolarizado, o que não ocorre com uma parcela de trabalhadores, que executam conhecimentos tácitos sem muita sofisticação, em atividades laborais simples e sem qualificação (KUENZER; GRABOWSK, 2016).

A premissa das atividades laborais simples e desprivilegiadas pelo capital serão os pressupostos, do próximo diálogo. A sessão irá problematizar os sentidos da fotografia que introduz o capítulo.

As impressões e os sentidos tecidos "entre as frutas e o dinheiro"

"Entre as frutas e o dinheiro..." título dado à fotografia de abertura do capítulo, teve sua gênese na disciplina "Processos Cognitivos", ofertada no semestre 2019.1, junto às práxis do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRN).

As primeiras orientações para o desenvolvimento dessa atividade acadêmica científica e cultural ocorreram na sala de aula, iniciando com um minicurso de fotografia. Depois, da imersão teórico-prática sobre o universo da fotografia, fomos orientados a fotografar por meio de *smartphone* uma cena do contexto histórico, social e cultural que dialogasse com o campo da educação social crítica. A produção fotográfica "Entre as frutas e o dinheiro..." foi escolhida para compor o acervo documental de exposição fotográfica, materializada no espaço do campus cidade alta do IFRN, na tarde do dia 24 de maio de 2019, na programação do evento de lançamento de obras da Editora do IFRN.

No minicurso de fotografia com *smartphones* oferecido como uma das atividades da disciplina "Processos Cognitivos", aprendeu-se aspectos teóricos e práticos sobre produção fotográfica, tais como: definição do que é fotografia, como fotografar, técnicas de uso do *smartphones*, acessórios para boa fotografia (lentes, tripé, flash etc.), linguagem em fotografia, tratamento de imagem, direito de imagem, ética na fotografia, entre outros.

As impressões e os sentidos implicados entre as frutas e o dinheiro são metaforizados nas relações estabelecidas na historiografia do trabalho, executado nas feiras livres, cujas relações sociais se estabelecem nas trocas mercantis, alicerçadas na manutenção do capital, na qual só tem a mercadoria quem tem o dinheiro para comprá-la.

A fotografia faz ver o quanto a sociedade contemporânea tem desenvolvido novas formas de flexibilização do trabalho. Ou seja, o quanto que a precarização do trabalhador da informalidade é cotidiano.

Percebe-se na fotografia que as mesmas mãos que colhe os frutos, também manipula e vende. Essa mesma mão produz sustento, realimentando a entrada e a permanência da mulher no mundo do trabalho. Essa mesma mulher, traduz-se como uma lutadora, pois com força e coragem, acorda cedo, e vai à feira para realizar as suas trocas sociais (alimentos/dinheiro) interpretados aqui como trabalho.

A presença da mulher no campo de trabalho tem aumentado no mercado formal e informal. As donas de casa que são também “chefes de família”. A mulher feirante assume duas ou três jornadas de trabalho junto a sua família e muitas delas não compreendem que estão inseridas num contexto de exploração do trabalho e de discriminação social. Elas trabalham bem mais que os homens e recebem bem menos.

Aproximando as impressões e os sentidos tecidos na fotografia, articulados a teoria, pode-se dizer que o trabalho realizado pela mulher da imagem é um trabalho manual, localizado em uma feira livre no bairro do Planalto, na cidade de Natal-RN. O *lócus* da fotografia faz pensar se sempre as feiras livres foram espaços de trocas de mercadorias por dinheiro? E se o capital sempre foi o foco dessas relações sociais?

Historicamente, sabe-se que as feiras livres são formas tradicionais de realizar atividades comerciais de produtos agrícolas, pecuários, hortifrutigranjeiros que com a troca de excedente da produção, passaram a negociar em troca de dinheiro (SOUSA, 2004).

Antes da invenção da moeda, as primeiras feiras eram mobilizadas pela prática do escambo enquanto lógica de comércio baseada na troca de produtos. O espaço da feira historicamente é organizado como lugar de sociabilidades, ponto de encontro e de repertório cultural.

Diante da compreensão sobre a fotografia, problematiza-se ainda sobre as oportunidades dada a essa trabalhadora, será que ela teve tempo de se escolarizar e de participar dos diálogos emancipatórios, capaz de potencializar a reflexão da cidadania e das condições de trabalho em que está submetida?

A imagem expressa à condição do trabalhador autônomo que luta por sua sobrevivência, localizado num contexto de desigualdade social, marcado pelas injustiças do sistema capitalista e desprovido dos direitos sociais essenciais para a vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões desenvolvidas ao longo do capítulo possibilitam a compreensão da fotografia como linguagem artística composta por luz e cores, e é mais que isso: “[...] fonte histórica que demanda por parte do historiador um novo tipo de crítica” (MAUAD, 1996, p. 8).

A fotografia é descrita na historiografia (LE GOFF, 2003) como sendo um registro simultâneo envolvendo a imagem/documento e imagem/monumento. Nesse caso, pode-se dizer que a fotografia é índice, marca de uma materialidade do passado e também é símbolo quando é vista na tessitura imagem/monumento.

Através do registro fotográfico “Entre as frutas e o dinheiro...” estabelecem-se relações entre fotografia, outras fontes documentais, o dito e o não dito, cabendo ao pesquisador interpretá-las e dá sentido ao não dito.

Por meio da fotografia é possível estabelecer relações entre o passado e o presente, reconstruindo a história, como por exemplo, a historiografia do trabalho desde a escravidão até o trabalho assalariado com os homens livres, brancos e imigrantes, conforme expomos nas reflexões do capítulo.

A fotografia analisada expressa múltiplos sentidos e está intrínseca a relação com as categorias gênero, trabalho e capital. Os sentidos atribuídos dependem do lugar de fala dos sujeitos que contemplam a imagem, de forma que a subjetividade apresenta-se como elemento fundante no processo de interpretação.

Dito de outra forma, o capítulo é um exercício de indagação, pois muitas vezes as fotografias não falam por si só, por isso necessitam de um intérprete que problematize, faça perguntas e que apresente a fotografia como um produto cultural, fruto de um trabalho social e de produção semiótica, passível de críticas.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. Trabalho e superfluidade. *In:* SAVIANI, D.; SANFELICE, J.L.; LOMBARDI, J .C. (Orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação.** 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2005. p.35-44.

COLAO, Magda Maria. O modo de produção: categoria do materialismo histórico. **Revista Movimento,** Porto Alegre, v.12, n.02, p.143-169, maio/ago. 2016. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/2907/1543 Acesso em: 09 jun. 2019.

COLMÁN, Evaristo; POLA, Karina Dala. Trabalho em Marx e serviço social. Ser. **Serviço social em revista**, v.12, n.1, 2009. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/ssrevista/pdf/2009/2009_2/Artigo%20evaristo.pdf Acesso em: 09 jun. 2019.

CORDEIRO, Cecília Siqueira. **Historiografia e história da historiografia:** alguns apontamentos. *In:* SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., Florianópolis, 2015. **Anais** [...]. Florianópolis: ANPUH, 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1428357432_ARQUIVO_ArtigoSNH2015Historiografia.pdf Acesso em: 11 jun. 2019.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. 7. ed. São Paulo: Loyola, 1992.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e história.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. Disponível em: file:///C:/Users/USURIO~2/AppData/Local/Temp/KOSSOY-%20B.%20Historia%20e%20fotografia%20-%20cap.%20Fotografia%20e%20historia.pdf Acesso em: 15 jun. 2019.

KUENZER, Acácia Zeneida; GRABOWSKI, Gabriel. A produção do conhecimento no campo da educação profissional no regime de acumulação flexível. **HOLOS**, v. 6, p. 22-32, out. 2016. Disponível em: http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4983/1566. Acesso em: 10 jun. 2019.

LARA, Silvia Hunold. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. **Proj. História,** São Paulo, v.16, p.25-38, fev. 1998. Disponível em: file:///C:/Users/Usuário/Desktop/História%20do%20Trabalho%20no%20Brasil_PUC.PDF Acesso em: 01 jun. 2019.

LE GOFF, Jaques. Documento/monumento. *In*: LE GOFF, Jaques. **História e memória.** Tradução Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana F. Borges. 5. ed. Campinas-SP: Unicamp, 2003.

LIMA, Alexandre. Trabalho e ação política em Marx. **Ethic@ - An international Journal for Moral Philosophy**, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 341-364, maio, 2011. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ethic/article/view/1677-2954.2011v10n2p341/20912 Acesso em: 09 jun. 2019.

MARTINS, Raphael Castro; SALOMÃO, Ivan Colangelo. De ideias e lugares: uma história do liberalismo econômico no Brasil oitocentista. **Revista de Estudos Sociais,** v. 20, n. 40, p. 60-77, jul. 2018. Disponível em: http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/6282 Acesso em: 16 jun. 2019.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe, 2 ed. São Paulo, Nova Cultural, 1985a. Livro I, t. 1. (Os economistas).

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1985b. Livro 1, v. 1, t. 2 (Os economistas).

MARX, Karl; ENGELS, F. **A ideologia alemã** (I Feuerbach). Tradução José Carlos Brunie Marco Aurélio Nogueira. 6. ed. São Paulo: HUCITEC,1987.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 73-98, 1996. Disponível em: http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg2-4.pdf Acesso em: 10 jun. 2019.

RAMOS, Marise. Ensino Médio integrado: ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica. *In:* MOLL, Jaqueline (Org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo:** desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 42-56.

SOUSA, L.G. **Memórias de economia:** a realidade brasileira. São Paulo: Eumed, 2004.

WOOD, Ellen. **Democracia contra capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2003.

Capítulo 11

TRABALHO DOMÉSTICO E A PRESENÇA MARCANTE DO GÊNERO FEMININO

Gilsilene Ribeiro da Silva[31]
Francinaide de Lima Silva[32]

Fonte: Gilsilene Ribeiro da Silva

RESUMO

A análise do trabalho doméstico em que as mulheres majoritariamente são responsabilizadas e os efeitos ocasionados pela divisão sexual do trabalho, por meio de relação de subordinação, ocupam o centro das discussões do presente capítulo. O objetivo do trabalho é desenvolver revisão bibliográfica e produção fotográfica na tentativa de problematizar sobre a tomada de consciência em relação aos processos de dominação que envolvem o gênero feminino. Foi feito um registro fotográfico através de um *smartphone*, captando uma cena corriqueira de um ambiente

[31] Aluna especial do mestrado Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. E-mail: gilsilenersilva@gmail.com.

[32] Doutora em Educação. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. E-mail: francinaide.silva@ifrn.edu.br.

doméstico em que a mulher desempenha a organização do lar. A ideologia legitima que homens e mulheres apresentam condição de desigualdade de produção, beneficiando a cultura do patriarcado. A experiência de produção bibliográfica alinhada com a produção fotográfica aponta que é preciso pensar sobre as diferenças de gênero no mundo do trabalho, as desigualdades existentes no que diz respeito aos salários, as condições de trabalho, ao emprego, a desvalorização das atividades realizadas no âmbito doméstico, as relações entre trabalho doméstico e as questões de gênero/raça no Brasil.

Palavras-chave: Trabalho doméstico. Gênero feminino. Divisão sexual do trabalho.

INTRODUÇÃO

Ao longo da história, as mulheres assumiram como papel “natural” a provisão de cuidados da família, enquanto coube aos homens o sustento financeiro. Isso contribuiu com a crença social de que a família é responsabilidade da mulher e o trabalho, por seu turno, do homem. Tal fato perpetuou, culturalmente, a dicotomia entre a vida pública e privada entre os sexos, pois para cada parte estaria reservado o seu espaço. A vida pública para os homens, e a vida doméstica para as mulheres (PASSOS; ROCHA, 2018).

Entretanto, este modelo de família baseado no “homem-provedor/mulher-cuidadora” tem sido questionado e vem se alterando nas últimas décadas. Esse padrão de organização familiar, vem sendo modificado lentamente, no sentido de admitir à mulher como provedora da família, ainda que, na maioria dos casos, em uma função secundária. A realidade da inserção feminina no mercado de trabalho e da contribuição das mulheres à superação da pobreza e à composição da renda familiar, expressas de forma cada vez mais precisa e evidente em cifras e estatísticas, tem questionado a noção, ainda fortemente vigente, de que o trabalho feminino é secundário e de que as mulheres conformariam uma “força de trabalho secundária” (ABRAMO, 2007).

Tendo em vista a conjuntura social na qual as mulheres encontram-se inseridas no mundo do trabalho, sem, todavia, ter sido alterada a construção histórica da mulher como cuidadora, instala-se uma situação conflituosa: a mulher sente-se obrigada a realizar as duas formas de trabalho, o doméstico e o profissional, sendo conhecidos como a dupla jornada de trabalho. Estudos associam ao trabalho feminino, o motivo de muita insatisfação, angustia e dor. Essa situação

cria uma sobrecarga no trabalho, levando à expropriação de tempo, energia e qualidade de vida (PORTO, 2008).

Para Bourdieu (1995), a Revolução Industrial reafirmou a oposição entre o exterior e o interior, pois, aos homens coube o universo da empresa, orientado para a produção e o lucro, e às mulheres o universo da casa, voltado à reprodução biológica, social e simbólica do lar. O mesmo autor ainda afirma que: “a entrada das mulheres na vida profissional forneceu uma prova manifesta de que a atividade doméstica não é socialmente reconhecida como um verdadeiro trabalho; na verdade, negada ou denegada por sua própria evidência, a atividade doméstica continuou a se impor às mulheres por acréscimo” (BOURDIEU, 1995, p.170). Isso corrobora a ideia da invisibilidade e desvalorização do trabalho reprodutivo em nossa sociedade.

Outro aspecto de grande importância a se destacar é a diferenciação entre trabalho doméstico não remunerado e remunerado, este último é caracterizado como emprego doméstico. De acordo com Porto (2008), quando se propõe fazer paralelos entre esses dois tipos de trabalho, percebe-se que a desvalorização do trabalho feminino realizado na esfera doméstica repercute no trabalho doméstico exercido profissionalmente. Baseado no trabalho reprodutivo associado aos papéis de gênero, o emprego doméstico constitui-se ainda hoje em uma modalidade profissional que beira a servidão, embora as regras que normatizem esta atividade já tenham sido definidas em várias legislações em todo mundo, inclusive na brasileira (Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972).

Diante do exposto, é de extrema importância e urgência a abordagem e análise das questões do trabalho doméstico, compreendendo as suas diversas nuances, a despeito de vários trabalhos relevantes que já foram realizados, para que se possa, num primeiro momento, trazer à tona as formas de discriminação em que as mulheres são submetidas e, em um segundo momento, abrir o diálogo para que se possa investigar maneiras de sanar este histórico e controverso problema social.

O objetivo deste trabalho é, a partir do registro fotográfico, permitir uma sensibilização das pessoas, levantando-as à percepção acerca das questões inerentes ao tema do trabalho reprodutivo, bem como, desencadear discussões sobre como se estabelecem as relações entre trabalho doméstico e as questões de gênero/raça no Brasil.

A fotografia foi realizada por meio de um *smartphone* a partir de uma cena corriqueira no ambiente doméstico, na qual uma mulher é fotografada executando uma das muitas tarefas do seu cotidiano.

Para atingir o objetivo do trabalho proposto, após observação e análise da fotografia de uma mulher exercendo "suas tarefas" cotidianas, algumas reflexões devem ser feitas através de questões que permitam analisar as representações sociais neste contexto, de acordo com Cyrino (2009), a fim de atingir os saltos de conhecimento, a saber: 1) As mulheres se sentem, de alguma forma, responsáveis pelo espaço doméstico ou alguma tarefa específica?; 2) Quais são as expectativas e os papéis que assumem tanto o homem como a mulher em funções como o cuidado com os filhos e a administração da casa?

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA CONCEITUAL

Nos anos 1970, as feministas buscavam identificar as raízes da invisibilidade do trabalho doméstico não remunerado, indicando sua contribuição para a desigualdade sexo/gênero e a subalternidade feminina (BRITES, 2013).

Com o passar dos tempos, no contexto dos anos 1990 e na primeira década do século XXI, uma multiplicidade de fatores inscreveu novos interesses sobre o tema – a maioria deles relacionados à crescente e definitiva entrada das mulheres no mercado de trabalho (BRUSCHINI, 2006). Entre esses fatores destacamos: a reestruturação e flexibilização produtivas nas sociedades pós-industriais, elevando os índices de feminização do trabalho; a precarização do trabalho e o declínio do Estado de Bem-Estar Social nos países desenvolvidos do hemisfério norte; e, ainda, o envelhecimento populacional, o qual desencadeou uma crise global dos cuidados que, por sua vez, questionou a logística transnacional de divisão social do trabalho, em que os recortes de gênero, etnia e nação se entrelaçam (SOLÍS, 2009; GUTIÉRREZ-RODRÍGUEZ, 2007; COLEN, 1995; ANDERSON, 2000; EHRENREICH; HOSCHILD, 2002).

Numa tradicional divisão sexual do trabalho, às mulheres cabe a responsabilidade pela manutenção da casa e do cuidado com os membros da família e aos homens o papel de provedor. O movimento feminista, dentre os diversos temas abordados, questionou essa divisão que além de associar o espaço

privado ao feminino e a esfera pública ao masculino, também atribuía maior valor e visibilidade às atividades desenvolvidas pelos homens (MARTINS *et al.*, 2011).

A raiz da divisão sexual do trabalho está na sociedade patriarcal que é caracterizada pela supremacia masculina, por meio da qual, de acordo com Martins *et al.* (2011), acredita-se que uma suposta autoridade do homem é imposta sobre a família, buscando principalmente a subordinação da mulher.

Sobre a questão da dominação masculina, destaca-se Bourdieu (1995) que estuda as diferenças entre os sexos, ressaltando que a dominação masculina e a submissão feminina são construções sociais que se naturalizaram. Inicialmente tentou-se atribuir aspectos biológicos, que são naturalmente distintos aos sexos, como atributos determinantes da divisão sexual do trabalho. Por exemplo, se a mulher é o único ser da espécie humana capaz de engravidar e gerar a vida em seu ventre, nada mais justo que seja ela a pessoa da família responsabilizada por cuidar desta vida no seu mais amplo entendimento.

Segundo Cyrino (2009), vários autores como Scott (1991) e Tilly (1994) defendem que gênero é uma categoria analítica que estrutura o sistema perceptivo dos indivíduos e remete à organização concreta de toda a vida social. Apesar da evidente proliferação de abordagens calcadas nas relações de gênero, Scott (1991) alerta para a dificuldade acadêmica de se incorporar o termo gênero nos corpos de teoria já existentes.

O estudo das relações de gênero revela, certamente, uma série de dificuldades e desafios. Haraway (1995) adverte que o campo da Sociologia do Gênero é marcadamente conflitivo e pouco consensual, originando uma dificuldade de síntese teórica, devido à coexistência de discursos complexos, polêmicos e contraditórios no seio mesmo de produção da teoria. Barbieri (1992) ressalta que gênero é uma perspectiva teórica em andamento, advogando a necessidade de estudos empíricos que balizem as diversas perspectivas teóricas.

Na discussão sobre a divisão sexual do trabalho e o binarismo natureza/cultura, Chorodow (1979) colocou em destaque o papel da família na produção de mulheres subordinadas e estruturadas para a maternidade. Neste processo, é de grande importância a análise da configuração sexual dos espaços público e privado, evidenciado por Pateman (1993) em *O Contrato Sexual*. Partindo dos teóricos contratualistas, evidencia que ao explicar o surgimento da sociedade

civil, os teóricos do contrato social, configuram lugares diferenciados para os homens (responsáveis pela criação da política enquanto espaço público) e para as mulheres (confinadas à esfera do doméstico, vinculada historicamente ao não civil e ao apolítico).

Recorrer ao conceito de representação social que se relaciona, de maneira direta, a um sistema de valores, ideias e práticas que servem para orientar os membros de uma sociedade. Esta ideia parte do pressuposto de que existem determinados modos de conhecer, de compreender, de interpretar e de significar a realidade, os quais são construídos socialmente.

Considerar, então, a existência de representações sociais de gênero, significa também enfatizar gênero como uma construção social. A incorporação do conceito de representação social à análise da discussão sobre a articulação entre trabalho doméstico e trabalho assalariado permite a emergência de vários questionamentos: as mulheres se sentem, de alguma forma, responsáveis pelo espaço doméstico? Quais são as crenças e valores mais evidentes acerca da suposta “natureza” feminina e masculina? De que maneira estas crenças e valores ajudam a entender melhor as desigualdades de gênero? Quais são as expectativas e os papéis que assumem tanto o homem como a mulher em funções como o cuidado com os filhos e a administração da casa? Tendo-se como referência, porém, a organização da vida cotidiana e a maneira como ocorre a articulação entre trabalho doméstico e assalariado (CYRINO, 2009).

Segundo Porto (2008), apesar de ser imprescindível à reprodução da sociedade, o trabalho desenvolvido na esfera doméstica não é visto como atividade concernente à esfera laboral, não sendo reconhecido ou valorado condignamente e, principalmente, não sendo remunerado. O que lhe subtrai decisivamente o *status* que gozam as demais atividades produtivas decorre de não ser identificado como atividade capaz de gerar renda direta, embora seja o sustentáculo para a geração dessa renda e mais, indispensável à própria manutenção da vida social.

A ausência de reconhecimento da exploração do trabalho feminino com base na construção do papel de gênero, das atividades tradicionalmente atribuídas às mulheres em decorrência da interpretação do que seria a sua natureza, não diminui a magnitude do trabalho não remunerado exercido por elas. Estudo da Organização das Nações Unidas (ONU) mostra que o Produto Interno Bruto (PIB) aumentaria em

40% nos países industrializados se o valor do trabalho não remunerado feito na esfera doméstica passasse a ser incorporado nas estatísticas de produção (MELO, 2002).

CONSIDERAÇOES FINAIS

A produção bibliográfica demonstra que as análises sobre trabalho doméstico e gênero contribuem para ampliar os conhecimentos construídos nas áreas da sociologia e da antropologia. Discutem aspectos importantes sobre o trabalho feminino, como os papeis atribuídos ao homem e à mulher e as discriminações de gênero que ocorrem numa sociedade patriarcal como a contemporânea.

As reflexões sobre divisão sexual do trabalho e gênero mostram que existem questionamentos sobre essa divisão e que há um maior valor e visibilidade às atividades desenvolvidas pelos homens. Os paradigmas clássicos de análise do mundo do trabalho também são questionados, revelando a importância de articular o espaço produtivo e o espaço doméstico, as relações familiares e as relações de trabalho.

Portanto, as análises apresentadas nos vários textos que existem sobre esse tema, ajudam a pensar as diferenças de gênero no mundo do trabalho, as desigualdades existentes no que diz respeito aos salários, as condições de trabalho, ao emprego e a desvalorização das atividades realizadas no âmbito doméstico.

A representação social, que é a forma como os indivíduos se percebem e percebem os outros numa sociedade, pode ser útil no processo de construção e desconstrução dos papeis de gênero no trabalho.

O uso da fotografia alinhado a produção textual para fundamentação teórica se constituí é a metodologia escolhida como ponto de partida para problematizar a situação desigual da mulher em nossa sociedade.

Apostamos na fotografia pelo seu poder de sensibilizar e por isso é o ponto de partida para as reflexões e discussões do capítulo. A importância deste trabalho reside no fato de propiciar aos leitores o exercício da reflexão, a tomada de consciência e a ação transformadora, ou seja, colocar em prática, no seu cotidiano,

os conhecimentos apresentados, pois certamente, todos estão inseridos num ambiente familiar de uma sociedade patriarcal.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Bridget. **Doing the dirty work?** The global politics of domestic labour. Londres: Zed Books, 2000.

BARBIERI, Terezita de. Sobre la categoria gênero: una introduccion teórico metodologica. **ISIS**, p. 111-128, abr. 1992.

BORDIEU, Pierre. A dominação masculina. **Educação e Realidade**, v.20, n.2, p.133-184, jul./dez.,1995.

BRITES, Jurema G. Trabalho doméstico: questões, leituras e políticas. **Cad. Pesqui.**, v.13, n.14, p.422-451, 2013.

BRUSCHINI, C. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? **R. bras. Est. Pop.**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 331-353, jul./dez. 2006

COLEN, Shellee. Like a mother to them: stratified reproduction and West Indian childcare workers and employers in New York. *In:* GINSBURG, Faye D.; RAPP, Rayna (Org.). **Conceiving the new world order:** the global politics of reproduction. Berkeley: University of California Press, 1995. p. 78-102.

CYRINO, R. Trabalho, temporalidade e representações sociais de gênero: uma análise da articulação entre trabalho doméstico e assalariado. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, n. 21, p. 66-92, jan./jun. 2009.

EHRENREICH, Barbara; HOCHSCHILD, Arlie R. **Global woman**. London: Penguin, 2002.

GUTIÉRREZ-RODRÍGUEZ, Encarnación. The hidden side of the new economy: on transnational migration domestic work and unprecedent intimacy. **Frontiers:** a Journal of Women Studies, Lincoln, v. 28, n. 3, p. 60-83, 2007.

HARAWAY, Donna. **Simians, Cyborgs and Women:** The Reinvention of Nature. New York: Routledge, 1995.

HOSCHILD, Arlie. **La mercantilización de la vida íntima**. Madrid: Katz, 2008.

MARTINS, C. G. *et al*. Relações de gênero no trabalho doméstico: um estudo a partir da realidade das trabalhadoras do Instituto Federal de Santa Catarina. **Cadernos de Gênero e Tecnologia,** ano 13, p. 23-24, 2011.

MELO, H. P. A invisibilidade do trabalho feminino. *In:* CHOINACKI L. **Aposentadoria:** direito da dona-de-casa. Brasília: Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, 2002.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1993.

PORTO, Dora. Trabalho doméstico e emprego doméstico: atribuições de gênero marcadas pela desigualdade. **Revista Bioética,** v.16, n.2, p.287-303, 2008.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 11-38, jul./dez. 1991.

SOLÍS, Cristina Vega. **Culturas del cuidado en transición:** espacios, sujetos e imaginarios en uma sociedad de migración. Barcelona: Editorial UOC, 2009.

TILLY, Louise. Gênero, história das mulheres e história social. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 3, p. 29-62, 1994.

Capítulo 12

INTERFACES ENTRE FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Luciano Francisco dos Santos[33]
Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares[34]

Fonte: Luciano Francisco dos Santos.

RESUMO

O presente capítulo tem como elemento fundante o registro fotográfico produzido em 22 de abril de 2019, que retrata um estudante imerso em leitura no âmbito da educação profissional. O capítulo se articula com as aprendizagens internalizadas na disciplina Processos Cognitivos, Teorias de Aprendizagem e Educação Profissional do Programa Acadêmico de Pós-Graduação em Educação Profissional, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. A fotografia foi apresentada na exposição conceitual fotográfica intitulada

[33] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Brasil. E-mail:luucsantos@gmail.com.

[34] Doutora em Educação. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Brasil. E-mail: andrezza.tavares@ifrn.edu.br.

“Trabalho, Educação Profissional e Sociedade no IFRN”, durante o lançamento das obras da Editora do IFRN relativa à produção de 2019. O objetivo do capítulo é discutir as interrelações e os desafios enfrentados pela(s) juventude(s) para a conquista da formação humana integral na educação profissional. A metodologia utilizada foi produção fotográfica associada à revisão bibliográfica, tendo como fio condutor das análises a dialética. O resultado da experiência aponta para a necessidade de escolas transformadoras que se destinem a(s) juventude(s) por meio da oferta de educação profissional integral, em detrimento do modelo de educação proposto pela classe dominante.

Palavras-chave: Juventude(s). Formação humana Integral. Educação profissional.

INTRODUÇÃO

O registro fotográfico que subsidia esse capítulo alinhado à revisão bibliográfica conceitual tem por objetivo discutir as interrelações e os desafios enfrentados pela(s) juventude(s) para a conquista da formação humana integral na educação profissional.

A formação humana integral diz respeito ao desenvolvimento pleno do ser humano, às múltiplas determinações como biológicas, filosóficas, sociológicas, existenciais, domínio de técnicas, comunicação, entre outros. É um princípio que faz conceber o homem como sujeito portador de faculdades mentais, existenciais e de práticas sociais.

Já a educação profissional é uma modalidade de educação prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996 –, que se integrar aos diferentes níveis e modalidade de educação, ao trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura, e tem como finalidade precípua a formação e a qualificação para o exercício de profissões, contribuindo para que o cidadão possa se (re)inserir no mundo do trabalho e na sociedade.

O capítulo se articula com as aprendizagens internalizadas na disciplina Processos Cognitivos, Teorias de Aprendizagem e Educação Profissional do Programa Acadêmico de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). A imagem que introduz a discussão foi apresentada na exposição conceitual fotográfica intitulada “Trabalho, Educação Profissional e Sociedade no IFRN”, durante o lançamento das obras da Editora do IFRN relativa à produção de 2019.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA CONCEITUAL

A juventude, com o advento da modernidade, não vem sendo compreendida no sentido pleno da palavra, precisando ser pensada no plural – juventudes –, visto que trata de uma multiplicidade de conceitos e concepções. (TAVARES, 2015).

> [...] as juventudes são múltiplas e compartilham códigos, símbolos, significados e sentidos dos [signos] culturais nos quais estão inseridos. Essa compreensão traz à tona questionamentos em relação a definições seguras e estáveis dos modos de compreender identidade e juventude. (REIS; SOUZA; SANTOS, 2015, p. 10).

No debate sobre a visão de juventudes, reconhecemos a escola como espaço privilegiado de formação e (res)significação da subjetividade dos adolescentes, por ser instituição indispensável à constituição da identidade, da formação plena de um ser humano crítico, participativo e ético.

> [...] As Juventudes estão inscritas em determinadas relações de classes, de gênero, de etnia, em diversos espaços em que transitam e se deparam com questões de consumo, de religião, de geração e com as implicações das diferentes inserções no mundo do trabalho. Para a grande maioria, de algum modo, há ainda uma estreita relação com a educação escolar. Portanto, a escola, embora não seja o único, é um importante espaço de atuação no qual as identidades juvenis são negociadas e reinventadas. (REIS; SOUZA; SANTOS, 2015, p. 10).

Nesse sentido, entendemos que as juventudes clamam por escolas para além do reducionismo imposto pelo capital, isto é, por escolas de educação profissional que dialoguem com os aspectos cultural, social, político e afetivo da condição humana.

Literalmente, escolas, projetos pedagógicos e currículos com compromisso político por meio de intencionalidades afinadas com a formação humana integral como forma de preparo para a vida plena dos estudantes, tanto no sentido da (re)inserção no mundo do trabalho quanto no exercício consciente da cidadania para a promoção das transformações sociais.

Nos currículos escolares e nas práticas pedagógicas, há historicamente, uma grande valorização dos saberes propedêuticos em detrimento dos saberes dos ofícios. Para Barato (2004) esse pensamento acaba por submeter a prática à teoria.

No entendimento de Saviani (1991), o saber prático também se produz na interação dos homens e na relação destes com a natureza; o saber do ofício advém, assim, do trabalho.

A relação do homem com o trabalho e com a natureza é uma relação de identidade, pois ao transformá-la, o homem também constrói a si mesmo. Para Marx (2001), o trabalho é a atividade social vital da espécie humana, independentemente, da forma de sociedade na qual esteja inserido; uma prática pela qual o ser humano transforma intencionalmente a natureza, agindo sobre ela, para produzir e reproduzir os bens materiais de acordo com as suas necessidades objetivas.

> [...] Na medida em que o processo de trabalho, historicamente, liberta os homens do jugo da natureza, do trabalho braçal, transferindo-o progressivamente para as máquinas, não ocorre nada mais do que um desenvolvimento do próprio controle da natureza pelo homem. As máquinas não são outra coisa senão energia natural que o homem controla. Ao construir as máquinas, o homem usa a energia da natureza para vencer obstáculos que ele antes tinha de vencer com a energia dos próprios músculos, do próprio corpo. (SAVIANI, 2003, p. 9).

Na sociedade moderna, o capitalismo torna o trabalho mercadoria por meio do paradigma dominante. Em contraposição, o paradigma emergente, se caracteriza pelo fato de que o conhecimento científico deve se constituir e se voltar para o senso comum. (SANTOS, 2008).

> A sociedade moderna, desenvolvida a partir do advento do capitalismo, revoluciona constantemente as técnicas de produção e incorpora os conhecimentos como força produtiva, convertendo a ciência, que é potência espiritual, em potência material através da indústria. (SAVIANI, 2003, p. 4).

Diferentemente do exclusivismo científico proposto pela escola liberal alinhada aos fios condutores do capitalismo, as juventudes socialmente organizadas necessitam de escolas transformadoras sintonizadas com o paradigma emergente que valoriza a diversidade de culturas e saberes. Isso significa não hierarquizar os conhecimentos e garantir a sua integração.

Pensar a formação humana integral consiste em refletir sobre as conexões entre educação, trabalho, cultura e tecnologia. Educar nesse sentido é um exercício para a cidadania mediado pela reflexão sobre a vida e sobre a completude das práticas sociais.

Uma das finalidades centrais da educação transformadora é problematizar a prática social dos alunos e propiciar a (re)elaboração de suas práticas sociais, visto que a educação deve passar pela constituição da consciência. Sobre isso, Saviani (1989) delimita quatro objetivos para a educação em seu sentido amplo: 1) se educa para a subsistência, 2) para a libertação, 3) para a comunicação e 4) para a transformação.

A educação humana integral na educação profissional propõe o desenvolvimento de experiências formativas em que o educando projete a si mesmo enquanto ser humano com autonomia.

As inteligências formativas da educação profissional indispensáveis à formação humana integral são: 1) criticidade sobre a vida em sociedade, 2) capacidade de reflexão sobre a ação, 3) cidadania plena, 4) habilidades com as novas tecnologias e 5) competências para o trabalho (TAVARES; SANTOS, 2019a).

De acordo com a filosofia da *práxis*, pensar o trabalho envolve a compreensão da dupla dimensão ontológica e ontocriativa. Aquela se relaciona à essência do próprio ser humano, essa, com o caráter existencial diante da produção do labor.

> [...] o trabalho formador consiste no sentido da produção da existência a partir do atendimento das necessidades humanas. Nesse sentido, trabalho é prática educativa. Já o trabalho deformador consiste no sentido da exploração por meio de mecanismos articulados ao sistema econômico vigente, o que o reduz a mercadoria. Nessa clivagem, o processo de estranhamento entre o trabalhador e a plenitude de sua condição humana produz perdas fundamentais como identidade, [...]. (TAVARES; SANTOS, 2019b, não paginado).

A Educação Profissional liberal promove um campo em disputa, entre os interesses do capital e da classe trabalhadora.

> [...] a dinâmica econômica que apresenta o discurso em defesa da morte da criatividade pela negação da capacidade de abstração da realidade do trabalho está centrada nas teses do liberalismo. Já a dinâmica filosófica que exalta a condição humana integral do trabalhador está centrada no materialismo histórico-dialético. Para a filosofia da práxis, o trabalho deve ser princípio educativo, no sentido de ser formador e formativo do desenvolvimento humano. (TAVARES; SANTOS, 2019b, não paginado).

A educação profissional ao se integrar ao trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura, realça o conceito de politecnia, que diz respeito

> [...] ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho moderno. Está relacionada aos fundamentos das diferentes modalidades de trabalho e tem como base determinados princípios, determinados fundamentos, que devem ser garantidos pela formação politécnica. Por quê? Supõe-se que, dominando esses fundamentos, esses princípios, o trabalhador está em condições de desenvolver as diferentes modalidades de trabalho, com a compreensão do seu caráter, sua essência. (SAVIANI, 2003, p. 140).

Ao contrário da concepção liberal, na educação profissional transformadora o sentido é a formação integrada com interface técnica, humanística, ética e política em diálogo com o mundo do trabalho enquanto concepção marxista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação profissional integradora move o professor a desenvolver ação pedagógica para o enxergar lúcido das contradições diante dos processos de alienação. (VASCONCELLOS, 2009).

Formar-se integralmente implica perceber-se e reconhecer-se como classe trabalhadora consciente, unida e forte, capaz de resistir de forma esclarecida. Assim, pensar as juventudes organizadas engajadas com o movimento de libertação dos trabalhadores.

Nesse sentido, é imperioso o estabelecimento de escolas transformadoras que se destinem as juventudes, por meio da oferta de educação profissional integral, pois só assim ocorrerá a possibilidade de uma formação humana integral dos estudantes.

REFERÊNCIAS

BARATO, Jarbas Novelino. **Educação profissional**: saberes do ócio ou do trabalho. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução Alex Marins. São Paulo: Marin Claret, 2001.

REIS, Rosemeire; SOUZA, Emanuelle; SANTOS, Jean Mac Cole Tavares. Identidades juvenis e experiência escolar no ensino médio. **HOLOS**, v. 4, p. 3-17, ago. 2015. Disponível em: http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/3189 Acesso em: 19 jun. 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. 9. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

SAVIANI, Dermeval. **Ensino público e algumas falas sobre universidade**. 5. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.

SAVIANI, Dermeval. O choque teórico da politecnia. **Educação, Trabalho e Saúde**. Rio de Janeiro, v. 1, p. 131-152, 2003.

TAVARES, Andrezza Maria B. do Nascimento. Pedagogia social e juventude em exclusão: compreensões necessárias à formação de professores. **HOLOS**, v. 4, p. 18-32, ago. 2015. Disponível em: http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/3220. Acesso em: 26 maio 2019.

TAVARES, Andrezza; SANTOS, Luciano. Democracia, espaço escolar e contradições. **Potiguar Notícias**, Parnamirim – RN, 2019a. Disponível em: http://www.potiguarnoticias.com.br/colunas/post/2743/Democracia-espao-escolar-e-contradies. Acesso em: 20 maio 2019.

TAVARES, Andrezza; SANTOS, Luciano. O dia do trabalhador vem aí. **Potiguar Notícias**, Parnamirim – RN, 2019b. Disponível em: http://www.potiguarnoticias.com.br/colunas/post/2751/dia-do-trabalhador-esta-chegando Acesso em 20 maio 2019.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Currículo**: a atividade humana como princípio educativo. São Paulo: Libertad, 2009. (Coleção cadernos pedagógicos do libertad; v.7).

Capítulo 13

FINANCIAMENTO PARA A EDUCAÇÃO DOS TRABALHADORES: DIREITO CONSTITUCIONAL

Silvania Francisca Dantas[35]
José Mateus do Nascimento[36]

Fonte: Silvania Francisca Dantas

RESUMO

O registro fotográfico ressalta uma faixa com apelo em defesa da educação pública “Repudiamos corte de 30% no orçamento da Educação”. Foi realizado no dia 16 de maio de 2019 no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). A imagem foi produzida como produto avaliativo da disciplina Processos Cognitivos, Teorias da Aprendizagem em Educação Profissional oferecida do Programa de Pós-Graduação Acadêmica em Educação profissional (PPGEP). O objetivo do capítulo é discutir sobre financiamento e educação como direito constitucional. Institutos Federais e a conscientização política. A metodologia envolveu produção fotográfica, análise documental e pesquisa bibliográfica tomando como referência as ideias de autores como Ramos (2011), Freire (1979), e alguns documentos como Lei de Diretrizes e Bases da

[35] Licenciada em Letras Espanhol. Mestre em Educação. E-mail: silvaniafrandantas@gmail.com.
[36] Doutor em Educação. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. E-mail: mateus.nascimento@ifrn.edu.br.

Educação Nacional - LDB Nº 9.394/96 e a Constituição Federal de 1988. Concluímos que a faixa significa um exercício de cidadania em defesa da educação pública de qualidade. A lógica expressa na fotografia e na revisão conceitual progressista é que há uma contradição extrema quando o governo federal decide contingenciar recursos da educação pública.

Palavras–chave: Financiamento. Educação. Direito Constitucional.

INTRODUÇÃO

Este texto tem como objetivo discorrer sobre o financiamento da educação dos trabalhadores. Além disso, o texto também se propõe discutir sobre a expansão dos Institutos Federais e a conscientização política. As reflexões aqui registradas têm por base a produção fotográfica que tem por foco uma faixa protesto sobre os cortes de financiamento para educação.

A discussão acerca do financiamento no âmbito da educação dos trabalhadores é algo que precisa ser realizado com mais frequência nas instituições de ensino. A educação gera resultados abrangentes quando todos contribuem, pois, a contribuição possibilita o crescimento econômico do país, a igualdade social e cultural.

O financiamento da educação é um elemento importante para a organização e o funcionamento das políticas públicas educacionais. E, ao mesmo tempo, é um fator necessário para universalização do direito à educação pública de qualidade.

A questão levantada pelos trabalhadores da educação do IFRN, nos leva a refletir acerca da importância dos direitos assegurados aos trabalhadores da educação, dentre eles, piso salarial, planos de carreira, dentre outros. Além disso, o registro fotográfico nos proporcionou uma discussão a respeito da expansão dos Institutos Federais. Com a expansão, é preciso mais financiamento para manter a qualidade do ensino. E, além disso, é importante que os trabalhadores da educação tenham seus direitos garantidos pela Constituição Federal.

Quanto a metodologia do trabalho, optou-se por uma pesquisa bibliográfica em autores que discutem financiamento para educação dos trabalhadores, que debatem sobre a conscientização política e a pesquisa documental com base na

Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/96 – e o Plano Nacional de Educação.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA CONCEITUAL

A educação é um direito garantido para todo cidadão brasileiro pela Constituição Federal de 1988. De acordo com o Art. 206 da referida constituição, o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

> I–igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
> II–liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III–pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
> IV–gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
> V–valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
> VI–gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII–garantia de padrão de qualidade;
> VIII–piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (BRASIL, 1988, p.123).

Percebe-se, no artigo acima, que o direito de condições a educação deverá ser igual para todos, que a liberdade de aprender e divulgar o pensamento faz parte do cotidiano, e além disso, as instituições de ensino deverão ser adeptas ao pluralismo de ideias, e que o ensino deverá ser gratuito. Outro ponto destacado pelo artigo diz respeito a valorização do plano de carreira que deverá ser garantido aos profissionais da educação, além do piso salarial nacional.

Nesse contexto, percebe-se que o direito a educação não se restringe apenas ao fato de o discente ir à escola e o docente dar aulas. O direito a educação envolve uma diversidade de questões, dentre elas, a igualdade de condições para o acesso à escola, o direito a pesquisa, a diversidade de pensamentos e a prática da gestão democrática nas instituições de ensino.

O Plano Nacional de Educação, especificamente, a Meta 18 trata da valorização dos profissionais da educação da seguinte forma:

> Meta 18: assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso

> salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal. (BRASIL, 2014, p.56).

A referida Meta assegura aos direitos de planos de carreira dos profissionais da educação e a valorização do piso salarial nacional profissional. Nessa perspectiva, são esses direitos a educação, garantidos pelo Plano Nacional da Educação e pela Constituição Federal que o IFRN, por meio do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação básica, profissional e tecnológica, buscou, em forma de protesto, divulgar a luta pela garantia do orçamento na educação dos Institutos Federais de Educação (IF) em busca de um ensino de qualidade e igualdade para todos os cidadãos.

De acordo com Nascimento (2012, p.33),

> a compreensão sobre o financiamento da educação implica, entre outros, apreender os limites e possibilidades dessa discussão no âmbito da relação entre Estado e sociedade, que interfere na estruturação das políticas, da gestão e do financiamento.

Compreender o financiamento da educação é também entender outros aspectos, como por exemplo, as políticas públicas educacionais, Estado, sociedade e gestão.

Com base nesse contexto, O corte dos 30% no orçamento dos IF pode interferir na qualidade da educação que é oferecida por esses IF aos discentes. Com a expansão dos IF, a qualidade na educação deverá ser mantida, comprometida com o desenvolvimento regional.

Nesse contexto, de acordo com o Projeto Político Pedagógico do IFRN, sobre a questão da expansão dos Institutos Federais, destaca que:

> A expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica está pautada na interiorização da educação profissional, com o compromisso de contribuir, significativamente, para o desenvolvimento socioeconômico do País. Nessa perspectiva, a criação dos institutos federais responde à necessidade da institucionalização definitiva da educação profissional e tecnológica como política pública permanente de Estado. (IFRN, 2012, p. 28).

Não se pode esquecer que, com a expansão, deve ser mantida a qualidade na educação, o compromisso com o desenvolvimento do país, com a formação humana e integral. É importante frisar que uma formação ideal seria aquela que

direciona o estudante para o mundo do trabalho, ou seja, uma formação mais ampla, que envolvam outros aspectos como o mental e o físico, uma proposta mais integradora, no sentido apontado por Ramos (2011, p.31):

> O primeiro sentido que atribuímos à integração expressa uma concepção de formação humana que preconiza a integração de todas as dimensões da vida – o trabalho, a ciência e a cultura – no processo formativo. Tal concepção pode orientar tanto a educação geral quanto a profissional, independentemente da forma como são ofertadas. O horizonte da formação, nessa perspectiva, é a formação politécnica e omnilateral dos trabalhadores e teria como propósito fundamental proporcionar-lhes a compreensão das relações sociais de produção e do processo histórico e contraditório de desenvolvimento das forças produtivas.

Assim, compreende-se que a formação atribuída aos estudantes deve ser direcionada a todas as dimensões da vida, isto é, ao trabalho, a ciência e a cultura no processo formativo. Para que esse tipo de formação seja garantido, é preciso investimento e não cortes no orçamento, como vem propondo o governo neste ano de 2019.

Diante disso, se faz necessário entender que esse fato nos leva a uma conscientização política, entender o que é educação e cidadania. A educação cidadã existe quando há um projeto político democrático. Este, possibilita uma participação dos cidadãos nas decisões e no cumprimento das leis, ao desenvolvimento de uma população e incorporação de valores democráticos e conscientização política.

Freire (1979, p.15), ao discorrer sobre conscientização política destaca que:

> A conscientização é, neste sentido, um teste de realidade. Quanto mais conscientização, mais se “desvela” a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo. Por esta mesma razão, a conscientização não consiste em “estar frente à realidade” assumindo uma posição falsamente intelectual. A conscientização não pode existir fora da “práxis”, ou melhor, sem o ato ação – reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens.

Tomando-se, como diretriz, essa linha de pensamento, enfatizada pelo referido autor, percebe-se que a conscientização política contribui para um melhor

conhecimento da realidade, pois não se pode haver conscientização quando não se conhece a realidade, sem a prática.

A conscientização está ligada ao conhecimento das questões vivenciadas na realidade. Quanto mais se conhece o contexto vivenciado, mais capacitados e conscientizados para podermos assumirmos o compromisso de transformação na sociedade.

O autor ainda acrescenta que o homem não pode participar ativamente na história, na sociedade, na transformação da realidade, se não é auxiliado a tomar consciência da realidade e de sua própria capacidade para transformá-la. É conhecendo a realidade que se pode contribuir com a transformação social e histórica através de seus atos, da cultura, da pesquisa e da reflexão de maneira crítica.

A produção da faixa protesto expressa um nível praxiológico de conscientização de seus autores. O pensamento e sentimento de indignação está materializado de uma escrituração que se faz pública porque materializada por meio de uma faixa colocada numa das principais entradas de uma instituição de ensino para a visibilidade de todos os transeuntes.

Exibir a faixa com uma mensagem desse teor significa um exercício de cidadania em defesa da educação pública de qualidade. A lógica expressa é que há uma contradição extrema quando o governo federal decide retirar recursos da educação, quando a tendência dos países do mundo está em elevar os investimentos em educação.

Especificamente, no Brasil, em relação aos Institutos Federais, a tendência das últimas décadas foi de expansão das instituições de ensino e fortalecimento dos programas de ingresso, permanência e êxito dos estudantes no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e no Ensino Superior. Estávamos criando a tradição de que o financiamento em educação era prioridade, nunca gasto, mais investimento é necessário para o desenvolvimento de um país emergente que se anunciava a sexta economia do mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões aqui discutidas, visam contribuir para melhor compreensão a respeito do financiamento para educação dos trabalhadores, assegurado pelo Direito Constitucional. O financiamento para a educação pública no Brasil precisa ser tratado com mais frequência pelas instituições que fazem a gestão dos recursos.

A produção da fotografia motivou reflexões sobre a necessidade de financiamento da educação como investimento necessário e nunca gasto; foi possível também compreender que os profissionais da educação são assegurados por legislação como o Plano Nacional de Educação, a Constituição Federal e pela LDB Nº 9.394/96. Esses documentos são relevantes para a compressão dos direitos garantidos aos docentes.

A valorização dos profissionais da educação é uma temática que precisa ser mais discutida por profissionais da educação. Nesse sentido, o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE), buscou, em forma de uma faixa protesto, divulgar a luta pela garantia do orçamento na educação dos Institutos Federais de Educação (IF) em busca de um ensino de qualidade e igualdade para todos os cidadãos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, 2016.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação**: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

NASCIMENTO, Adriane Suely Rodrigues do. **Financiamento e educação profissional:** análise do programa Brasil profissionalizado no Estado do Pará. Dissertação de Mestrado em educação. Belém, 2012. Disponível em: http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/3519. Acesso em: 21 jun. 2019

PLANO Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base. Brasília, DF: Inep, 2015.

IFRN – INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Projeto Político Pedagógico do IFRN**. 2012. Disponível em. http://portal.ifrn.edu.br/ifrn/institucional/projeto-politico-pedagogico-1/lateral/menu-1/volume-1-documento-base. Acesso em: 21 jun. 2019.

RAMOS, Marise Nogueira. **Concepção do ensino médio integrado**. 2008. Disponível em: https://tecnicadmiwj.files.wordpress.com/2008/09/texto-concepcao-do-ensin omedio-integrado-marise-ramos1.pdf Acesso em: 21 maio 2019.

Eixo 2

Formação de professores, currículo e práxis

Capítulo 14

TRABALHO DOCENTE:
PROFESSOR REFLEXIVO E *PRÁXIS* NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO IFRN

Mônica de Lima Pereira[37]
Ilane Ferreira Cavalcante[38]

Fonte: Mônica de Lima Pereira

RESUMO

O registro fotográfico, elemento base de nossa discussão, foi capturado durante o trabalho docente em uma das aulas do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP), no dia 21 de maio de 2019. A partir desse registro, propomo-nos a discutir a prática docente na educação profissional do PPGEP a partir da perspectiva da *práxis*, do professor reflexivo, sobretudo na sociedade da informação, na qual a identidade docente é deslocada daquele profissional detentor exclusivo do conhecimento para uma identidade de professor reflexivo, mobilizador e construtor, juntamente com os alunos, do conhecimento, promovendo a autonomia e senso crítico. Essa perspectiva no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), procura atender a diversidade de níveis e/ou modalidades ofertadas. A metodologia utilizada parte das discussões teóricas do trabalho docente, a partir de Imbernón (2011), Libâneo (2015), Tardif (2014, entre

[37] Licenciada em Educação Física. Mestre em Educação. E-mail: monica_limap@hotmail.com.
[38] Doutora em Educação. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. E-mail: ilanecfc@gmail.com.

outros. Ao defrontarmos as discussões teóricas do trabalho e saberes docentes na educação profissional com a captura fotográfica, compreendemos que essa prática se assenta sob a interação professor-aluno-espaço físico, sob o uso de tecnologias e na construção coletiva do conhecimento, elementos imprescindíveis para uma formação pautada pela práxis, de modo a englobar, no seio dessa formação, a teoria, prática, transformação e emancipação dos sujeitos.

Palavras-chave: Trabalho docente. Saberes docentes. Educação Profissional. Práxis. Professor reflexivo.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho propomo-nos a discutir a prática docente a partir da perspectiva da *práxis*. O conceito fundamental de *práxis* remete à interação entre ser humano e natureza, sendo que esta só faz sentido a partir de sua alteração. Nesse sentido, a práxis pretende compreender a prática fundamentada pela teoria e a teoria vivificada na prática. Assim, sob uma perspectiva marxista, a práxis implica numa atividade prático-crítica intrínseca do ser humano.

Interessa-nos compreender, dentro da perspectiva da *práxis*, a prática do professor reflexivo, que, de acordo com Imbernón (2011), pauta-se não apenas pela reprodução de conhecimentos prescritos, mas participa no processo de inovação, compreendendo a sua responsabilidade social de maneira crítica e transformadora, assumindo o protagonismo na transformação e emancipação dos sujeitos que adentrarão ao mundo do trabalho, sobretudo na sociedade da informação.

O trabalho se justifica pela necessidade de compreendermos o trabalho docente do professor reflexivo como possibilidade de uma formação continuada pautada pela perspectiva da *práxis* e pressupondo a formação humana integral.

Alarcão (2011) chama de sociedade da informação, e/ou da comunicação, o momento atual em que as informações, seja elas relevantes ou não, precisas ou não, positivas ou negativas, tornam-se facilmente disponíveis e acessíveis a todos. No campo da educação, no que se refere ao professor, este descontrói o protagonismo de detentor do conhecimento; por outro lado, em relação ao aluno, exigem sua autonomia para gerenciar a avalanche de informações a que tem acesso; quanto à escola, ela precisa se adequar, enquanto organização, e se tornar um espaço aberto sobre si mesmo e sobre a comunidade onde se insere.

Imerso na sociedade da informação, o professor se percebe na emergência de superar o ensino baseado numa pedagogia da dependência, em prol de uma pedagogia da autonomia, promovendo no aluno a construção crítica do conhecimento. Nesse sentido, constitui-se o papel do professor:

> Criar, estruturar e dinamizar situações de aprendizagem e estimular a aprendizagem e a autoconfiança nas capacidades individuais para aprender são competências que o professor de hoje tem de desenvolver [...] O grande desafio para os professores vai ser ajudar a desenvolver nos alunos, futuros cidadãos, a capacidade de trabalho autônomo e colaborativo, mas também o espírito crítico. (ALARCÃO, 2011, p. 32 – 33).

Nesse cenário, o professor tem o seu protagonismo redirecionado, de detentor do conhecimento único, transformando sua atuação para além do ensino de códigos, leis, números, fórmulas e/ou teorias, rompendo com o modelo paradigmático que, de acordo com Ghedin (2012) não responde as necessidades concretas dos desafios contemporâneos do mundo do trabalho, para um trabalho docente que se aproxime da perspectiva da *práxis.*

O texto se propõe a discutir os elementos teóricos do trabalho docente na perspectiva da *práxis* do professor reflexivo, em comum diálogo com a expressão fotográfica escolhida, aqui inserida por representar novos formatos de aprendizagem, de relação professor-ensino-aprendizagem-aluno e pela representatividade de ocupação dos espaços escolares e dos recursos de aprendizagem da sociedade da informação.

A metodologia utilizada parte das discussões teóricas do trabalho docente sob a ótica de autores como Imbernón (2011), Libâneo (2015), Tardif (2014), entre outros, que analisam o trabalho docente e também sua atuação na educação profissional do IFRN a partir de autores como Moura (2014) e Araujo (2008), entre outros. Na instituição, a atuação docente é preconizada pelos documentos oficiais e pelas especificidades da educação profissional e tecnológica.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA CONCEITUAL

O trabalho e os saberes docentes sob a perspectiva da *práxis*

Libâneo (2015) entende que a transformação da sociedade repercute na educação, nas escolas e no trabalho docente, uma transformação em virtude da subordinação da educação à economia e ao mercado. Diante disso, novas exigências educacionais, novas funções do professor são exigidas para atender a essas transformações.

Na sociedade da informação, apontada por Alarcão (2011), uma das grandes questões educacionais tem sido definir que saberes são necessários à função docente, os quais devem ser contemplados nos currículos de formação de professores, seja da inicial ou continuada, de modo a atender a essa nova sociedade e as suas demandas, e ao mesmo tempo questioná-la, transformá-la e promover a autonomia dos sujeitos, como destaca Imbernón (2011, p.21):

> O professor ou a professora não deveria ser um técnico que desenvolve ou implementa inovações prescritas, mas deveria converter-se em um profissional que deve participar ativa e criticamente no verdadeiro processo de inovação e mudança, a partir de, e em seu próprio contexto, um processo dinâmico e flexível.

Essa sociedade da informação, ou sociedade do conhecimento, demanda novos modos de ensinar e de promover a construção do conhecimento. O professor deixa de ser a autoridade máxima na sala de aula e passa a ser um colaborador, um mediador na construção do conhecimento. E não apenas isso, ele torna-se um aprendiz contínuo e um organizador da aprendizagem.

> A sociedade do conhecimento é uma sociedade de múltiplas oportunidades de aprendizagem. As consequências para a escola, para o professor e para a educação em geral são enormes: ensinar a pensar; saber comunicar-se; saber pesquisar; ter raciocínio lógico; fazer sínteses e elaborações teóricas; saber organizar o seu próprio trabalho; ter disciplina para o trabalho; ser independente e autônomo; saber articular o conhecimento com a prática; ser aprendiz autônomo e a distância. (GADOTTI, 2008, p. 24-25).

Moacir Gadotti reflete sobre as consequências que as mudanças na sociedade trazem para o papel do professor, que passa a ser um mediador e organizador do conhecimento, como afirmamos anteriormente, mas é cobrado também em aspectos inesperados, como a autonomia, a aprendizagem a distância, a capacidade de colaboração para o trabalho em equipe, a necessidade de pesquisar e de organizar logicamente as informações para a construção do

conhecimento. Esses aspectos se tornam, muitas vezes, elementos de opressão no trabalho docente que, em geral, é culpado pela sua falta de formação continuada, pelo seu individualismo, pela sua resistência à mudança, entre outros aspectos. No entanto, é preciso reiterar, não é apenas o professor que muda, a mudança no perfil docente é oriunda das mudanças na própria sociedade que exigem, também, mudanças nas estruturas dos ambientes de trabalho e nas relações sociais.

> A produção de uma cultura profissional dos professores é um trabalho longo, realizado no interior e no exterior da profissão, que obriga a intensas interações e partilhas. O novo profissionalismo docente tem de basear-se em regras éticas, nomeadamente no que diz respeito à relação com os restantes atores educativos, e na prestação de serviços de qualidade. (NÓVOA, 1999, p. 29).

Portanto, mudar o professor é uma consequência, mas é inútil se não houver mudanças em toda a estrutura escolar. Nesse terreno instável de mudanças, é importante repensar a própria prática a partir de alguns aspectos, tais como ampliar o diálogo entre os partícipes do processo de ensino e aprendizagem, de forma a favorecer uma formação de qualidade; buscar novas formas de construção do conhecimento a partir de projetos, pesquisas, grupos de estudo; lutar por uma transformação dos parâmetros de formação – dos próprios professores e dos seus estudantes.

De acordo com Tardif (2014), os saberes docentes devem englobar mais que aqueles adquiridos nos bancos das universidades e espaços de formação inicial e continuada, estes precisam dar conta de uma multiplicidade de saberes, dentre os quais destacamos os saberes universalmente construídos pelas instituições educacionais de formação e os saberes da experiência da prática docente:

a) **Os saberes da formação profissional** transmitidos pelas instituições formadoras estão inseridos nos **saberes das ciências da educação**, que incorporam os conhecimentos universalmente construídos para as práticas docentes; e **os saberes pedagógicos**, que são as concepções/doutrinas que resultam das reflexões sobre as práticas educativas fornecendo um arcabouço ideológico à docência e também algumas técnicas e formas de saber-fazer.

b) Os **saberes disciplinares** compreendem os diversos campos do conhecimento e são frutos das tradições culturais perpetuadas pelos grupos sociais que produzem os saberes, constituindo as disciplinas curriculares.

c) Os **saberes curriculares** se materializam nos discursos, objetivos, conteúdos e métodos inseridos e construídos pelos programas e projetos políticos pedagógicos, ou seja, são os saberes que compõem cada uma das disciplinas.

d) Os **saberes experienciais** construídos a partir da prática da profissão, das experiências pessoais e coletivas que formam o *habitus*, são as habilidades, o saber-fazer e saber-ser.

Nesse sentido, os saberes docentes incorporam conhecimentos, competências, habilidades e atitudes. Na formação inicial do docente, Pimenta nos lembra que os professores, em sua atuação profissional, mobilizam:

> [...] os saberes da teoria da educação e da didática, necessários à compreensão do ensino como realidade social, e que desenvolva neles a capacidade a capacidade de investigar a própria atividade para, a partir dela, construírem e transformarem os seus saberes-fazeres docentes, num processo contínuo de construção de suas identidades como professores. (PIMENTA, 1999, p.18).

Após a sua formação inicial, o professor desenvolve não só uma formação continuada mais formal (por meio de cursos de capacitação ou de pós-graduação) mas no cotidiano escolar, quando o professor aprende, desaprende, reestrutura o aprendido, faz descobertas e, portanto, é na escola que, muitas vezes, vai aprimorando a sua formação. Por isso, considerar a escola como *locus* de formação passa a ser uma afirmação fundamental na busca de construir uma nova perspectiva para a formação continuada de professores que não se limite a oferecer diferentes cursos e capacitações aos docentes. No tocante à atuação docente no IFRN, de um modo geral, são preconizados como regime de trabalho a atuação nos três eixos: o ensino, a pesquisa e a extensão. Além dos eixos, outras especificidades distinguem a Educação Regular da Educação Profissional preconizada no IFRN.

Os docentes que atuam na Educação Profissional do IFRN precisam dar conta dos diversos cursos, eixos tecnológicos e, muitas vezes, em diferentes níveis. Ao entrar na instituição, os professores estão ingressando na Carreira EBTT (Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico), criada ainda do

período do CEFET, e em seguida com a criação dos Institutos Federais, através da Lei nº 11.892/08, a instituição podia oferecer, além dos cursos de nível médio, técnico, FIC e EJA, os cursos de Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado. Moura (2014, p. 77) afirma que "essa diversificação implica em exigências complexas de gestão institucional, de quadro docente e de sua formação, os quais, muitas vezes, atuam em duas ou mais dentre essas ofertas".

O Projeto Político-Pedagógico da instituição preconiza uma formação humana integral, o que implica diretamente na atuação docente, como se pode observar:

> [...]Ofertar Educação Profissional e tecnológica – de qualidade referenciada socialmente e de arquitetura político-pedagógica capaz de articular ciência, cultura, trabalho e tecnologia – comprometida com a formação humana integral, com o exercício da cidadania e com a produção e a socialização do conhecimento, visando, sobretudo, à transformação da realidade na perspectiva da igualdade e da justiça sociais. Desse modo, o IFRN contribui para uma formação omnilateral que favorece, nos mais variados âmbitos, o (re) dimensionamento qualitativo da *práxis* social (IFRN, 2012, p. 8).

No que tange à especificidade do trabalho docente na Educação Profissional, é importante destacar, de acordo com Silva Júnior e Gariglio (2014), que existem diferenças entre ensinar na Educação Regular e na Educação Profissional.

Araujo (2008) compreende que estão em disputa dois projetos de formação escolar: um baseado na filosofia do pragmatismo, que busca atender aos interesses mercadológicos imediatos do capitalismo e outro que se orienta pela pedagogia das *práxis*, que visa a formação do indivíduo não apenas para atuar num dado momento em um específico saber, mas que lhe possibilite uma formação de um futuro mais justo e atrelado à qualificação do trabalhador.

De acordo com Araujo (2008, p.7), o docente que atua na perspectiva da *práxis* precisa superar os modelos reprodutivos de transmissão de uma técnica, de um conteúdo ou de uma informação, assumindo as dimensões políticas e pedagógicas da profissão, sendo um profissional:

> a) Intelectual;
> b) Problematizador;
> c) Mediador do processo ensino-aprendizagem;
> d) Promotor do exercício da liderança intelectual;
> e) Orientador sobre o compromisso social que a ideia de cidadania plena contém;
> f) Orientador sobre o compromisso técnico dentro de sua área de conhecimento

Moura (2014) define que os saberes docentes necessários para atuar na Educação Profissional precisam ter um assentamento na *práxis*, devem compreender as relações entre a disciplina objeto da licenciatura e as demais disciplinas do Ensino Médio Integrado, tanto aquelas denominadas de formação geral como as de formação profissional, relacionar teoria à prática, integrando os conhecimentos gerais aos conhecimentos técnicos, ter o domínio didático-político-pedagógico para relacionar educação e trabalho; articular o currículo a partir do eixo estruturante: trabalho, ciência, cultura e tecnologia. E ainda, considerar pesquisa como princípio pedagógico e trabalho como princípio educativo, na perspectiva histórica e ontológica.

Diante dessas especificidades, Moura (2014, p. 88-89) sugere que uma possibilidade para superar os desafios da formação para atuar na Educação Profissional e tentar atender as especificidades dessa modalidade tem de levar em conta que:

> [...] é fundamental que o docente tenha uma formação continuada específica que lhe aproxime à problemática das relações entre trabalho e educação e ao vasto campo da educação profissional específica, contribuindo para a integração entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura [...] já que em geral, não incluem em seus currículos estudos aprofundados sobre esse campo e menos ainda sobre a sua relação com o ensino médio.

O PPGEP, enquanto espaço para a construção do conhecimento no campo da Educação Profissional, mas também como espaço para formação continuada para muitos docentes, pauta-se por uma formação embasada pela filosofia da *práxis*.

Na expressão fotográfica por nós capturada e selecionada para a discussão neste trabalho, expõe-se um momento de construção do processo ensino-aprendizagem realizado em uma das aulas do PPGEP. A captura ocorreu no dia 21 de maio de 2019, nela destacamos alguns elementos que denotam novos modos de ensinar, de aprender e de construir coletivamente o saber.

A fotografia não só capta momentos da vida em sociedade, ela também pode ser utilizada como fonte historiográfica, pois é um registro a partir do qual podemos ler informações, entender algumas situações, observar pessoas e suas interações.

> O sujeito, quando olha a fotografia, estabelece uma ponte entre aquele momento e o espaço que está na imagem e o momento que ele está vivendo. Como a distribuição dos objetos no espaço não é gratuita, tudo se posiciona no espaço, devendo serem levadas em consideração as relações entre os objetos. A orientação dos corpos também não é gratuita, eles traduzem orientações: linhas de autoridade, de subordinação, de hierarquia, de disciplina [...]. A explicação espacial da cultura, da política, das relações sociais pode ser percebida (LISSOVSKY, 1983, p.118).

Analisando a fotografia, pode-se perceber a relação horizontal estabelecida entre a docente, professora Andrezza, e seus estudantes, que se constituem, na imagem, como grupo de estudos, em momento de reflexão e pesquisa mediada pela tecnologia, posto que em frente ao computador. Apesar de estar no centro, e no controle do instrumento de pesquisa, a docente demonstra estar em diálogo com os estudantes que, por sua postura (em diálogo, em reflexão e por meio de gestos de interação) demonstram estar construindo, junto com a docente, uma discussão em torno de um objeto de estudo.

Ao fundo, na imagem, um jardim de flores de papel enfeita o que seria a lousa. O jardim demonstra a construção coletiva do conhecimento, pois flores e folhas aparecem escritas com diferentes tonalidades e cores, o que indica a participação ativa dos estudantes no processo de interação em sala de aula.

A fotografia realça, portanto, no tocante a atuação docente, o processo de construção do conhecimento atrelado ao uso das tecnologias, de dimensionamento e distribuição de alunos e docente em constante interação, prática que se busca construir em conjunto no PPGEP não só em uma disciplina, mas pelo conjunto dos docentes do programa, com vistas a uma formação humana integral, a uma prática que tem como princípio a pesquisa e sob os auspícios dos princípios estabelecidos pelo PPP da instituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação docente, na perspectiva da *práxis*, precisa ser pautada pela construção de uma identidade de professor reflexivo, sobretudo na sociedade da informação, que demanda novos modos de ensinar e de aprender, principalmente a

partir da mediação das tecnologias digitais da informação e comunicação cuja interferência tem transformado todas as esferas da vida em sociedade.

O trabalho docente no IFRN, sobretudo no PPGEP, em nível *stricto sensu,* preconiza o desenvolvimento de uma prática que tenha como princípio a formação para a articulação ensino, pesquisa e extensão.

O trabalho do professor na Educação Profissional do IFRN se revela ainda mais complexo, pois é considerando a partir da *práxis*, da concepção de formação humana integral, na perspectiva de formar os sujeitos não apenas para uma atividade profissional, mas para a vida. Tal entendimento pressupõe relacionar teoria, prática e transformação, integrar conhecimentos gerais aos específicos, estabelecer um posicionamento crítico sobre trabalho e educação, tendo em vista que o trabalho deve ser compreendido como princípio educativo, como processo produtor e transformador da existência humana.

Sob essas especificidades, o saber crítico-contextual e o atitudinal são fundamentais ao trabalho docente na Educação Profissional. A formação continuada ofertada pelo PPGEP propõe contribuir para que se amplie a identidade de professor contemplando as novas demandas de ensino-aprendizagem.

A escolha pela imagem, como fonte de análise, a partir da perspectiva do trabalho docente, sugere, no contexto da atuação no PPGEP/IFRN, que essa é uma atividade complexa e exige saberes múltiplos: saberes da formação profissional, saberes disciplinares, curriculares, saberes experienciais, saberes crítico-contextuais e saberes atitudinais. O trabalho docente capturado na exposição fotográfica deste trabalho denota um modo de ensino-aprendizagem que procura desenvolver a *práxis* por meio de uma construção coletiva e interativa entre professor-aluno-conhecimento, mediado pela tecnologia.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Isabel. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011 (Coleção questões de nossa época, v.8).

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. Formação de docentes para a Educação Profissional e Tecnológica: por uma pedagogia integradora da educação profissional. **Trabalho & educação**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, maio/ago. 2008.

GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um sonho**: ensinar-e-aprender com sentido. São Paulo: Feevale, 2008.

GHEDIN, Evandro. Professor Reflexivo: Da alienação da técnica à autonomia da crítica. *In:* PIMENTA, Selma Garrido e GHEDIN, Evandro (Orgs.). **Professor Reflexivo no Brasil**: Gênese e crítica de um conceito. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação Docente e Profissional**: Formar-se para a mudança e a incerteza. Tradução Silvana Cobucci Leite. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011. v.14.

IFRN - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. **Projeto Político-Pedagógico do IFRN:** uma construção coletiva, aprovado pela resolução 38/2012-CONSUP/IFRN. 2012. Natal, RN 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola:** teoria e prática. 6. ed. São Paulo: Heccus, 2015.

LISSOVSKY, Maurício. A fotografia como documento histórico. **Fotografia**: Ciclo de Palestras sobre fotografias, Rio de Janeiro, p. 117-126, 1983.

MOURA, Dante Henrique. Especificidades das instituições e da formação docente no campo da educação profissional. *In:* MOURA, Dante Henrique. **Trabalho e formação docente na educação profissional**. Curitiba: IFPR-EAD, 2014. p. 72-104.

NÓVOA, Antônio. O passado e o presente dos professores. *In:* NÓVOA, Antônio. (Org.). **Profissão Professor**. Porto: Porto Editora, 1999. p. 13 -34.

SILVA JÚNIOR, Geraldo Silvestre; GARIGLIO, José Ângelo. Saberes da docência de professores da educação profissional. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 19, n. 59, p.871-892, jun. 2014.

Capítulo 15

PIBID IFRN COMO ALTERNATIVA DE INTEGRAÇÃO ENTRE FORMAÇÃO DE PROFESSORES, EDUCAÇÃO BÁSICA E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Maria Judivanda da Cunha[39]
Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares[40]
Flávio Urbano da Silva[41]

Fonte: Maria Judivanda da Cunha

RESUMO

A fotografia traz uma representação acerca do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) como política de incentivo para os cursos de licenciaturas, de *práxis* integradora e de fortalecimento do diálogo sobre educação profissional (EP). A imagem retrata bolsistas do programa PIBID do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) e gestores da Escola Estadual Professora Clara Tetéo, pertencente ao Município de Macau-RN,

[39] Mestre em Educação. E-mail: mariajudivanda@gmail.com.
[40] Doutora em Educação. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. E-mail: andrezza.tavares@ifrn.edu.br
[41] Mestre em Ensino de Física. E-mail: flavio.urbano@ifrn.edu.br.

apresentando um produto pedagógico relacionado às aprendizagens da área da biologia. O capítulo desenvolve pesquisa bibliográfica e documental acerca do PIBID como política integradora da formação de professores, da educação básica e da Educação Profissional. A reflexão conclui que o PIBID, na versão do Edital CAPES 2013, apresenta um programa impulsionador das *práxis* em educação beneficiando diferentes atores vinculados às redes municipais e aos sistemas estaduais e federais, viabilizando, aprendizagens integradoras e criativas, inclusive, para o campo epistêmico da Educação Profissional.

Palavras-chave: PIBID. Formação docente. Educação profissional.

INTRODUÇÃO

A fotografia enaltece a importância do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência-PIBID para o IFRN e para o cotidiano das escolas estaduais no Rio Grande do Norte. Dentre múltiplas possibilidades de leitura, a imagem ressalta o diálogo entre diferentes redes de ensino, a produção do conhecimento por meio de aulas criativas e a produção de material didático com autoria dos alunos.

A maquete apresenta uma célula produzida pelos estudantes com materiais descartáveis. A produção pedagógica ressalta o PIBID como oportunidade de formação e aprendizagem integrada de qualidade social, ponderando sobre a interface assertiva entre educação profissional, educação básica e cursos de licenciaturas.

Em harmonia com a imagem fotográfica, o capítulo analisa as contribuições do PIBID para a formação de professores para além da aquisição de conteúdos e de aprendizagem técnica na perspectiva de “receitas” pedagógicas, ao contrário, o programa torna possível processos de formação que enaltecem a reflexão e a inovação sobre saberes e práticas escolares (TAVARES; MEDEIROS, 2018).

A formação profissional docente para a Educação Profissional, além de supor o domínio dos saberes e práticas da profissão, implica em uma discussão acerca da modalidade Educação Profissional, baseada em um código de ética relacionado com o respeito, a dignidade e a justa remuneração (MEDEIROS, 2016). Ter acesso à formação profissional docente significa participar na emancipação das pessoas, auxiliando-as a se libertarem da alienação do poder econômico, político e social (TARDIF, 2002).

As políticas voltadas para a formação docente emancipadora devem ajudar a minimizar os desafios inerentes à profissão. No caso do PIBID, os futuros docentes aprendem na prática de sala de aula a lidar com esses desafios e a buscar soluções. Assim, impulsiona a *práxis* educacional nas redes de ensino municipais, estaduais e federais e consegue promover espaços de diálogos acerca da educação profissional.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA CONCEITUAL

Na sociedade em que vivemos o conhecimento é um dos principais valores e está diretamente relacionado com o nível de formação dos cidadãos, com a capacidade de inovação e de empreendimento que se possua.

Esse cenário nos obriga a estabelecer garantias formais e informais para que os profissionais atualizem constantemente sua competência. Trata-se de uma sociedade que exige dos profissionais uma contínua atividade de formação e de aprendizagem (MARCELO, 2014, p.1).

Para Libâneo (1994), a prática educacional baseia-se nos objetivos por meio de ação intencional e sistemática para oferecer aprendizagem. É necessária a boa formação inicial do professor para que ele possa entender o saber de nível teórico e de nível prático.

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência-PIBID, executado no âmbito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/CAPES, tem por finalidade fomentar a iniciação à docência, contribuindo para o aperfeiçoamento da formação de docentes em nível superior e para a melhoria de qualidade da educação básica pública brasileira (BRASIL, 2010, p.4).

Desde os anos 1990 a formação de professores está no centro dos debates das políticas do Brasil. Sobre a formação docente, Freire (1997, p. 89) afirma que "[...] não somos apenas objeto da História, mas seus sujeitos igualmente. A partir deste saber fundamental: mudar é difícil, mas é possível, que vamos programar nossa ação político-pedagógico". Essa formação se dá no momento em que se busca a apropriação do conhecimento, tendo uma visão crítica e reflexiva através da ação de ensino-aprendizagem (TAVARES; MEDEIROS, 2018).

O PIBID visa fortalecer a formação inicial do professor, considerando as conexões entre os saberes que se constroem nas instituições formadoras e os saberes que cotidianamente são produzidos e se entrecruzam nas unidades escolares. A experiência real do professor em exercício na educação básica é relevante por enriquecer a formação inicial e profissional dos licenciandos bolsistas do programa, uma vez que estes entram em contato direto com a realidade vivenciada diariamente pelos professores de ensino fundamental e de ensino médio.

O Programa busca o desenvolvimento acadêmico, tendo em vista, que proporciona aos bolsistas uma experiência significativa, dando embasamento teórico e prático para as experiências que permeiam o contexto escolar. No entanto, ressaltamos que nenhuma formação docente se dá pela neutralidade, mas, sim, pelos conflitos existentes nos diversos contextos.

De acordo com a regulamentação do PIBID, sua política de formação tem por finalidade fomentar a iniciação à docência contribuindo para o aperfeiçoamento da formação de docentes em nível superior e para a melhoria da qualidade da educação básica pública brasileira (CAPES, 2013). De acordo com Passoni *et al.* (2012), o referido Programa tem por finalidade valorizar o profissional do magistério e apoiar a formação dos estudantes dos cursos de licenciatura plena das instituições públicas de ensino superior.

Insere-se, portanto, como uma política pública destinada a apoiar os alunos das licenciaturas e a formação continuada de professores formadores. No seu ciclo de realização, faz refletir sobre políticas educacionais, organizações internacionais e permanência de alunos nas licenciaturas.

O neoliberalismo demonstra, ideologicamente, um discurso que aponta para os problemas de gestão a responsabilidade para a crise e o fracasso do sistema educacional público. Como alternativa, indica a centralidade da iniciativa privada para superar as dificuldades, enaltecendo os emblemas da eficiência e eficácia.

Em relação ao Brasil, em particular, observamos que a reforma educacional tem início em meados da década de 1990 pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), unida ao projeto neoliberal da reforma minimalista do Estado e marcada, principalmente, sob a orientação do Banco Mundial e organismos internacionais, apresentando como consequência o fato de que as reformas na educação estão atreladas ao financiamento, currículo, avaliação, gestão.

A formação de professores, precisamente para educação básica no Brasil nos últimos dez anos, vem sofrendo substantivas reformulações. As políticas educacionais, fundamentadas na legislação atual e nos documentos oficiais, quer seja em nível Nacional, Estaduais e Municipais em suas diferentes modalidades, vêm possibilitando um repensar dos cursos de formação e a prática docente no que se refere a concepção, significado, estrutura, condições, clientela, *lócus* de formação, exercício docente, entre outros.

Os saberes docentes são conhecidos na prática de ensino e visam a construção de conhecimento acrescido de complexas experiências geradoras de novos conhecimentos, atendendo à especificidade própria do ensino-aprendizagem, reconhecendo que não, necessariamente, se fazem nos limites de sala de aula, pois é local de ensino-aprendizagem precisa, antes de qualquer coisa, ultrapassar a sala de aula, criando interações entre conhecimentos contextuais (TAVARES; MEDEIROS, 2018).

Sobre isso, Tardif (2002, p.36) acrescenta:

> A relação dos docentes com os saberes não se reduz a uma função de transmissão dos conhecimentos já constituídos. Sua prática integra diferentes saberes, com os quais o corpo docente mantém diferentes relações. Pode-se definir o saber docente como um saber plural, formado pelo amálgama, mais ou menos coerente, de saberes oriundos da formação profissional e de saberes disciplinares, curriculares e experienciais.

Nessa perspectiva, percebemos na fala do autor que a construção do conhecimento busca integralizar o processo de ensino-aprendizagem acerca dos saberes disciplinares, curriculares e da prática docente.

A sala de aula deve ser entendida como um campo imaginário, caracterizando-se como recurso e suporte para a ação docente, assegurando o processo de ensino-aprendizagem. O ambiente escolar apresenta um turbilhão de alternativas que vão exigir da escola e do professor formas criativas de lidar com o conhecimento, com o aluno e com o mundo. Diante disso, os desafios inerentes ao processo educativo são desdobrados em muitas situações inusitadas, principalmente, no que se refere à formação docente.

A atuação docente na realidade atual requer uma ação diferente, pois lidamos com novas expectativas e perspectivas e tudo isso exige formas fundamentadas e integradas de pensar a prática em sala de aula.

O programa PIBID, ofertado pelo IFRN, traz um grande diferencial nas licenciaturas, uma vez que contribui para o fortalecimento das aprendizagens sobre Educação Profissional baseada no PPC (Projeto Pedagógico do Curso). No currículo das licenciaturas do IFRN, as discussões acerca da EP se dão através de disciplinas específicas que trabalham a modalidade Educação Profissional referentes às disciplinas obrigatórias dos núcleos Didático - Pedagógico e Epistemológico dos cursos.

As disciplinas mediadoras da aprendizagem sobre EP são: Psicologia da Educação, Didática, Organização e Gestão da Educação Brasileira, Mídias Educacionais, Educação Inclusiva e Libras (núcleo Didático-Pedagógico); e, Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação, Fundamentos Sociopolíticos e Econômicos da Educação e Metodologia do Trabalho Científico (núcleo Epistemológico).

Entendemos que o diálogo sobre a EP deveria está mais presente nas licenciaturas, principalmente nos IF por serem instituições que vivem intensamente essa modalidade. Hilgmann *et al.* (2012, p.36), reflete sobre a prática do PIBID ao corroborar com a ideia:

> O PIBID, ao proporcionar a inserção organizada e planejada na realidade da educação básica, contribui para articular e aprimorar os saberes que os futuros professores vêm construindo. Há o destaque da importância da formação acadêmica, do saber disciplinar, ao mesmo tempo em que há o reconhecimento de que as experiências do PIBID são fundamentais para compreender esse conhecimento com maior profundidade e significação. É possível inferir que essas vivências têm ajudado no desenvolvimento de uma autoconsciência pessoal e profissional e no reconhecimento de que a articulação de saberes de diferentes naturezas é necessária para qualificar a ação docente.

O PIBID propicia uma formação diferenciada por meio da teoria vista na sala de aula como discente, ao mesmo tempo que passa a conhecer a prática como futuro docente, principalmente, no que diz respeito a uma formação profissional para a atuação na EP.

No momento em que tratamos sobre o PIBID e o Diálogo com a EP no IFRN, entendemos que os bolsistas dessa instituição de ensino se diferenciam das demais instituições, já que a cultura da modalidade EP está impregnada a ela pela experiência com formação humana integral, politecnia, trabalho como princípio educativo, aos conceitos da formação do professor na perspectiva de ator social e da formação do trabalhador em processo de emancipação.

Compreendemos que o PIBID é um Programa voltado para formação docente da educação básica, e que ele faz discussão tímida sobre a EP, porém, entendemos que o mesmo abre espaços para esse diálogo, propiciando momentos de reflexão sobre esse campo epistêmico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PIBID é importante para a formação acadêmica, pois possibilita que o discente vivencie a realidade escolar através de projetos de iniciação a docência e produza aproximação teórica com o campo empírico da docência.

O Programa desde 2009 desponta como uma política pública que busca atingir uma formação inicial e continuada de qualidade para professores da educação básica, e no caso do IFRN, para a Educação Profissional.

Retomando a foto que introduziu nosso capítulo, entendemos que o PIBID IFRN possibilita aos cursos de licenciatura um olhar consciente quanto à integração da formação do professor, educação básica e educação profissional.

A ideia de dialogo colaborativo entre diferentes redes de ensino, bem como, a ideia de produção criativa e autoral exaladas na peça fotográfica ilustrada, realça que com o PIBID, o licenciando do IFRN tem acesso a ciclos de formação integral, crítica e emancipadora.

A revisão bibliográfica e conceitual aponta que o programa é uma oportunidade significativa o desenvolvimento de profissionalidades e do profissionalismo de licenciandos, pois viabiliza aos seus bolsistas a possibilidade de um contato direto com a prática profissional, levando-os a experimentar situações que lhes formarão professores.

Sobre o campo da Educação Profissional, podemos afirmar que se faz necessário, que a formação de professores para esse campo corrobore para

fortalecer o projeto de sociedade contra-hegemônico que valorize o professor/trabalhador e que coloque no centro das ações o professor ator social apto a transformar a realidade e apto a operar para transformar os canários de desigualdade e de exploração.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Portaria Normativa nº 16, 23 de dezembro de 2009. Dispõe sobre o PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 de dezembro de 2009.

CAPES. **Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID**. 2013. Disponível em: http://www.capes.gov.br Acesso em: 10 maio 2019.

FREIRE, Paulo. **A sombra desta Mangueira**. 8 ed. São Paulo: Olho d´Água, 2006.

HILGMANN, Clarice Marlene *et al.* Vivências no PIBID: contribuições à formação docente. *In:* HAUSCHILD, Cristiane Antonia *et a*l (Org.). **PIBID/UNIVATES**: articulando saberes e práticas entre universidade e escola. Porto Alegre: Ed. Evangraf, 2013. p. 3140

IFRN - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Projeto Político Pedagógico do IFRN**. Disponível em: <http://portal.ifrn.edu.br/institucional/projeto-politico-pedagogico>. Acesso em: 30 maio 2019.

KONDER, Leandro. **A Formação de Professores para a Educação Profissiona**l: Fórum de Educação Profissional. 2004. Brasília-DF. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 13 maio 2019.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. Editora: Cortez, 1994.

MARCELO, Carlos. A identidade docente: constantes e desafios. **Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**, v.1, n. 1 ago./dez. 2009. Disponível em: http://formacaodocente.autenticaeditora.com.br/artigo/exibir/1/3/1. Acesso em: 09 maio 2019.

MASSON, Gisele. As Contribuições do Método Materialista Histórico e Dialético para a Pesquisa sobre Políticas Educacionais. *In:* ANPED - SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 9., Caxias do Sul, 2012. **Anais** [...] Caxias do Sul: ANPed, 2012. Disponível em: http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/ /966/126 Acesso em: 20 abr. 2019.

MATOS, Gabriel Siqueira. **O PIBID no processo de formação continuada dos professores supervisores de Educação Física:** aspectos de uma política

curricular. 1996. Disponível em: http://www.educacao.ufrj.br/ Acesso em: 15 abr. 2019.

MEDEIROS, Dayvyd Lavaniery Marques de. **Políticas de Formação Inicial de Professores com Vistas à Educação Profissional:** um Estudo Sobre as Licenciaturas e o PIBID Oferecidos pelo IFRN-CNAT. 2016. 159 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação Profissional) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

MOURA, Dante Henrique. **PROEJA**: formação técnica integrada ao Ensino Médio. Brasília: Ministério da Educação, 2012.

PASSONI, L. C. *et al.* Relatos de Experiências do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência no Curso de Licenciatura em Química da Universidade Estadual do Norte Fluminense. **Química Nova na Escola,** v. 34, n. 4, p. 201-209, 2012. Disponível em: <http://qnesc.sbq.org.br >. Acesso em: 20 abr. 2019.

TARDIFF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 4. ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2002.

TAVARES, Andrezza. Concepções de formação de professores para a educação profissional. **Potiguar Notícias**, Parnamirim/ RN, 2018. Disponível em: http://www.potiguarnoticias.com.br/colunas/post/1999/concepcoes-de-formacao-de-professores-para-a-educacao-profissional. Acesso em: 21 out. 2018.

TAVARES, Andrezza M. B. N; MEDEIROS, DAYVYD L. M. de. IFRN, PIBID e educação profissional: aproximações, análises e projeções. **Ciência Sempre**: Revista da FAPERN, v. 1, n. 1, p. 30-38, nov./dez. 2018.

Capítulo 16

CONTRIBUIÇÕES FORMATIVAS DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA PARA AS LICENCIATURAS DO IFRN

Luiz Antonio da Silva dos Santos[42]
Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares[43]

Fonte: Rodrigo Nascimento

RESUMO

A imagem retrata o emblemático dia do primeiro Seminário Institucional dos Programas PIBID e Residência Pedagógica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). O evento é atividade obrigatória para o desencadeamento dos programas, segundo regulamenta os Editais CAPES 2018. O encontro de dimensão estadual ocorreu no campus Natal Central do IFRN no dia 27 de novembro de 2018. A fotografia ilustra centenas de bolsistas da CAPES que participaram do evento, todos vinculados aos cursos de licenciaturas dos diferentes campi do IFRN. O Seminário teve o propósito de

[42] Pedagogo. Mestre em Ensino. Especialista em Língua Portuguesa e Matemática numa Abordagem Transdisciplinar. Coordenador pedagógico da Rede Estadual do Rio Grande do Norte. E-mail: luizantoniosantos@hotmail.com.

[43] Doutora em Educação. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. E-mail: andrezza.tavares@ifrn.edu.br.

fortalecer a formação inicial dos licenciandos e a formação continuada de professores do IFRN, traduzido no compartilhamento de experiências do Programa Residência Pedagógica na formação de professores, na avaliação da atuação da política educacional, na ampliação dos aportes teóricos e metodológicos para a constituição do programa. O presente trabalho enquadra-se numa perspectiva bibliográfica. Dentre os autores identificados nas produções teóricas destacamos Tardif (2013), Nóvoa (1992) Kuenzer (2002) e Tavares (2005;2018). Os resultados denotam contributos significativos do projeto institucional do PRP do IFRN, expressados na busca de ampliar a qualidade da formação inicial dos licenciandos do Instituto, na colaboração com a formação continuada dos preceptores subsidiando o crescimento dos índices de aprendizagem nas escolas públicas potiguares. O programa vem conjugando esforços importantes na produção de conhecimentos para vários setores educacionais, inclusive, para o campo epistêmico da educação profissional.

Palavras-chave: Formação de professores. Programa de residência pedagógica. IFRN.

INTRODUÇÃO

No centro do debate nacional sobre políticas educacionais formativas encontramos, dentre outros aspectos, duas demandas recorrentes: a necessidade de procedimentos formativos numa perspectiva renovadora e a crítica ao distanciamento entre os centros formadores e o trabalho nas escolas. Tavares (2005) acrescenta que a política de formação de professores no Brasil tem se constituído uma prioridade em função das novas exigências, que a partir dessa última década do século XX, busca tornar o professor afinado com o processe produtivo em curso.

Nesse sentido, as políticas nacionais de formação de professores têm sinalizado movimentos claros na tentativa de produzir um modelo formativo que promova a aproximação entre universidade e escola, bem como favorecer a imersão ampliada dos licenciandos no ambiente escolar por meio de relações mais estreitas dos campos da formação e do exercício docente.

Guiado por essa concepção, o Programa de Residência Pedagógica (PRP) respaldado pela resolução do Conselho Nacional de Educação nº 02/2015, pelo decreto nº 8752/2016 que preconiza orientações para a formação de Profissionais da Educação Básica, emerge como uma política educacional formativa, para além de outros objetivos, a valorização da docência, a profissionalização do profissional

docente e a aproximação ampliada das instituições formadoras dos contextos institucionais das escolas públicas.

Dessa maneira, sem a intenção de realizar um estudo detalhado da trajetória do PRP no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), esta pesquisa tem como motivação a reflexão sobre a implantação do Projeto Institucional do Programa de Residência Pedagógica (PRP) no IFRN e as suas contribuições formativas para futuros professores. O estudo discute as concepções, intencionalidades do PRP do IFRN e suas possibilidades formativas integradoras na experiência das licenciaturas do Instituto.

Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, ancorado numa revisão bibliográfica, tomando por base autores como Tardif (2013), Nóvoa (1992) Kuenzer (2002) e Tavares (2005), dentre outros. Os resultados denotam contributos significativos do projeto institucional do PRP no IFRN, traduzidos na busca de ampliar a qualidade da formação inicial dos licenciandos do Instituto, na colaboração com a formação continuada dos preceptores subsidiando o crescimento dos índices de aprendizagem nas escolas públicas potiguares. O programa vem conjugando esforços importantes na produção de conhecimentos para vários setores educacionais, inclusive, para o campo epistêmico da educação profissional.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA CONCEITUAL

Formação continuada de professores: concepções e entendimentos do Programa Residência Pedagógica (PRP) no IFRN

A dicotomia formativa entre os conhecimentos acadêmicos e a dimensão prática da docência tem sido confirmada nas produções teóricas de vários autores (GATTI; NUNES, 2009; TARDIF, 2002; CANÁRIO, 2001).

Estudos realizados por Gatti e Nunes (2009) sinalizam vários problemas na estrutura e funcionamento de cursos superiores de formação docente no Brasil. Dentre eles são evidenciados, a saber: fragmentação curricular, predominância de estudos teóricos em detrimento da dimensão prática do trabalho docente, dicotomia entre conhecimentos específicos da área e as abordagens didático-pedagógicos e a desarticulação entre os centros formativos e o *lócus* de atuação docente.

De forma responsiva a esse contexto, os movimentos das políticas públicas recentes vêm impulsionando propostas que contemplam uma maior aproximação entre as agencias formadoras e as escolas públicas na formação inicial de professores. Um desses programas é o Residência Pedagógica, proposto em âmbito federal pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e guiado por diretrizes operacionais do Plano Nacional de Educação (PNE).

No que se refere a efetivação da institucionalização dessa proposta de formação, o programa está ancorado nas bases institucionais que contemplam a Política de Formação de Professores do Ministério da Educação – MEC, na resolução do Conselho Nacional de Educação nº 02/2015 e no decreto nº 8752/2016 que preconiza orientações para a formação de Profissionais da Educação Básica e na BNCC.

O programa Residência Pedagógica apresenta-se como uma proposta que visa a valorização da formação inicial de futuros professores, tendo entre seus objetivos promover a imersão ampliada do estudante-professor na realidade escolar, isto é, na escola de educação básica. O PRP tenta superar a dicotomia entre teoria e empiria, que marca historicamente a formação de professores, e busca enfrentar objetivamente o distanciamento entre os espaços da formação e do exercício profissional. Esse programa carrega algumas características que conferem especificidade a essa proposta formativa, a saber:

> tem um total de 440 horas de atividades distribuídas da seguinte forma: 60 horas destinadas à ambientação na escola; 320 de imersão, sendo 100 de regência, que incluirá o planejamento e execução de pelo menos uma intervenção pedagógica; e 60 horas destinadas à elaboração de relatório final, avaliação e socialização de atividades. (BRASIL, 2018, p.1-2).

Tanto a terminologia Residência Pedagógica quanto o desenho operacional do programa sinalizam a intenção de imersão potencializada dos estudantes de licenciaturas em processos formativos numa dimensão prática. O termo imersão é utilizado nos documentos do MEC/CAPES para apresentar o programa

> [...] A residência pedagógica consiste na imersão planejada e sistemática do aluno de licenciatura em ambiente escolar visando à vivência e experimentação de situações concretas do cotidiano escolar e da sala de

> aula que depois servirão de objeto de reflexão sobre a articulação entre teoria e prática. Durante e após a imersão o residente deve ser estimulado a refletir e avaliar sobre sua prática e relação com a profissionalização do docente escolar, para registro em relatório e contribuir para a avaliação de socialização de sua experiência como residente. (BRASIL, 2018, não paginado)

Sob essa perspectiva, entende-se que o termo carrega a ideia que é com a prática que os estudantes de licenciaturas poderão construir sua profissionalidade por meio de atuação e vivência com o fenômeno educativo. Nessa mesma linha teórica, Kuenzer (2002, p.301), ao problematizar a relação teoria e empiria na formação de professores, considera que:

> [...] o trabalhador se educa no e a partir do seu processo de trabalho, com apoio da formação teórica adquirida nos cursos de formação inicial e continuada; mas é no trabalho, e através das relações estabelecidas a partir dele, que se constroem as competências profissionais, pela articulação entre conhecimento e intervenção.

Dessas assertivas podemos depreender que o modelo formativo do PRP dialoga com uma base teórica, porém com foco central na dimensão prática do magistério. Logo, entendemos que esta política formativa educacional pode representar um potencial de elevação da qualidade da Educação Básica.

Tavares (2018, p.1), esclarece que o Programa Residência Pedagógica e suas atividades “[...] visam incentivar à formação inicial e continuada de professores e que se destinam a se constituir em alternativas de articulação entre saberes e práticas”.

Seguindo nessa direção, Zeichner (2010, p. 493) acrescenta que existe uma necessidade de transformação na “epistemologia na formação do professor”, o autor acrescenta que é necessário superar as lógicas formativas que privilegiam a cultura acadêmica em detrimento dos conhecimentos empíricos do ensino.

Ao discorrer sobre o processo de construção da identidade docente, Nóvoa (1995, p. 34) sinaliza que essa identidade “não é um dado adquirido, não é uma propriedade, não é um produto. A identidade é um lugar de lutas e conflitos, é um espaço de construção de maneiras de ser e estar na profissão”.

Pelas posições explicitadas por Nóvoa (1995), eles trazem contribuições para pensar a formação docente também como um espaço de tensões, lutas e contradições. Haja vista que o capital, em face das novas exigências

mercadológicas, quer afinar a escola, o ensino e o professor as novas demandas produtivas.

Ações e contributos do programa residência pedagógica do IFRN

Os procedimentos formativos propostos pelo PRP reconhecem o espaço escolar e o conhecimento nele produzido como *lócus* formativo docente essencial e aponta para os centros formadores que este é um desafio urgente a ser enfrentado.

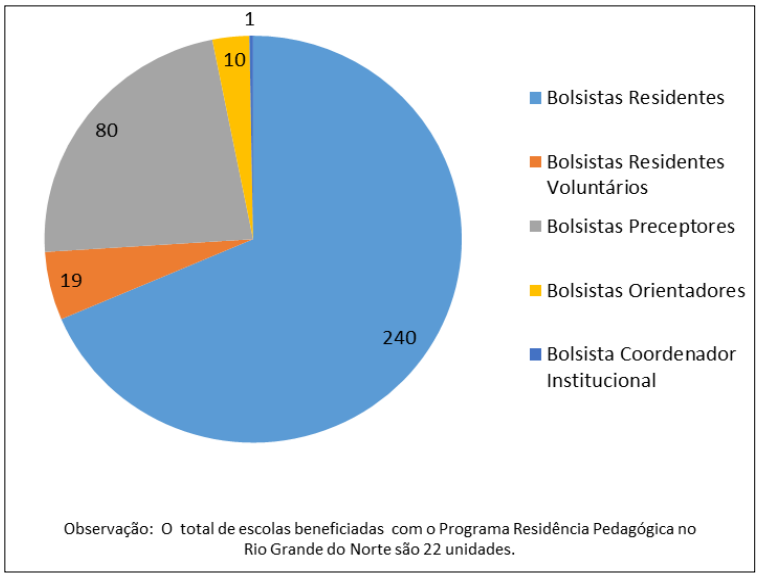
Com o intuito de fundamentar esta discussão, apresentaremos, ainda que brevemente, reflexões sobre a experiência do projeto institucional do PRP no IFRN, com ênfase nos contributos e no desenvolvimento de sua implementação. A trajetória desse programa no instituto é entendido como uma proposta de fortalecimento de formação docente que está alinhada aos propósitos formativos institucionais dos cursos de licenciatura da instituição.

Na realidade do IFRN, o PRP em 2018 incluiu cinco subprojetos, a saber: Biologia, Geografia e Química, configurado por componente curricular; bem como Física-Informática e Língua Espanhola-Matemática, por meio de composição multidisciplinar.

Na atuação do PRP no IFRN, o programa alcançou os significativos números: uma coordenação institucional, 10 orientadores, 80 preceptores e 259 residentes (240 com bolsa e 19 sem bolsa). Os cursos de licenciatura contemplados pelo programa são: Biologia, Física, Informática, Geografia, Matemática, espanhol e Química, distribuídos em 22 escolas-campo vinculadas à Secretaria de Educação do Estado do RN.

No tocante a concessão de bolsas, o PRP no IFRN conta com mais 300 (trezentos) bolsistas, atuando durante 18 meses, conforme preconiza Edital 06 da CAPES/2018 que versa sobre a operacionalização do programa e conforme estão sintetizados no gráfico a seguir:

Gráfico 1 – Número de bolsistas do programa residência pedagógica CAPES/IFRN



Fonte: Projeto Institucional do IFRN

O IFRN considera a totalidade presente na dimensão da formação prática de professores, e a imprescindível gestão estratégica dessa formação, acenando para uma desejável vinculação entre a formação inicial e continuada de professores e gestores.

O cronograma de atividades envolve 400 horas de experiências propostas para todos os bolsistas nucleados ao Projeto Institucional. Tais atividades, podem ser vivenciadas em até 18 meses e necessariamente precisam se articular com a proposta de estágio curricular dos cursos de licenciatura.

Os licenciandos passam a atuar a partir do 5º período, são oriundos das sete licenciaturas ofertadas no IFRN em todos os campi. Com relação aos encontros formativos, eles participaram do Seminário Institucional das licenciaturas do IFRN em 2018, evento que proporcionou grande repercussão entre os envolvidos na oferta das licenciaturas da instituição.

O evento ocorreu no IFRN, Campus Natal Central e congregou aproximadamente 400 (quatrocentos) estudantes e professores, conforme podemos identificar na fotografia que introduz a presente pesquisa. O PRP, observando a agenda do Edital da CAPES, organizará mais um grande seminário em 2020. Ainda na perspectiva de atuação do programa, os licenciandos realizam encontros presenciais periódicos com os professores coordenadores no IFRN e participam de encontros semanais nas escolas-campo onde executam a experiência prática. O

quadro a seguir demonstra os indicadores institucionais que o PRP do IFRN está compromissado.

Quadro 1 – Indicadores Institucionais do Programa Residência Pedagógica no IFRN

INDICADORES INSTITUCIONAIS DO PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA NO IFRN	
Indicadores	Resultados esperados
"Ampliação do tempo de Imersão dos Licenciandos em ambientes escolares"	Confiamos que com o Programa Residência Pedagógica os licenciandos ampliem seu tempo de contato com a escola e que realizem e participem de ações em que possam fortalecer a sua formação inicial.
"Reflexões sobre o Estágio Curricular Supervisionado"	Almejamos a ocorrência de práticas criativas, integradoras e desafiadoras que realcem o potencial proativo da articulação entre o Estágio Curricular Supervisionado e o Programa Residência Pedagógica.
"Evolução do desempenho dos estudantes das escolas colaboradoras"	Esperamos que as escolas colaboradoras tornem assertivas as práxis necessárias para a evolução qualitativa e quantitativa dos processos de ensino e de aprendizagem no âmbito dos subprojetos aprovados no IFRN, e que essa qualidade se faça extensiva às avaliações das escolas e dos alunos. Esperamos a elevação dos índices das escolas colaboradoras.
"Permanência do licenciando na área de formação"	Esperamos que com a imersão dos licenciandos no contexto escolar, possamos formar professores verdadeiramente identificados com o trabalho docente
"Aproximação ampliada do IFRN com os contextos Institucionais das escolas colaboradoras"	Esperamos ampliar o contato das licenciaturas do IFRN com as escolas de educação básica. Desejamos a intensificação do diálogo com a escola por meio de envolventes e criativas propostas de formação continuada de professores. A aproximação do IFRN com o chão das escolas colaboradoras é o fator principal para o êxito da experiência. Os diversos beneficiários do Projeto Residência Pedagógica do IFRN terão espaços ampliados de diálogo e trocas de experiências.
"Aproximação ampliada do IFRN com as Secretarias Responsáveis pelas redes públicas de ensino"	Ansiamos pela ampliação dos contatos, construindo um regime de colaboração, com as secretarias estaduais e municipais de educação na medida em que realizaremos as intencionalidades do Projeto Institucional da Residência Pedagógica IFRN, destacadamente por meio das ações dos subprojetos que beneficiarão as licenciaturas do IFRN. A intenção é articular momentos para que os representantes da SEEC/RN, Diretores Escolares, Secretários Municipais de Educação, entre outros.
"Práxis didáticas e curriculares criativa"	Desejamos desenvolver estratégias de ensino que permitam um ambiente em que a aprendizagem provoque saltos de qualidade no pensamento dos distintos aprendentes envolvidos no processo.

Fonte: Projeto Institucional (IFRN, 2018, p. 3)

A partir deste referencial de indicadores institucionais, o IFRN busca consolidar um projeto de formação de professores não apenas inovador, mas capaz

de equacionar questões centrais, tais como: a aprendizagem significativa dos licenciandos possibilitar ao estudante de licenciatura do IFRN o fortalecimento de sua formação inicial por meio de aprendizagens práticas oportunizadas pela vivencia da realidade escolar enquanto campo profissional da docência.

Busca também promover a formação prática do licenciando por meio da compreensão da relação significativa que deve ocorrer entre as teorias conceituais e a imersão prática da realidade escolar, inclusive no contexto institucional de práticas pedagógicas de escola-campo de oferta em Educação Profissional. (IFRN, 2018).

Levando em consideração dados concretos, objetivos e materiais, reconhecemos que o projeto institucional do PRP no IFRN vem alcançando significativos contributos. O PRP, além de oportunizar aos licenciandos a lucidez para uma melhor decisão em sua formação profissional, também fomenta algumas estratégias inovadoras de aprendizagem nas salas de aula, dialogadas com metodologias educacionais já praticadas e testadas pelos professores em suas áreas.

Um contributo relevante que se defende no que diz respeito a experiência formativa do PRP no IFRN é a possibilidade de aproximação e articulação das licenciaturas da instituição com a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), haja vista que historicamente os estudantes das licenciaturas do IFRN foram objeto da falta de diálogo de seus modelos formativos com a modalidade EPT.

Fortalecendo esta perspectiva, reconhecemos a relevância do PRP como prática formativa na formação inicial, tendo em vista que muitos estudantes dos cursos de licenciatura optam pelo não seguir à docência, deslocando-se para outras áreas, nesse sentido, o programa de maneira propositiva busca envolver os acadêmicos dos cursos de licenciaturas em atividades que valorizem e incentivem a carreira docente, além de oportunizar ambiências formativas capazes de possibilitar opções concretas de exercício no magistério, bem como produzir conhecimento que colabore para solucionar problemas e conflitos interiores referentes à prática docente e o processo de ensino-aprendizagem, e, assim, elevar a qualidade da escola pública do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo entendendo a necessidade de dialogarmos criticamente com o PRP e reconhecermos que ele ainda é um processo incipiente, também podemos inferir que ele oportuniza consideráveis possibilidades formativas, tendo em vista um contexto de uma cultura universitária predominante que privilegia o conhecimento acadêmico e não valoriza a dimensão da prática na formação docente.

Ainda sobre o desenvolvimento do PRP, observamos que ele se constitui em um processo permeado por dificuldades na realização exigindo planejamento integrado, de forma a problematizar a formação inicial de professores no contexto das políticas formativas no Brasil.

Retomando a ideia força da fotografia que abre o capítulo é possível afirmar que a formação perpassa pela construção de vários saberes: de uma prática reflexiva, de uma teoria especializada e de militância pedagógica, constituintes da profissão docente. Quando a formação está articulada à prática docente, ela se chama *práxis*, e deve se fazer no cotidiano, inclusive, colocando o licenciando para participar de coletivos em que pensem junto sobre forças antagônicas, consciência docente, visão crítica de mundo, contexto no qual a prática acontece, entre infinitas temáticas.

A foto ressalta o êxito com que aconteceu o Seminário Institucional das licenciaturas do IFRN em 2018 sendo uma fonte indicadora do quanto que os cursos de licenciaturas do IFRN se encontram assertivamente alinhados aos Programas CAPES (Pibid e Residência Pedagógica) que acontecem na instituição.

A imagem informa a dinâmica com que no IFRN as relações entre os currículos de licenciaturas e os programas de fomento têm se constituído. Pelo tamanho da adesão dos estudantes e dos professores transborda a leitura de que têm sido frutíferos os enlaces que aproximam o ensino, a pesquisa e a extensão, contribuindo para que a oferta das licenciaturas seja consolidada em movimentos cíclicos na busca por aperfeiçoamento.

Esperamos que o capítulo constitua um contributo para problematizar a formação inicial de professores e para compreender a importância do programa de Residência pedagógica (PRP) na prática docente do aluno da licenciatura do IFRN.

O estudo confirma a busca por ampliar a qualidade da formação inicial dos licenciandos do Instituto; a colaboração com a formação continuada dos preceptores subsidiando o crescimento dos índices de aprendizagem nas escolas públicas

potiguares; e, os esforços para a produção de conhecimentos em vários campos educacionais, inclusive, para o campo epistêmico da educação profissional, destacadamente, por meio da experiência dos estágios curriculares.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Programa de Residência Pedagógica**. Brasília, DF: CAPES, 2018. Disponível em: http:// https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/01032018-portaria-n-38-de-28-02-2018-residencia-pedagogica.pdf. Acesso em: 28 abr. 2019.

_____. **Edital CAPES 06/2018 que dispõe sobre a Residência Pedagógica**. 2018. Disponível em: https://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/01032018-Edital-6-2018-esidencia-pedagogica.pdf. Acesso em: 20 maio 2019.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação** (PNE) e dá outras providências. Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 2014.

CANÁRIO, R. A prática profissional na formação de professores. *In*: CAMPOS, B. P. (Org.) **Formação Profissional de professores no ensino superior**. Portugal: Porto, 2001.

GATTI, B.; NUNES, M. M. (Orgs.). **Formação de professores para o Ensino Fundamental**: estudo de currículos das licenciaturas em Pedagogia, Língua Portuguesa, Matemática e Ciências Biológicas. São Paulo: FCC/DPE, 2009.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Projeto Institucional do Programa Residência Pedagógica**. Natal, IFRN, 2018.

KUENZER, A. A escola desnuda: reflexões sobre a possibilidade de construir o ensino médio para os que vivem do trabalho. *In:* ZIBAS, D. M. L.; AGUIAR, M. A. de S.; BUENO, M. S. S. (Orgs). **O Ensino Médio e a Reforma da Educação Básica**, Ed. Plano, 2002.

NÓVOA, A. Diz-me como ensinas, dir-te-ei quem és e vice-versa. *In:* FAZENDA, I. (org.). **A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento**. Campinas: Papirus, 1995.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TAVARES, A. M. B. do N. **O PROBÁSICA e a formação de professores**: política de formação profissional no Rio Grande do Norte. 231f. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

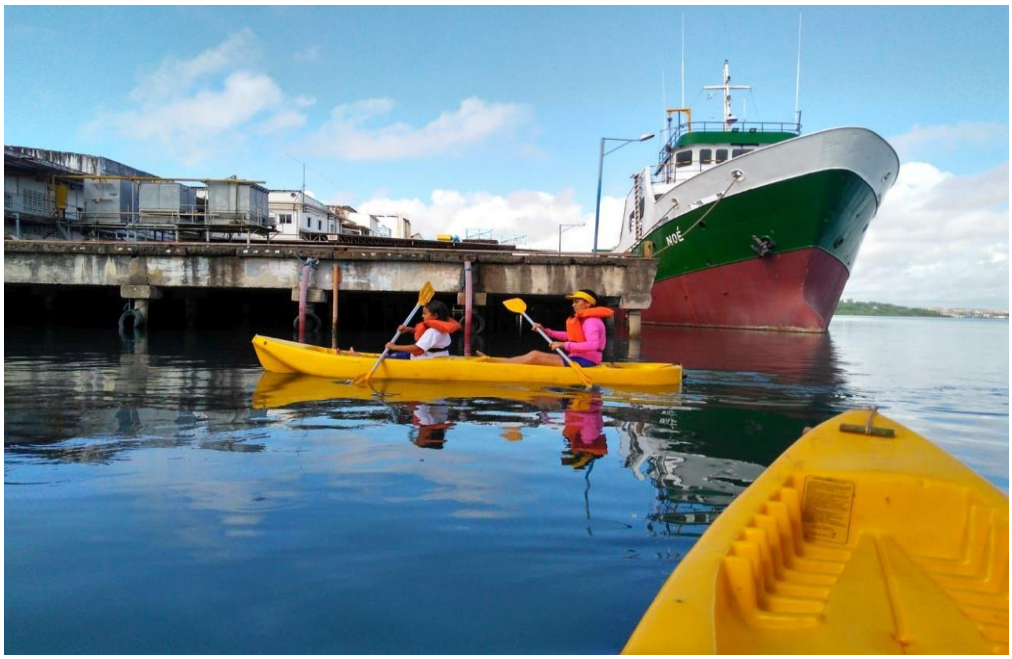
_____. Programa Residência Pedagógica e as Licenciaturas do IFRN. **Potiguar Notícias**, Parnamirim, RN, 02 dez. 2018. Disponível em: http://www.potiguarnoticias.com.br/colunas/post/2551/programa-residencia-pedagogica-e-as-licenciaturas-do-ifrn Acesso em: 05 maio 2019.

ZEICHNER, K. Repensando as conexões entre a formação na universidade e as experiências de campo na formação de professores em faculdades e universidades. **Educação**, Santa Maria, v. 35, n. 3, p. 479-504, set./dez. 2010.

Capítulo 17

PRÁTICA CORPORAL POR MEIO DA CONEXÃO SER HUMANO-NATUREZA-CULTURA

Iracyara Maria Assunção de Souza[44]
Ilane Ferreira Cavalcante[45]



Fonte: Daniele Mesquita Severo

RESUMO

Este trabalho apresenta fotografia que registra a prática esportiva de canoagem (remo) na relação ser humano-natureza-cultura, articulando com o exercício da prática fotográfica e a revisão bibliográfica. Nesse sentido, percebemos, a partir da fotografia e da reflexão que ela origina: o desenvolvimento do ser integral na prática educativa e a prática corporal na relação ser humano-natureza-mundo. Para se manter num percurso lúcido e criativo neste complexo processo de leitura imagética da temática, nos fundamentamos em teóricos como Nóbrega (2006), Freire (2001, 2011), Lazzarotti (2010) e Konder (2002). Vários aspectos da vivência humana como ser integral, educação, lazer e prática corporal têm implicações relevantes na existência dos participantes (gestores, professores, voluntários e

[44] Mestre em Educação. Doutorando no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. E-mail: iracyara.assuncao@ifrn.edu.br.

[45] Doutora em Educação. Docente do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. E-mail: ilanecfc@gmail.com.

beneficiários) do programa. A educação vivida pela prática corporal do remo no Programa Segundo Tempo – Paradesporto (PST- Paradesporto) desenvolvido no Campus Cidade Alta (CAL) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). O programa em foco promove o desvelar do *ser mais*, o trabalho como materialidade ativa edificante, o lazer vivido por direito, portanto, como esferas da vida social. O conjunto dessas experiências é parte imprescindível do desenvolvimento social da humanidade.

Palavras-chave: Educação Profissional. Prática corporal. Ser integral. Lazer.

INTRODUÇÃO

O desafio de dialogar com a prática corporal na relação com o desenvolvimento humano integral, a educação e o lazer; mostrando uma análise crítica sobre a temática do esporte de canoagem (remo) na conexão ser humano-natureza-cultura, por meio da linguagem fotográfica, nos possibilitou atravessar a imagem capturada pela lente da câmera e, com nossa subjetividade, fazer uma leitura criativa de um diferente ambiente de convivência social, o Rio Potengi – Natal/RN.

A fotografia mostra possibilidades de leituras temáticas inspiradas no exercício fotográfico de cada discente da disciplina Processos Cognitivos, Teorias de Aprendizagem e Educação Profissional do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional (PPGEP) do IFRN. Nesta fotografia, em particular, tentamos dizer que o fundamental é privilegiar a significação da educação pela prática corporal que concebe o ser integral na conexão ser-natureza-cultura, estabelecendo um diálogo com a prática educativa de esporte do Programa Segundo Tempo – Paradesporto, desenvolvido no IFRN-CAL (2018-2019).

A fotografia pode ser utilizada como um documento para a análise de um determinado momento ou fenômeno histórico, pois por meio dela é possível estabelecer relações entre o momento que se vive e o momento que foi registrado. Nela, tudo precisa ser observado, a posição dos objetos e dos corpos no espaço, a relação entre os objetos, os objetos e os corpos, os objetos, corpos e o ambiente, “eles traduzem orientações: linhas de autoridade, de subordinação, de hierarquia, de disciplina [...]. A explicação espacial da cultura, da política, das relações sociais pode ser percebida" (LISSOVSKY, 1983, p. 118).

No caso da fotografia em análise, ela demonstra uma experiência de canoagem. A prática corporal da canoagem (remo) vivida pela expressão do esporte educacional, promove o desvelar do *ser mais*, o trabalho como materialidade ativa edificante e o lazer vivido por direito, portanto, como uma das esferas da vida social. O conjunto dessas experiências é parte imprescindível do desenvolvimento social da humanidade.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA CONCEITUAL

O desenvolvimento do ser integral na educação profissional

Os participantes do PST-Paradesporto IFRN/CAL são crianças, adolescentes e jovens com deficiências diversas, que moram em área de vulnerabilidade social como Passo da Pátria, Rocas e Mãe Luiza, do município de Natal-RN.

Os seres humanos, na medida que estão vivos, se expressam com corporeidades reveladoras num constante *devir a ser*. Cada ser se move em diversas experiências de vida com sua singularidade repleta de diferenças. Neste sentido, "[...]. A corporeidade é um discurso sobre a forma do corpo humano e a inseparabilidade de processos mentais e corporais, [...]" (NÓBREGA, 2006, p. 61).

As práticas educativas precisam propiciar conhecimento relativo à corporeidade das pessoas, a qual se constitui a partir das experiências do corpo e adquirem significado como atributo subjetivo humano. Neste sentido, compreende-se o ser humano integral na integralidade das dimensões intelectual, afetiva, ética, física, lúdica, estética, espiritual, econômica, política, social, cultural (VASCONCELLOS, 1995).

Numa proposta de educação integral o ensino deve oferecer a intensidade e variedade apropriadas de estímulos à aprendizagem totalizante, que mobilizem o ser inteiro no processo de ensino-aprendizagem. Podemos perceber o paralelo, pois é possível visualizar, por meio da imagem, que educadora e educando, ao remar juntos, se encontram em suas dimensões inseparáveis na experiência de ensino-aprendizagem da prática corporal da canoagem (remo). O ambiente promove a leitura da relação ser humano-natureza-cultura.

Sensibilizados pela necessidade humana, lutamos pela educação de qualidade, reconhecendo a tensão crônica do direito à educação legitimada na Constituição Federal Brasileira - CFB (BRASIL, 1988), a qual não pode ser analisada isolada de questões econômicas, políticas e sociais nacionais e internacionais.

No postulado de Paulo Freire, a educação,

> [...] é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento. Dialética e contraditória não poderia ser a educação só uma ou só a outra dessas coisas. Nem apenas a reprodutora nem apenas desmascaradora da ideologia dominantes. (FREIRE, 2011, p. 96).

É com o entendimento da dialética da educação como uma forma de intervenção no mundo, que compreendemos que podemos agir como seres humanos de corpos vivos construtores da própria existência. Para tanto, é preciso que se conheça a realidade, para identificar sob quais condições determinantes as necessidades humanas da sociedade estão submetidas. Assim pensar a educação, requer considerar a constituição de um sistema educativo, que define as especificidades culturais e educativas em determinada sociedade.

Ainda em diálogo com Freire (2002), não podemos deixar de lembrar que a extensão é percebida por ele como diálogo, relação do homem com seu contexto. Enquanto processo educacional, ela objetiva fortalecer a relação entre a instituição de ensino e a sociedade como forma de contribuir para o desenvolvimento educativo, cultural, artístico, científico e tecnológico da sociedade. Isso leva a considerar que a ação extensionista busca a democratização do conhecimento com a participação efetiva da comunidade junto à instituição educacional, que pode, por sua vez produzir conhecimento resultante do confronto com essa realidade.

Os sistemas de ensino repousam sob a base do Estado, que por sua vez tem o dever de garantir o que é de direito à sociedade. Daí a importância de o cidadão ser capaz de fazer uma leitura crítica da realidade para entender o porquê da intervenção do Estado, a partir de políticas econômicas e sociais, que escondem a verdadeira intenção de que não tem nenhuma preocupação com a melhoria da estrutura social desigual e injusta do nosso país.

É fato que a educação não atende ao direito de todos no nosso país no que se refere a oferta de *mais* e *melhor* qualidade. Isto, contudo, por atender aos ideais da burguesia, que replica o isolamento dos indivíduos em classes e desencadeia a desigualdade nas condições de vida, no contexto social. A educação precisa ser um sólido projeto contra hegemônico ao antagonismo dos ideais burgueses, mesmo reconhecendo que não se trata de tarefa fácil aliviar essa tensão em torno da educação no Brasil.

Nos deteremos a refletir sobre a educação, prática corporal e lazer no Programa Segundo Tempo-Paradesporto (PST-Paradesporto). Este programa começou gerenciado pelo Ministério do Esporte (ME), e passou a dividir a pasta com o novo Ministério da Educação, Esportes e Cultura, a partir de 2018.

O PST-Paradesporto ganhou significação como uma política pública que garante à sociedade, e em particular às pessoas com deficiência, o acesso ao esporte e ao lazer. Nossa análise reside nos *meios* e nos *fins* quanto a implementação dos propósitos educativos e quanto ao atendimento das necessidades sociais que se pretende.

O esporte é reconhecido como fenômeno sociocultural legitimado no artigo 217 da Constituição Federal: "*direito de todo*" e "*dever do estado"* (BRASIL, 2017, p.4). Também indica-se a responsabilidade da União, dos Estados e do Distrito Federal em legislar pelo seu desenvolvimento no Art. 24 (EC no 85/2015), cujo inciso IX traz a definição de que essa relação se dá entre "–educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação" (BRASIL, 1988, p.30). Este artigo demonstra claramente que dentre as muitas dimensões de responsabilidade do estado, a educação e o esporte devem ser priorizadas e satisfazer as necessidades sociais, conforme cada grupo social, ou seja, de forma a repercutir na verdadeira transformação do estilo de vida da sociedade.

Em se tratando da inclusão de pessoas com deficiência, público alvo do programa aqui apresentado, por meio da fotografia inicial, lembramos que a política nacional de Educação Especial na perspectiva inclusiva preconiza que "a educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando,

sem nenhum tipo de discriminação e tendo respeitadas as suas diferenças e necessidades" (BRASIL, 2008).

Nesse sentido, o programa de extensão aqui apresentado, por meio da fotografia inicial, remete a essa política por indicar a relação do IFRN/CAL com a comunidade por meio do esporte (remo) junto a pessoas com deficiência que, a partir do Programa em destaque, desenvolvendo não só a sua consciência corporal e o trabalho em equipe, mas adquirindo uma melhor percepção do mundo e, com isso, desenvolvendo a sua cidadania.

A prática corporal na expressão do lazer requer compreender os embates travados com a lógica da produtividade fortemente regada na sociedade moderna. Junto à proposta da prática corporal como proposta de formação e desenvolvimento do ser humano na conexão ser-natureza-cultura, sabemos que há muito a ser feito em termos de intervenção de ensino no lazer, e que:

> [...]. São necessárias ações que se contraponham à da indústria cultural, na maioria das vezes exploradora do lazer-mercadoria e do entretenimento na sua pior conotação. Lazer sim, mas não qualquer lazer. Não o mero entretenimento, não 'lazer-mercadoria' (MARCELLINO, 2006, p. 56).

Muitas são as tentativas de atingir a educação de qualidade, mas só a vontade de profissionais da educação não funciona. As práticas educativas *não exitosas* têm se configurado em diferentes ambientes de aprendizagem, mas uma vez constatada essa realidade, é preciso nos darmos conta de que ela obrigatoriamente não se perpetuará no presente, e empreender em construir, em seu lugar, uma nova *práxis* educativa transformadora na educação, no esporte e no lazer.

A prática corporal: a relação ser humano-natureza-mundo

É na perspectiva da educação do movimento que estabelecemos o diálogo sobre a relação ser humano-natureza-mundo e a significação das práticas corporais, as quais são ilustradas pela experiência de esporte e de lazer no Programa Segundo Tempo – Paradesporto - IFRN/CAL, desenvolvido no biênio 2018-2019.

A imagem fotográfica mostra a conexão da monitora e da criança (beneficiária) na sua relação ser humano-natureza-cultura vivida na prática corporal

do remo e na expressão do lazer. Como prática educativa desenvolvida no Rio Potengi, a prática esportiva da canoagem (remo) que acontece integrada com a dimensão ambiental não pode ser tratada distante das interações que os beneficiários estabelecem com a tomada de consciência do seu corpo em movimento.

Essa experiência pedagógica é importante por possibilitar aos professores e crianças sentirem diferentes sensações corporais, isto é, "[...] com os significados/sentidos atribuídos às práticas corporais por parte dos sujeitos que as praticam [...], [...] os conteúdos subjetivos postos em ação, para além do pragmatismo." (LAZZAROTTI FILHO, 2010, p. 24 - 25).

É preciso superar o pragmatismo das práticas corporais, com propostas de experiências pedagógicas em que *do* corpo e o *com* o corpo os participantes cheguem a uma consciência ampla de conexão ser humano-natureza-cultura. Isso exige a criação de significação de processos educativos que promovam mudanças sociais, conforme Gramsci apresentou como perspectiva revolucionária, isto é, "[...] contribuir para a criação de organizações capazes de atuar num sentido político-pedagógico, capazes de ajudar a população a tornar mais críticas suas maiores atividades já existentes." (KONDER, 2002, p. 110).

O termo prática corporal engloba uma complexidade quanto ao sentido/significado de uso na produção teórico-prática da área da Educação Física. Sabemos que não cabe uma conceituação simplista, mas no momento vamos considerar que

> [...] o termo 'práticas corporais' vem aparecendo na maioria dos textos como uma expressão que indica diferentes formas de atividade corporal ou de manifestações culturais, tais como: atividades motoras, de lazer, ginástica, esporte, artes, recreação, exercícios, dietas, cirurgias cosméticas, dança, jogos, lutas, capoeira e circo. (LAZZAROTTI FILHO, 2010, p.24).

O termo vem impregnado de uma variedade temática, que aqui na apreciação fotográfica compreendemos atrelada à prática esportiva na natureza. Nesta prática esportiva de canoagem (remo), são respeitadas as diferenças individuais de forma que crianças, adolescentes e jovens com e sem deficiência aprendem sobre si, sobre o outro e sobre o mundo pela cultura do movimento humano.

A imagem nos demonstra a conexão harmoniosa ser humano-natureza-cultura, respeitando as subjetividades nas intersubjetividades promovidas nas práticas corporais, é imprescindível que participantes (gestão, professores e beneficiários) compreendam o movimento *que fazem* e *porquê fazem*, e assim, conheçam o próprio corpo.

O Programa Segundo Tempo – Paradesporto – IFRN/CAL, desenvolvido no biênio 2018-2019 é uma experiência de extensão promovida a partir do olhar da inclusão, que busca a qualidade não em termos de educação para o trabalho, ou mera instrumentalização, mas que busca a formação humana integral, articulando saberes, experiências e práticas na construção da cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta análise sobre a prática corporal do esporte de canoagem (remo) na conexão ser humano-natureza-cultura apresentada por meio da fotografia, se misturou numa combinação de conhecimentos e práticas, e por esse prisma, aproximou-se de uma leitura científica da linguagem imagética. Neste contexto de análise, é preciso desvelar as contradições postas pelas práticas da educação e do esporte, visto que, ambos precisam atendem às novas necessidades sociais da infância e das juventudes, considerando sua diversidade.

Atender a seres humanos diversos é fato que deve nos mover e motivo para lutar contra a injustiça social, daí ser preciso a constante apreciação da significação da educação, do esporte e do lazer que concebe o ser humano integral como criador crítico de sua própria existência.

A política pública do Programa Segundo Tempo – Paradesporto desenvolvido no IFRN/CAL tem se traduzido numa proposta de educação pelo esporte que humaniza o ser de corporeidade integral, por priorizar a experiência da prática corporal na compreensão da conexão ser humano-natureza-cultura.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal Brasileira**. Brasília,1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf . Acesso em: 16 jun. 2019

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, jan. 2008a. Disponível em: em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192 Acesso em: 14 mar. 2018.

BRASIL. Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social. **Diretrizes do Programa Segundo Tempo Paradesporto**. Brasília – DF: Ministério do Esporte, 2017.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Centauro, 2001.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 12.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LAZZAROTTI FILHO, Ari *et al.* O termo práticas corporais na literatura científica brasileira e sua repercussão no campo da Educação Física. **Movimento**, v. 16, n. 1, p. 11-29, 2010.

LISSOVSKY, Maurício. A fotografia como documento histórico. **Fotografia**: Ciclo de Palestras sobre fotografias, Rio de Janeiro, 1983.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. Lazer e Educação Física. *In:* DE MARCO, Ademir (Org). **Educação física:** Cultura e sociedade, Campinas-SP: Papirus, 2006.

Capítulo 18

EDUCAÇÃO CONSTRUTIVISTA COMO CONTRAPONTO À ESCOLA MECANICISTA

Rafaela Caroline Alves dos Santos[46]
Lessandra Paula Targino de Oliveira[47]
Francinaide de Lima Silva Nascimento[48]

Fonte: Rafaela Caroline Alves dos Santos

RESUMO

A fotografia produzida no dia 10 de julho de 2018 em uma escola particular, localizada em Natal-RN, faz pressupor a partir da organização do ambiente da sala de aula que a opção pedagógica é pela tendência tradicional. O objetivo do capítulo delimita-se ao estudo das categorias escola tradicional, abordagem construtivista e múltiplas inteligências, compreendidas enquanto dimensões que nutrem o diálogo

[46] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. E-mail: rafaellaalves00@hotmail.com.
[47] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.
[48] Doutora em Educação. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. E-mail francinaide.silva@ifrn.edu.br.

sobre processos cognitivos em educação profissional. A metodologia do estudo compreendeu o uso de fonte fotográfica e revisão bibliográfica para expressar conceitos relacionados à produção de conhecimento em educação profissional. A escola tradicional deflagra a morte da criatividade do aluno. O construtivismo enaltece as múltiplas inteligências. A politecnia fundamenta a educação profissional transformadora. Os movimentos pedagógicos identificados com a atividade corroboram para a superação do enfoque mecanicista e reprodutor da educação conservadora.

Palavras-chave: Escola tradicional. Abordagem construtivista. Múltiplas inteligências.

INTRODUÇÃO

As ações pedagógicas nas escolas tradicionais reduzem-se ao aprimoramento das técnicas com o objetivo principal de inserir o indivíduo no mercado de trabalho, por isso, enfatizam as habilidades da escrita, leitura e cálculos. Considera um bom aluno aquele que consegue desenvolver com qualidade as características citadas conectadas a outros atributos como: lógica do lucro, concorrência, competição, flexibilidade, memorização, entre outros.

Como podemos observar na fotografia, os alunos enfileirados realizam atividade escrita. Essa mediação é reproduzida dia a dia durante todo o ano letivo dos alunos.

A educação tradicional visa mecanismos que separam o trabalho manual do intelectual. Busca amparo na lógica do capital por meio da preparação de mão de obra mediante processo educativo.

O raciocínio lógico e as aptidões de escrita são habilidades primordiais para o capitalismo e o aprimoramento dessas habilidades vem com o treinamento. A execução plena dessas atividades é reconhecida através dos salários.

Saviani (2003) aponta que o currículo básico da escola elementar é composto pelo domínio da linguagem e da matemática. O currículo da escola básica atende aos interesses dos poderes hegemônicos. Partindo desse contexto as escolas centram seu processo de ensino em avaliações escritas que através destas atribuem notas aos alunos e estas notas os qualificam ou desqualificam.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA CONCEITUAL

A abordagem construtivista em educação

O pensamento construtivista se desenvolve a partir da crença de que o desenvolvimento do intelecto está articulado com a capacidade pessoal para resolver problemas novos, fazendo uso adequado do pensamento (percepção, atenção, memória e criatividade).

Segundo Gardner (1995, p.21) a inteligência construtivista:

> [...] implica na capacidade de resolver problemas ou elaborar produtos que são importantes num determinado ambiente ou comunidade cultural. A capacidade de resolver problemas permite à pessoa abordar uma situação em que um objetivo deve ser atingido e localizar a solução adequada para esse objetivo.

Gardner (1995) defende a ideia de inteligência plural, afirmando que a mente está organizada em domínios relativamente distintos de funcionamento e por isto aponta vários tipos de inteligências. Segundo Gardner (1995, p.20):

> Conforme o nome indica, acreditamos que a competência cognitiva humana é melhor descrita em termos de um conjunto de capacidades, talentos ou habilidades mentais que chamamos de "inteligência". Todos os indivíduos normais possuem cada uma dessas capacidades em certa medida, os indivíduos diferem no grau de capacidade e na natureza de sua combinação. Acreditamos que esta teoria da inteligência é mais humana e mais verídica que as visões alternativas da inteligência e reflete mais adequadamente os dados do comportamento humano 'inteligente'. Essa teoria tem importantes implicações educacionais, inclusive para o desenvolvimento de currículos.

Do início do século XIV até os duas atuais acredita-se que a inteligência pode ser calculada por testes que conseguem, aferir a capacidade intelectual do indivíduo, atribuindo a essas pessoas conceitos, notas, valores que as transformam em inteligentes, os intelectuais ou não inteligentes os manuais, Assim, para Lombardi (2010, p. 329):

> A concepção educacional marxiana/engelsiana tinha como ponto de partida a crítica da sociedade burguesa, a proclamação da necessária superação dessa mesma sociedade e como ponto de chegada a constituição do reino da liberdade. Com a instauração do comunismo, a educação estará a serviço do homem e, rearticulando o trabalho manual e a atividade intelectual, deverá voltar-se plenamente à formação integral do homem.

Um exemplo destes testes que ainda são muito usais são os testes de QI (Quociente Intelectual), criado pelo francês Alfred Binet (8 de julho de 1857 - 18 de outubro de 1911), esse modelo de teste é composto por vários exercícios que para serem resolvidos, onde se faz necessário que a pessoa use a capacidade de raciocínio lógico e de linguagem para respondê-los com tempo limitado e conhecer o objetivo principal deste teste.

O teste criado por Alfred Binet atualmente influencia a dinâmica escolar, onde os métodos avaliativos são baseados em dois tipos de inteligências: inteligência lógica matemática e inteligência linguística.

Esses tipos de aprendizagem enfatizados nos processos escolares atendem a uma dinâmica capitalista que precisa de mão de obra alfabetizada para conduzir os processos industriais.

Na contramão desse modelo de ensino limitado, o psicólogo alemão Howard Gardner, da Universidade de Harvard, criou a teoria das múltiplas aprendizagens. Gardner (1995) aponta que todos os indivíduos possuem oito tipos de inteligências: inteligência linguística, matemática, musical, espacial, corporal-cinestésica, interpessoal, intrapessoal e naturalista.

O autor defende que todos os seres humanos têm os oito tipos de inteligências, mas algumas delas são mais desenvolvidas em umas pessoas do que em outras, por este motivo ao adotar uma ou duas abordagens em sala de aula, sempre será deixado alguns alunos para trás, pois nem todos aprendem da mesma forma, ou seja, possuem tipos distintos de inteligências. Diante disto percebe-se a importância de uma mudança no paradigma educacional, que acaba por enraizar nos educandos um conceito limitado de inteligência.

> [...] a escola desenvolveu também a tendência de não limitar-se simplesmente ao ensino das técnicas culturais e das noções exatas, mas a investir, cada vez mais, nas ciências “mentais”, a identificar, em suma, em seus objetivos, o ensino e a educação. [...] Não seria concebível, hoje, uma escola que se limitasse ao ensino entendido como instrumento, como aquisição de técnicas e renunciasse aos objetivos da educação e da formação dos sentimentos. (MANACORDA, 2007, p. 109).

A contínua busca pela Formação Humana Integral ou Politécnica baseia-se num modelo de ensino que considere no aluno suas várias formas de aprender, suas aprendizagens e inteligências.

Gardner (1995) e as múltiplas aprendizagens convergem o pensamento de Saviani (2003) o qual sugere uma mudança na direção do sistema de ensino no país. Isto traz alguns complicadores, pois se trata de articular o presente com o futuro, formulando uma proposta no interior de um sistema de ensino cuja ordenação não corresponde exatamente ao espírito dessa proposta.

O psicólogo alemão expande a ideia de inteligência que não reduz a critérios limitados e impostos pelo capitalismo, entendendo que os seres possuem dinâmicas diferentes de aprendizagens. Nesse paradigma suscita uma nova legislação que incorpore esses avanços e nos liberte das amarras que a atual nos impõe.

Saviani (2003) menciona que:

> Esse tipo de sociedade tem, pois, como pressuposto, como premissa necessária, a introdução de códigos de comunicação não naturais, não espontâneos. É a partir daí que se pode entender a exigência de generalização dos códigos escritos, trazendo consigo, por consequência, a necessidade da generalização da alfabetização.

A generalização e a ampliação dos códigos escritos têm como base as múltiplas aprendizagens que levam em consideração oito habilidades cognitivas que ampliam o processo de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo educacional vem acompanhando e atendendo aos interesses do capitalista. O currículo escolar, desde o ensino fundamental guia pelo princípio do mercado e direciona os caminhos para que o sujeito alienado possa contribuir de forma considerável para o sistema capitalista.

O modelo educacional centrado eminentemente na escrita e nos cálculos matemáticos foi pensado para atender uma demanda que não era da escola, mas era imprescindível para o mercado de trabalho.

Na sociedade capitalista o processo educacional e a inteligência são incorporados ao processo produtivo, convertendo-se inicialmente em força produtiva e conseguinte em meio de produção.

A escola tradicional por meio de processos de dominação limita a inteligência à morte da criatividade do aluno perpetuando a separação entre trabalho manual e intelectual. O construtivismo é uma abordagem que fundamenta a teoria das múltiplas inteligências (GARDNER, 1995). A politecnia é um princípio que fundamenta a educação profissional transformadora (SAVIANI, 2003). Ambos movimentos pedagógicos corroboram para a superação do enfoque mecanicista e reprodutor da educação conservadora.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Celso. C**omo desenvolver conteúdos explorando as inteligências múltiplas**. Petrópolis. Vozes, 2001.

ANTUNES, Celso. **Como identificar em você e seus alunos as inteligências múltiplas**. Petrópolis: Vozes, 2001.

GARDNER, Howard. **Estruturas da mente:** a Teoria das Múltiplas Inteligências. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994c.

GARDNER, Howard. **Inteligências Múltiplas**: a teoria na prática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

KELLY, Matthew. **The Rhythm of Life**: Living Every Day with Passion and Purpose, 2004.

LOMBARDI, José Claudinei. **Reflexões sobre educação e ensino na obra de Marx e Engels**. Tese (Livre docência) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2010.

MANACORDA, Mario A. **Marxismo e l'educazione, Roma**, **Marx e a pedagogia moderna**. São Paulo: Cortez, 1991.

SAVIANI, Dermeval. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: EPSJV/ Fiocruz, 2003.

SANTOS, Rafaela Caroline Alves dos; TAVARES, Andrezza Maria Batista do; NASCIMENTO, Francinaide de Lima Silva. **Você é inteligente?** 2018. Disponível em: <http://www.potiguarnoticias.com.br/colunas/post/2410/Voc-inteligente>. Acesso em: 20 maio 2019.

Capítulo 19

PAULO FREIRE E A EXTENSÃO RURAL: O DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO NA COMUNIDADE DO CATU (CANGUARETAMA-RN)

Raiana Marjorie Amaral de Oliveira[49]
José Mateus do Nascimento[50]
Francinaide de Lima Silva Nascimento[51]

Fonte: Foto cedida pela EMATER/RN.

RESUMO

A foto registra atividade realizada pelo Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) no RN, em maio de 2018, na comunidade do Catu, no município de Canguaretama/RN. A EMATER realiza projetos de extensão rural em

[49] Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. E-mail: raianamoliveira@gmail.com.
[50] Doutor em Educação. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. E-mail: mateus.nascimento@ifrn.edu.br.
[51] Doutora em Educação. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. E-mail: andrezza.tavares@ifrn.edu.br.

diversos municípios do estado e utiliza práticas participativas inspiradas na Pedagogia de Paulo Freire (1921-1997). A presente análise tem como objetivo apresentar as práticas participativas para além da sala de aula tradicional e o processo de alfabetização, através da experiência da instituição em destaque. No tocante ao referencial teórico, elegemos Freire (1977, 2017), Verdejo (2010), e Kummer (2007), dentre outros, os quais lançam luz às práticas participativas e discutem sobre atividades que podem ser construídas coletivamente, considerando o conceito de educação emancipatória.

Palavras-chave: Práticas participativas. Paulo Freire. Extensão rural.

INTRODUÇÃO

O Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte (ERMATER/RN) desenvolve práticas pedagógicas nas comunidades da zona rural do estado com objetivo de fomentar a produção agrícola. As ações são norteadas pelas metodologias participativas no meio rural que objetiva o desenvolvimento das potencialidades encontradas nas áreas específicas.

As práticas participativas são discutidas por autores como Miguel Exposito Verdejo (2010) e Lydia Kummer (2007), inspirados em Paulo Freire (1977, 2017), educador e filósofo pernambucano, reconhecido como Patrono da Educação brasileira e com trabalhos com relevância internacional na área da educação. Obras como “Pedagogia do Oprimido” (1968), “Pedagogia da Autonomia” (1996) e “Extensão ou Comunicação” (1969) apresentam o pensamento e o método *“freireano”*, baseado na participação popular, na valorização do saber comum, e na concepção de educação libertadora e emancipatória que tem iluminado diversos autores.

Discutiremos a partir da experiência da EMATER/RN na comunidade do Catu, em Canguaretama-RN, as metodologias participativas inspiradas na Pedagogia de paulo Freire, para além das práticas pedagógicas voltadas à alfabetização e utilizadas na sala de aula tradicional. Considerando o processo de educação de forma ampliada e as práticas participativas como instrumento de fortalecimento das comunidades rurais (TAVARES; OLIVEIRA; SILVA, 2018).

A EMATER realiza nas comunidades em que desenvolve as suas ações o Diagnóstico Rural Participativo/DRP, um conjunto de técnicas utilizadas para que a

comunidade realize o seu diagnóstico, considerando seus próprios conceitos e critérios de explicação, objetivando que os participantes passem a autogerenciar o planejamento e o desenvolvimento das ações. Apresentamos as fases e os recursos utilizados para a construção do diagnóstico.

De acordo com Verdejo (2010), esta metodologia teve influência direta da Educação Popular inspirada na obra “Pedagogia do Oprimido” de Paulo Freire. Para Freire (2017) a educação deve buscar a compreensão e a percepção que o sujeito tem do seu lugar no mundo e o que ele representa.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA CONCEITUAL

Para compreensão das práticas participativas utilizadas no meio rural, faremos inicialmente uma breve discussão sobre a Pedagogia de Paulo Freire, considerando suas concepções de educação e práticas educativas. No segundo momento, a partir da experiência realizada pela EMATER, apresentaremos as práticas educativas realizadas pela instituição com o objetivo de elaboração do diagnóstico da comunidade.

A Pedagogia de Paulo Freire

Paulo Freire traz em seu método a defesa da conscientização, através de um diálogo crítico e libertador, defendendo a formação continuada. O autor tem uma crítica ao sistema neoliberal e acredita que o papel da educação é libertar o sujeito oprimido de sua condição. Trabalhando temas como a práxis e a transformação social.

De acordo com Freire (2017) a educação libertadora precisa romper com o que ele chama de “educação bancária”, o modelo de educação historicamente predominante. É necessária uma educação que tenha centralidade no diálogo, que deve ocorrer de forma horizontal, numa relação de confiança. Assim o autor tece críticas à relação vertical estabelecida entre educadores e educandos na concepção bancária, onde os educadores assumem a função de depositarem conhecimento nos educandos, numa relação de imposição do conteúdo a ser repassado, para que memorizem.

Para Freire (2017, p.97), “a educação problematizadora, de caráter autenticamente reflexivo, implica um constante ato de desvelamento da realidade [...] busca a emersão das consciências, de que resulte a sua inserção crítica da realidade”. Para essa educação problematizadora e dialógica não existe o conhecimento pronto a ser repassado e sim dialogado para que seja construído coletivamente entre educadores e educandos.

O autor nos traz que a educação como prática de liberdade deve dar a todos os sujeitos envolvidos no processo a autonomia e liberdade para o diálogo, e aponta essa construção coletiva a partir da investigação do que ele chama de “universo temático” ou de seus “temas geradores”.

> A investigação do tema gerador, que se encontra contido no “universo temático mínimo” (os temas geradores em interação), se realizada por meio de uma metodologia conscientizadora, além de nos possibilitar sua apreensão, insere ou começa a inserir os homens numa forma crítica de pensarem seu mundo (FREIRE, 2017, p.134).

Essa investigação do tema gerador possibilita ao homem compreender a sua práxis, a sua atuação na realidade, e quanto mais se envolvem nesse processo, aprofundam a tomada de consciência e se apropriam de sua realidade, compreendendo como parte integrante dela.

Com esse modelo de educação torna-se possível, segundo Freire (2017), o homem se perceber criticamente, estimulando a reflexão e a sua ação sobre a realidade. Com a colaboração entre os sujeitos, a união e a organização, o autor trabalha a perspectiva de uma educação com potencial de transformação da sociedade e autonomia dos sujeitos. Freire (2017) defende que a educação proporcione o processo de humanização dos sujeitos, e para ele, o sujeito só se torna humanizado quando se sente autônomo e liberto.

Freire (1977) afirma que o campo agrário é mais um *lócus* não tradicional onde é imprescindível trabalhar com o conhecimento que a comunidade já possui, através do diálogo e da comunicação. Para o autor, a transferência de conhecimentos prontos, desconsiderando ou substituindo o conhecimento prévio dos envolvidos não é um processo educativo eficaz. Quando os sujeitos recebem conteúdos que não dialogam com a realidade e a vivência de mundo desse público,

não é possível utilizar esse conhecimento, pois existe a dificuldade já no processo de compreensão do que foi repassado.

Em sua obra “Extensão ou Comunicação”, Freire (1977) sugere a substituição do termo extensão pela comunicação, fortalecendo a sua concepção de educação a partir do diálogo, através da problematização das relações com o mundo. Assim, ele trabalha também a temática da reforma agrária não a partir do domínio das técnicas utilizadas no campo, mas na perspectiva de uma transformação cultural nesse meio.

A experiência na extensão rural: a comunidade do Catu-RN

A EMATER/RN desenvolve suas ações norteadas pelas metodologias participativas no meio rural as quais objetivam o desenvolvimento das potencialidades encontradas na localidade. Para tal, a instituição realiza o Diagnóstico Rural Participativo/DRP. O Diagnóstico tem como princípios básicos o respeito à sabedoria e a cultura popular, escutando a todos da comunidade, analisando e entendendo as diferentes percepções apresentadas pelos envolvidos, e a análise é realizada na própria comunidade onde foi realizado o diagnóstico. (TAVARES; OLIVEIRA; SILVA, 2018).

> O DRP pretende desenvolver processos de pesquisa a partir das condições e possibilidades dos participantes, baseando-se nos seus próprios conceitos e critérios de explicação. Em vez de confrontar as pessoas com uma lista de perguntas previamente formuladas, a idéia é que os próprios participantes analisem a sua situação e valorizem diferentes opções para melhorá-la. A intervenção das pessoas que compõem a equipe que intermedia o DRP deve ser mínima; de forma ideal se reduz a colocar à disposição as ferramentas para a auto-análise dos/as participantes. Não se pretende unicamente colher dados dos participantes, mas, sim, que estes iniciem um processo de auto-reflexão sobre os seus próprios problemas e as possibilidades para solucioná-los (VERDEJO, 2010, p.12).

Estes princípios coadunam com as práticas educativas de Freire (2017), no sentido de compreender os sujeitos e propor a superação da contradição entre educador e educando. Para Freire (2017), a educação libertadora tem uma proposta dialógica que considera que educadores e educandos desempenham ao mesmo tempo o papel de aprender e ensinar, considerando a dinâmica do processo formativo.

A comunidade do Catu, que possui raízes indígenas, está localizada no município de Canguaretama, Rio Grande do Norte, é uma das comunidades atendidas pelas ações da EMATER. O DRP foi realizado na comunidade nos dias 29 e 30 de maio de 2018. Os integrantes da equipe da EMATER, atuam como agentes mediadores da construção deste diagnóstico.

Durante o processo de DRP são construídos Mapas da comunidade, considerando recursos naturais e infraestrutura. Estes mapas são elaborados pelos próprios agricultores, que identificam as potencialidades e a estrutura disponível para o desenvolvimento da região. Esta metodologia busca a compreensão, as percepções e o saber popular, possibilitando aos sujeitos um processo de valorização que objetiva à autonomia, através da conscientização dos sujeitos.

> O objetivo da atuação do extensionista/facilitador de deve ser facilitar processos de mudança das pessoas e grupos assistidos nos seus conhecimentos, habilidades e atitudes. Ele oferece apoio para que os agricultores familiares/grupos assistidos reconheçam, analisem sua situação e definam tarefas e objetivos, habilitando-os a encontrar e desenvolver soluções sustentáveis, buscando uma mudança no comportamento das pessoas para que elas sejam cada vez mais capazes de se autogerenciar e atraindo o apoio de parceiros verdadeiros atingindo, assim, melhores condições de vida (KUMMER, 2007, p.16).

Observa-se a partir dessa definição da autora, que não existe nesse processo o que Paulo Freire (2017) denomina de “educação bancária”. Não se trata de um processo educativo com transferência de conhecimento do educador para o educando, e sim de uma construção coletiva, que possibilita ao educando a autonomia e liberdade na construção do seu conhecimento. Trata-se de um processo coletivo, onde não existe subordinação entre os agentes envolvidos e sim uma relação de horizontalidade, onde todos adquirem conhecimento.

Na construção dos Mapas, a metodologia considera que as percepções apresentadas pelos sujeitos são influenciadas pelo gênero dos participantes, desta forma, como estratégia para identificar todas as percepções, o grupo é dividido por gênero para que construam o mapa identificando a comunidade e o seu entorno. Conforme apresentado anteriormente, segundo Freire (2017) não é papel do educador impor ao educando a sua visão de mundo, mas dialogar com ele sobre a sua visão.

Outra técnica utilizada neste processo é a Matriz de Hierarquização, onde os participantes elencam os problemas e definem coletivamente a prioridade na resolução. Este tipo de abordagem trabalha a autonomia e emancipação dos sujeitos, estimulando a reflexão e a transformação criadora para que o próprio grupo faça suas proposições e identifique as possibilidades que possuem. Esta atividade em geral tem maior chance de sucesso, em detrimento de ações que já são pensadas previamente e apenas repassadas para a comunidade operacionalizar.

As atividades que compõem a elaboração do diagnóstico apresentam elementos que buscam o fortalecimento da comunidade. O processo de Diagnóstico é realizado para que as ações possam ser desenvolvidas, especialmente em relação aos conhecimentos técnicos relativos à agricultura e/ou suas atividades no meio rural, que serão repassados à comunidade através de oficinas, ciclos de palestras e demais atividades que possibilitem a comunidade envolvida o conhecimento. Infere-se que este processo de construção coletiva possibilita que a equipe eleja os conceitos e saberes que sejam interessantes e aplicáveis na comunidade, além de possibilitar um maior envolvimento do grupo que construiu as ações de forma coletiva (TAVARES; OLIVEIRA; SILVA, 2018).

Observa-se nesta metodologia o que Freire (2017) apresenta em relação a definição do conteúdo a ser trabalhado nas atividades pedagógicas. Para ele não é uma imposição, e sim a devolução organizada, sistematizada do que o grupo entregou de forma desestruturada. Este processo de construção do conteúdo acontece a partir da situação concreta, de reflexão, apresentadas pelos sujeitos. Freire (2017) aborda o universo temático e a definição dos temas geradores, que além da apreensão dialógica, traz também a tomada de consciência dos indivíduos, culminando na organização do conteúdo e da ação política.

Segundo Freire, investigar o tema gerador é compreender o seu atuar sobre a realidade, que está diretamente ligado no caso do DRP a compreensão da comunidade em relação aos seus espaços, os seus recursos e potencialidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do registro fotográfico apresentado, observa-se o envolvimento dos agricultores da comunidade do Catu-RN, na construção coletiva do Diagnóstico

Rural Participativo. Com base na experiência das ações desenvolvidas pela EMATER, podemos visualizar que o método apresentado por Freire (2017) não se emprega apenas no processo de alfabetização, apesar desta área ter sido mais conhecida e difundida, através de projetos desenvolvidos pelo próprio autor, como "As 40 horas de Angicos", que objetivou o processo de letramento e alfabetização.

A prática libertadora, através do diálogo, a relação horizontal e o fluxo de conhecimento que ocorre entre educador-educando, a autonomia e a perspectiva de emancipação, são as ideias e compreensões que norteiam o trabalho que a extensão rural desenvolve na EMATER/RN, não apenas na fase da realização do DRP, mas também na implementação das ações que são realizadas a partir das informações e da construção coletiva realizada pela equipe e comunidade.

As práticas realizadas pela instituição coadunam com a defesa da educação que proporcione o processo de humanização dos sujeitos. E para Freire (2017), o sujeito só se torna humanizado quando se sente autônomo e liberto. O autor desenvolveu no seu legado muito conhecimento no que refere ao desenvolvimento rural e o fortalecimento dos sujeitos que integram o campo. Objetivando que a população rural, historicamente situada entre os grupos populacionais com dificuldade no acesso à educação, possa não só acessá-la, mas a partir dela tornar-se livre e autônoma. E pra tal, é necessário um processo educativo na perspectiva de que foi discutido acima.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 64.ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2017.

_____. **Extensão ou comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 93p.

VERDEJO, Miguel Exposito. **Diagnóstico rural participativo:** guia prático DRP. Brasília: MDA/Secretaria de Agricultura Familiar, 2010.

KUMMER, Lydia. **Metodologia participativa no meio rural:** uma visão interdisciplinar, Conceitos, ferramentas e vivências. Salvador: GTZ, 2007. 155p.

TAVARES, Andrezza; OLIVEIRA, Raiana Marjorie Amaral de; SILVA, Francinaide de Lima. [Práticas pedagógicas na comunidade]. **Potiguar Notícias**, Parnamirim - RN,2018. Disponível em: encurtador.com.br/cpuF9 Acesso em: 20 jun. 2019.

Capítulo 20

EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO LIBERTADORA DO CAPS JOÃO CÂMARA

Janaína Nunes Rodrigues[52]
Jéssica Severo da Silva[53]
Francinaide de Lima Silva Nascimento[54]

Fonte: Francilene Cosme da Silva Rebouças

RESUMO

O presente trabalho consiste em uma revisão bibliográfica sobre conceitos correlatos ao campo da educação libertadora de Paulo Freire expressos na fotografia. A imagem retrata sujeitos adultos em situação de atividade física vivenciadas no atendimento pedagógico do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), no município de João Câmara-RN. O registro aconteceu no ano de 2018. O capítulo tem por objetivo problematizar sobre o pensamento de Paulo Freire e a educação social em espaços não escolares como o CAPS que é uma instituição direcionada ao trabalho desenvolvido a atenção estratégica de caráter aberto e comunitário. O

[52] Graduada em Pedagogia. Especialista em psicopedagogia. Pos-graduanda em Ensino de Ciências Naturais na Educação Básica. E-mail: jananunes.cristo@hotmail.com.
[53] Graduada em Pedagogia. Pos-graduanda em Ensino de Ciências Naturais na Educação Básica. E-mail: jessica-jcrn@hotmail.com.
[54] Doutora em Educação. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. E-mail: francinaide.silva@ifrn.edu.br.

Centro surgiu através da reforma psiquiátrica da Lei nº 10.216. Tem a finalidade de promover a reinserção do indivíduo na sociedade através de uma abordagem multiprofissional e que engaje esse indivíduo colocando-o como protagonista no seu atendimento. A atenção social revela três pontos fundamentais o primeiro é o atendimento voltado ao acolhimento e escuta do paciente; o segundo é a necessidade de inclusão e, por último, o círculo de cultura enquanto espaço de desenvolvimento. A experiência de foto conceitual e de revisão bibliografia revelou a importância do trabalho de atenção social por permitir o desenvolvimento crítico e autônomo de sujeitos vulneráveis, vítimas dos direitos sociais negados.

Palavras-chave: Paulo Freire. Educação libertadora. Centro de atenção psicossocial.

INTRODUÇÃO

O Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), no município de João Câmara-RN, é adepto da experiência de Paulo Freire no desenvolvimento de seus atendimentos. A presente reportagem foi realizada por pesquisadoras do campo Processos Cognitivos de Jovens e Adultos em Educação Escolar, vinculadas ao Curso de Mestrado Acadêmico em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte/IFRN.

O CAPS é uma instituição direcionada ao trabalho desenvolvido a atenção estratégica de caráter aberto e comunitário, surgiu através da reforma psiquiátrica da Lei nº 10.216, de DIA de MÊS de ANO. O CAPS em estudo disponibiliza uma equipe multiprofissional e realiza atendimento prioritário aos portadores de transtorno mental severo e persistente, usuários de drogas e álcool, seja em situação de crise ou nos processos de reabilitação psicossocial. O objetivo desse serviço é promover a reinserção do indivíduo na sociedade através de uma abordagem multiprofissional e que engaje esse indivíduo colocando-o como protagonista no seu atendimento.

Os CAPSs são divididos de acordo com sua abrangência:

- **CAPS 1:** atende em cidade com 50 mil habitantes;
- **CAPS 2:** atende em cidade com 200 mil habitantes;
- **CAPS 3:** atende acima de 200 mil habitantes.

Como também é classificado de acordo com o perfil do usuário atendido:

- **CAPS Infantil:** atende a população até 17 anos de idade;
- **CAPS Adulto:** oferece atendimento aos portadores de transtornos mentais acima de 18 anos;

- **CAPS AD:** Atende a população que é usuária de álcool e outras drogas.

Essa instituição em João Câmara tem um atendimento voltado ao acolhimento escuta do paciente, percebendo a necessidade é realizado individualmente o atendimento psiquiátrico com cada paciente, diante de seus casos específicos e da observação e escuta, é realizado o tratamento com medicamentos direcionados a cada caso específico, quando preciso. O público alvo da unidade tem uma faixa etária a partir dos 12 anos de idade, usuários de álcool, drogas e transtorno mental grave e moderado.

Além do atendimento clínico psiquiátrico existem atividades lúdicas pedagógicas, atividades sociais (música, dança, esporte, jogos, artesanato, palestras, grupo terapêutico, atividade física, entre outras) e também trabalha com a reabilitação psicossocial associada e alinhada a outros serviços disponíveis na sede, como a Estratégia de Saúde da Família/ESF onde são disponibilizados atendimento clínico geral, dentista, técnicos de enfermagem, enfermeiro e agentes de saúde. Os profissionais multifuncionais no CAPS são: psicólogo, psiquiatra, enfermeiro, terapeuta ocupacional, nutricionista, assistente social e professor de artes.

No ambiente o tratamento é direcionado através de medicamentos, quando prescritos, e terapias individualizadas e em grupo. Segundo a enfermeira os pacientes podem se dividir em suas ansiedades, compartilhar seus momentos de angústias e apoiar uns aos outros para superarem os transtornos.

De acordo com a terapeuta ocupacional o paciente é acolhido, onde tem momentos/espaço de aconchego e tranquilidade. São recebidos com cuidado, atenção e realização.

É salutar conscientizar-se o quanto é importante e necessário saber escutar, saber ouvir o outro, aprender a escutar é compreender o indivíduo diante de sua realidade, pois por meio da escuta é que aprendemos a falar com forma colaborativa de saber direcionar e oferecer suporte psicossocial ao indivíduo. Freire (2015, p. 111) afirma: “aprendemos a escuta, mas é escutando que aprendemos a falar come eles. Somente quem escuta paciente e criticamente o outro, fala com ele. Mesmo que em curtas condições precise falar a ele”.

É necessário compreender e entender o outro diante de suas dificuldades psicossociais, exercendo a tarefa centralizadora o educador progressista para apoiar e permitir condições ao indivíduo de refletir e vencer suas dificuldades na compreensão do êxito de avanço, revendo suas atitudes comportamentos e psicologias onde possibilite reconstruir sua forma de ser, agir e pensar.

A pesquisa foi fundamentada nos livros de Paulo Freire, a saber: Pedagogia da Autonomia (1996) e Pedagogia do Oprimido (1981). Trata-se de uma Fotorreportagem que para a coleta de dados foram realizadas entrevistas com agendamento prévio, observação dos pacientes assistidos e como se dá o processo de atuação da equipe multifuncional.

O registro se deu através do diário de campo e câmara fotográfica. Sobre o "Círculo de Cultura" vivenciado em foco, foram observadas as etapas adotadas pelos profissionais inseridos atualmente no CAPS, como o acolhimento, escuta, tematização, problematização, fechamento avaliação das ações observadas enfatizaram a competência do gerenciamento, comprometimento, envolvimento e negociação da oferta de cuidados direcionados a assistência à saúde psicossocial dos pacientes focado no protagonismo do usuário, onde os profissionais inseridos nesse contexto devem promover a reinserção do indivíduo através do atendimento multidisciplinar, atuando conforme a realidade vivenciando o seu território de atuação.

Dessa forma, viabilizando um aprofundamento nas questões geradas pelo diagnóstico situacional da realidade ao grupo com quem se trabalha, promovendo assim, melhor envolvimento dos sujeitos com a problemática, para se trabalhar coletivamente, promovendo uma melhor dinâmica de métodos norteadores direcionados ao conhecimento vocabular, dinâmica de acolhimento, tematização como fonte geradora, a problematização (desconstruir) e a avaliação coletiva e individual, onde seja possível ocorrer uma reflexão crítica para reconstrução.

O Círculo de Cultura de Paulo Freire (ano) proporciona a reflexão de um espaço de problematização que propõe aos envolvidos a oportunidade de expor suas ideias, o diálogo experiências e práticas, assim como possibilita a reflexão crítica de ocasiões e a construção coletiva do conhecimento coletivo, pensamento de Freire (ano) enquanto experiências de Círculo de Cultura, foca na *práxis*, trabalho, necessidade de diálogo, totalidade e transformação social.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA CONCEITUAL

Relações existentes na atuação dos profissionais do CAPS e o pensamento de Paulo Freire

Compreender-se por competência e articulação mediadora, entre o saber fazer e saber ser, corresponde respectivamente ao entendimento e incorporar nos modos de cuidados dos conhecimentos teóricos e empíricos que, por sua vez, diz respeito à atitude de execução das diversas habilidades condizentes com as situações que surgem no cotidiano educacional.

Qualquer atuação, independente de ser escolar ou não, que busca fugir da opressão Freire (1981, p. 37):

> A Pedagogia do Oprimido que, no fundo, é a pedagogia dos homens empenhando-se na luta por sua libertação, tem suas raízes aí. E tem que ter, nos próprios oprimidos que se saibam ou comecem criticamente a saber-se oprimidos, um dos seus sujeitos. Nenhuma pedagogia realmente libertadora pode ficar distante dos oprimidos, quer dizer, pode fazer deles seres desditados, objetos de um “tratamento” humanitarista, para tentar, através de exemplos retirados de entre os opressores, modelos para a sua "promoção”. Os oprimidos hão de ser o exemplo para si mesmos, na luta por sua redenção. A pedagogia do oprimido, que busca a restauração da intersubjetividade, se apresenta como pedagogia do Homem. Somente ela, que se anima de generosidade autêntica, humanista e não “humanitarista”, pode alcançar este objetivo. Pelo contrário, a pedagogia que, partindo dos interesses egoístas dos opressores, egoísmo camuflado de falsa generosidade, faz dos oprimidos objetos de seu humanitarismo, mantém e encarna a própria opressão. É instrumento de desumanização.

Por isso, percebe-se a importância necessária de articular conhecimentos, habilidades e desenvolvimento adequado multidisciplinar com respaldo de ação efetiva em saúde mental. Nesse sentido, a atenção direcionada a saúde mental representa um cenário de estratégias de incorporação nos modos de cuidado individual e coletivo como estratégia prioritária do CAPS. É importante refletir a possibilidade dos profissionais inseridos no contexto uma melhor aproximação da comunidade, possibilitando a formação de vínculo entre os indivíduos assistidos, os profissionais e, consequentemente, gera-se o conhecimento prioritário das principais necessidades em saúde mental no local descrito.

É notória a necessidade de ultrapassar barreiras, começando desde a disposição do profissional, rompendo barreiras de estereótipos que são construídos dentro da comunidade local.

Dessa forma, analisa-se a relevância de se incluir em uma perspectiva real dos sujeitos, ferramentas problematizadoras que estimulem um olhar capaz de refletir mobilizar elementos existentes na realidade vivenciada da atuação do profissional para que ações inovadoras e promocionais sejam efetivas nessa prática, seguindo um modo de comprometimento de contribuição para o atendimento reflexivo e responsável imprescindíveis ao atendimento psicossocial de cada indivíduo inserido nesse contexto, de acordo com cada realidade de vivência dos mesmos. Portanto, é também importante abordar a importância da assistência e continuidade eficiente a pessoa com transtorno mental.

É necessário que exista uma *práxis* matricial a qual permita que equipes multiprofissionais conjuntamente participem do processo de criação em uma proposta de intervenção pedagógica- terapêutica.

Segundo Campos e Domitti (2007, p. 400) apoio matricial e equipes de referência são arranjos organizacionais, bem como uma metodologia para gestão do trabalho em saúde. O significado matricial é uma maneira nova de produção assistida na saúde onde duas ou mais equipes conjuntamente participam do processo de criação em proposta de intervenção pedagógica terapêutica. No que se refere à relação do ser humano com a sociedade Freire (1996, p. 31) argumenta:

> Gosto de ser gente porque, como tal, percebo afinal que a construção de minha presença no mundo, que não se faz no isolamento, isenta da influência das forças sociais, que não se compreende fora da tensão entre o que herdo geneticamente e o que herdo social, cultural e historicamente, tem muito a ver comigo mesmo. Seria irônico se minha consciência de minha presença no mundo não implicasse já o reconhecimento da impossibilidade de minha ausência na construção da própria presença. Não posso me perceber como uma presença no mundo mas ao mesmo tempo, explica-la como resultado de operações absolutamente alheias a mim. Neste caso o que faço é renunciar à responsabilidade ética, histórica, política e social que a promoção do suporte a mundo nos coloca. Renuncio a participar a cumprir a vocação ontológica de intervir no mundo.

Diante das situações singulares de cada paciente há uma certeza: a necessidade de inclusão, a conscientização de seres históricos e inacabados que possuem capacidade e oportunidade de mudar a situação existente que os

incomodam, uma vez incluídos na sociedade poderão viabilizar melhores condições de vida e também acesso a serviços públicos básicos. A equipe do CAPS com esse objetivo trabalha atividades cujas funções são desenvolver a autonomia, compreendendo a necessidade de conscientização da situação atual, para lutar e buscar mudar essa realidade.

Freire (1981, p. 40) defendia que “aí se encontram as raízes da educação mesma, como manifestação exclusivamente humana. Isto é, na inconclusão dos homens e do devenir da realidade”. Para isso, a equipe utiliza diversas atividades, inclusive há uma preocupação com o grande número de pacientes não alfabetizados, aumentando os fatores de serem excluídos da sociedade, uma vez que no campo educacional é fator de exclusão de camadas populares, evidenciando assim, dois motivos para esse feito: um pelo fato de ser pertencente à camada social popular e outro pelo estado de saúde vivenciado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de registro fotográfico para fins da educação do olhar diante das contradições sociais, teve como objetivo identificar as relações existentes entre o atendimento dos pacientes no CAPS João Câmara e o pensamento de Paulo Freire (1996). Evidenciou que há relações diretas principalmente no tocante ao respeito, à autonomia e à dignidade de cada indivíduo que devem ser inseridos na sociedade e, consequentemente, serem autores da sua própria história.

Além de revelar a importância do trabalho da instituição em pesquisa, pois mesmo os profissionais não tendo a finalidade de trabalhar inspirados nos pensamentos de Paulo Freire (1996) há relações com o pensamento desse autor no processo de conscientização de pacientes do CAPS, uma vez que permite o desenvolvimento crítico e autônomo desses sujeitos, capazes de buscar direitos sociais negados devido à situação de vulnerabilidade.

O trabalhou contribuiu de forma bastante significativa pois permitiu demonstrar a relevância do trabalho da instituição, além de refletir sobre as dificuldades encontradas durante o trabalho desses profissionais. Além disso, permitiu-se aos profissionais a expressão de suas percepções sobre as ações

realizadas no CAPS, sobretudo, com enfoque nas realidades vivenciadas por esses seres humanos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n° 10.2016, de 06 de abril de 2001. **Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.** 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm Acesso em: 30 jun. 2018.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa; DOMITTI, Ana Carla. Apoio matricial e equipe de referência: uma metodologia para gestão do trabalho interdisciplinar em saúde. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.23, n. 2, p.399-407, fev. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/csp/v23n2/16.pdf Acesso em: 02 jul. 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. 37. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1981.

Capítulo 21

A ARTE NA FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL: ENTRE O FORMAL E O INFORMAL

Alanderson Maxson Ferreira do Nascimento[55]
Francilene Cosme da Silva Rebouças[56]
Francinaide de Lima Silva Nascimento[57]

Fonte: Pedro Vitor Gonçalves da Silva

RESUMO

O capítulo apresenta uma reflexão acerca da Educação Profissional a partir da música enquanto linguagem artística necessária à Formação Humana Integral dos indivíduos na sociedade contemporânea. Para tanto, delimita-se as categorias

[55] Bacharel e Licenciado em Música. Professor de Arte/Música do IF-Sertão-PE. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. E-mail: alanderson.nascimento@ifsertao-pe.edu.br.
[56] Graduada em Pedagogia. Especialista em psicopedagogia. Especialista em Ensino de Ciências Naturais na Educação Básica. E-mail: francilenecosme@yahoo.com.br.
[57] Doutora em Educação. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. E-mail: francinaide.silva@ifrn.edu.br.

educação e trabalho, compreendidas enquanto dimensões ontológicas e sociológicas. A metodologia do estudo compreendeu o uso de fonte fotográfica e revisão bibliográfica para expressar conceitos que dialogam com o campo da educação profissional integradora. Ancora-se nos pressupostos teóricos de Antunes (2000), Braverman (1977), Friedman (1988), Gamboa (2001), Harvey (1993; 2011; 2008), Moura *et al.* (2012), Saviani (2003), Spinelli e Lira (2007), dentre outros. Assinala-se a necessária presença da arte, especificamente, da música na formação humana integral propiciada pela escola e sociedade às classes trabalhadoras.

Palavras-chave: Arte. Formação humana integral. Educação Profissional.

INTRODUÇÃO

O texto apresenta uma reflexão acerca da Educação Profissional a partir da música enquanto linguagem artística necessária à Formação Humana Integral dos indivíduos na sociedade contemporânea. Para tanto, delimita-se as categorias educação e trabalho, compreendidas enquanto dimensões ontológicas e sociológicas.

No tocante aos aspectos teóricos, ancora-se nos pressupostos de Antunes (2000), Braverman (1977), Friedman (1988), Gamboa (2001), Harvey (1993; 2011; 2008), Moura *et al.* (2012), Saviani (2003), Spinelli e Lira (2007), dentre outros.

Em relação aos aspectos metodológicos, compreendeu o uso de fonte fotográfica e revisão bibliográfica para expressar conceitos que dialogam com o campo da educação profissional integradora. Parte de um registro fotográfico realizado em um Shopping da cidade de Natal-RN, no ano de 2019, e de sua análise. A finalidade era captar indivíduos em situação de trabalho e relacioná-los aos aspectos de educação e sociedade ensejados.

Neste sentido, sobre a fotografia registra-se que ela apresenta um músico, precisamente um pianista em atividade laboral. Sabe-se que o referido Shopping contrata profissionais do naipe em questão para a execução de peças musicais em dias da semana e horários preestabelecidos. A imagem realça um profissional que faz apresentações no pátio central do estabelecimento comercial destinado aos transeuntes, usuários, consumidores das lojas ou, simplesmente, aos apreciadores da linguagem artística expressa por meio da música.

O fato é que este profissional cedeu seu espaço no instrumento para uma

mulher artista, provavelmente transeunte[58]. No momento do registro o pianista está em pé, com a cabeça levemente baixa, em postura relaxada sobre o piano, certamente apreciando a apresentação. A musicista, por sua vez, está sentada no banco do piano, com a cabeça levemente baixa concentrada, em postura de execução de uma peça musical pianística, tocando provavelmente de memória, haja vista que as partituras a sua frente fazem parte do repertório apresentado pelo pianista. Ela usa trajes que a enquadram enquanto pertencente à uma elite intelectual e econômica da sociedade natalense. Infere-se, também, que o ar despreocupado demonstrado pelo músico deve-se ao fato de, certamente, conhecer a pianista, além de saber que ela tem conhecimento técnico suficiente, uma vez que exprime uma estética própria de profissionais.

Outro aspecto a ser assinalado é que dos quatro expectadores, três estão fazendo uso de seus aparelhos celulares e, claramente, somente um está em atenção direta à apresentação no momento da captura. Obviamente que há outros usuários do estabelecimento em atenção total à apresentação e na apreciação da arte musical.

Desse modo, parte-se do pressuposto que a música, enquanto linguagem artística, é uma expressão da cultura humana e enseja importantes reflexões quanto à educação e à sociedade, também pelo viés das relações de trabalho vigentes.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA CONCEITUAL

A música e a mediação artística da formação humana integral

Um dos temas caros à Educação Profissional é a concepção de politecnia. Moura *et a.l* (2012), fundamentado nos pressupostos marxistas, sobre a educação politécnica mostra que ela é concebida enquanto desenvolvimento integral do indivíduo. Para Karl Marx a educação da classe trabalhadora deveria se fundamentar na educação mental ou intelectual, da educação para o trabalho do corpo e a instrução tecnológica para que este indivíduo compreendesse os processos da produção e do manejo dos instrumentos da prática de seu ofício.

[58] Na linguagem coloquial dos profissionais da música este tipo de atividade denomina-se “canja”.

Desse modo, nota-se no ideário marxiano a indissociabilidade entre a educação do corpo, a intelectual e a tecnológica. Mas, sobretudo, a percepção consciente do indivíduo acerca do processo em que está envolvido.

Neste âmbito apresenta-se a reflexão sobre a arte enquanto uma das linguagens a ser apreendida, ou desenvolvida, pelo indivíduo para sua plena educação. Contudo, faz-se necessário ponderar sobre a educação e o trabalho na sociedade capitalista vigente. É válido ressaltar que uma vertente do capitalismo prega a divisão do trabalho e, desse modo, "poucas pessoas para quem se reservam instrução e conhecimento são isentas tanto quanto possível da obrigação de simples trabalho" (BRAVERMAN, 1977, p. 80). Nos dias atuais ainda encontramos pessoas para quem o conhecimento priva o simples e o tempo é tido como algo valioso. Por outro lado, encontramos também aqueles para quem o tempo pouco importa. Como este pensamento de divisão da classe operária a partir do conhecimento ou da falta dele contribui para o desenvolvimento da sociedade? Enfocando o tema da arte, de que forma acessar a esta linguagem transforma o indivíduo e suas relações sociais, aí incluídas as de educação e trabalho?

Acredita-se que o mérito pela busca do conhecimento não deve diminuir a importância daqueles que contribuem para a construção da sociedade a partir da atividade laboral mais elementar. Assim, não se pode observar este pensamento de divisão de trabalho apenas pela ótica da meritocracia, ou seja, determinado trabalhador contribui mais porque estudou mais, enquanto outro tem sua parcela menor de contribuição porque obteve um conhecimento inferior. A lógica da hierarquização não deveria ser aplicada. Em termos mais claros, usando como exemplo o espaço de uma indústria, não se pode dizer que um funcionário do galpão da linha de produção é menos importante que o que está na sala, observando ou fiscalizando. Por isso, pode-se refletir que esta prática de divisão do trabalho tanto contribui para o desenvolvimento social quanto para o monopólio do capital. Na indústria a referência é o capital econômico, obviamente.

Pierre Bourdieu (apud SILVA, 1995) traz a reflexão acerca do capital cultural o qual é acumulado a partir da imersão com uma diversidade de produtos advindos da produção humana. Nesse ponto, relaciona-se a educação enquanto produção cultural, da qual faz parte também a arte e, mais especificamente, a música.

Para voltar-se à análise da fotografia em questão, assinala-se o aspecto da

mediação entre o músico profissional e a musicista transeunte. Na educação, este conceito é compreendido na dimensão simbólica cognitiva (Lev Vygotsky), como também na metodológica (Paulo Freire). Compreende-se que o acesso à música e as demais expressões da arte são exemplos claros do alcance deste capital cultural. E, ainda, que nem todos os indivíduos chegam a este na sociedade vigente.

Fato notório é que se ressalta o papel do outro e/ou sua participação na mediação da aprendizagem. Isto postula ao docente, ou ao sujeito mais experiente, um caráter de mediador. Todavia, voltando-se à influência dos princípios econômicos à educação, ressalta-se que em alguns momentos da história, ao docente coube também o papel de gerente, conforme Braverman (1977, p.61) a emergência desta função se deve “pelo próprio exercício do trabalho cooperativo”.

Ao refletir sobre as questões inerentes à prática docente na educação básica, observa-se que em alguns casos os professores necessitam realizar suas atividades em mais de uma unidade escolar. Para o rendimento profissional, esta necessidade é imposta por um sistema que gerencia a educação com pensamentos de classe operária – muito mais do que como contribuinte da formação humana – enfraquece sua proximidade com aqueles aos quais o docente deveria estar mais próximo, o aluno.

Esta proximidade do professor com o aluno, com a escola e com o ambiente social em que ela está inserida, propiciaria ao professor uma maior contribuição, sentir-se parte da escola e não apenas o sentimento de que estar na condição de operário, o qual deve cumprir determinada carga horária de trabalho e que isto é soberano a qualquer outra necessidade educacional. Esta é uma realidade enfrentada por muitos profissionais. Dentre estes podemos citar a figura do professor de Artes (e de música, por conseguinte) que pelo fato desta disciplina ter uma carga horária menor dentro do currículo da educação básica, acaba por transitar em várias escolas para cumprir sua carga horária. Desse modo, este profissional fica incapacitado de, por exemplo, realizar um projeto artístico com alunos de uma única escola. Observamos esta realidade também na categoria dos músicos que realizam trabalhos artísticos práticos (como o caso do pianista da fotografia). É comum que o músico realize uma apresentação em local e no mesmo turno realize uma ou mais apresentações em outros ambientes. Esta necessidade se dá pelo fato da desvalorização do trabalho da categoria.

Segundo Saviani (2003) o trabalho constitui a realidade humana e a formação do homem está centrada nesta realidade. Desse modo, a relação entre a politecnia e a formação escolar é estreita e deve-se à condição ontológica e sociológica do trabalho e da educação, propriamente.

A escola sempre se relacionou com as necessidades da sociedade. Houve momentos em que a mesma se restringia a uma pequena parcela da humanidade, pois acreditava-se que as habilidades desenvolvidas na mesma eram privilégios para poucos. À medida que as necessidades capitalistas vão requerendo uma mão de obra mais qualificada, de um operário que não apenas executasse uma tarefa repetitiva (como em Frederick Taylor) foi se concretizando a necessidade de espaços que formassem "o novo homem". Assim, à medida que o processo escolar se desenvolve, emerge a exigência de explicitar os mecanismos que caracterizam os processos de trabalho. No tocante à formação no ambiente escolar, a politecnia necessita propiciar ao indivíduo um desenvolvimento multilateral, que abarque as práticas produtivas e os princípios que estão na base da organização da produção moderna.

Spinelli e Lira (2007) asseveram que qualquer mudança no terreno do capital financeiro deve vir de baixo, das classes menos favorecidas. Eles creditam às classes trabalhadoras a influência no controle do capital rentista, tendo em vista que esta mesma classe constitui a grande parcela dos endividados pela grande máquina da taxa de juros bancários. Esta mesma classe é espoliada de direitos básicos, dentre os quais a educação.

A sociedade civil é o espaço onde se enraízam e brotam as práticas mais relevantes para a formação da vida política e de onde emergem os projetos de conservação e transformação social. Por isso, é evidente a luta pela hegemonia de outras classes em detrimento desta (a classe empresarial, por exemplo). Esta sociedade é de tal maneira importante que Antonio Gramsci ampliou o seu conceito de Estado, passando a articulá-lo com as instituições da sociedade civil. Todavia, o próprio Gramsci alertou que o poderio desta classe pode ser enfraquecido através do corporativismo. Para ele "o proletariado só poderá desenvolver um rico espírito de sacrifício se for capaz de se libertar completamente de todo resíduo corporativo".

Retomando a reflexão sobre arte, trabalho e educação. Faz-se mister assinalar que grande parcela da sociedade contemporânea não tem acesso à arte

dita erudita. Isto se deve ao fato de as instituições de ensino básico terem problemas na garantia de acesso aos ensinamentos, pelos mais diversos fatores, os quais não faremos menção neste texto. Mas também, a própria concepção de arte carece de ampliação, a fim de que haja a inserção da produção popular e sua identificação com as formas de expressão cultural humana.

Na fotografia em destaque, ratifica-se que, enquanto a execução da peça é entretenimento para uns, ao mesmo tempo é trabalho para o profissional retratado. Um trabalho que ganha relevância também para a formação de plateias.

Outro aspecto que necessita ser avaliado é a relação de gênero e geração ensejada. Durante muito tempo as mulheres da elite aprenderam a tocar piano em suas próprias residências, assim como aprendiam a leitura, a escrita, o tear, dentre outros ensinamentos. É válido ressaltar que este era compreendido como um aprendizado que se adequava às qualidades femininas; não era visto como uma profissão. Em vários romances literários as cenas de entretenimento feminino tocando piano são comuns, sobretudo, se tiverem por cenários os séculos XVIII e XIX, por exemplo. Com o passar do tempo e a inserção das mulheres na escola, o aprendizado de piano no ensino regular figurava como tarefa comum, realidade diferente do Ensino da Música na educação básica vigente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na contemporaneidade o instrumento piano é espaço destinado à elite, econômica e intelectual, pelo fato de ser pouco acessível do ponto de vista financeiro e, ao mesmo tempo, de aprendizado. Não é um instrumento popular. Pressupõe-se que, no caso em tela, a pianista teve uma formação domiciliar ou escolar. Enquanto o pianista, muito provavelmente, por estar em outra faixa geracional, necessitou frequentar instituição de Ensino Especializada em Música. Além disso, as grandes marcas deste instrumento são europeias; contudo, no caso em questão, trata-se de um modelo *Fritz Dobbert,* fabricado no Brasil. De todo modo, assinala-se a necessária presença da arte, especificamente, da música na formação humana integral propiciada pela escola e sociedade às classes trabalhadoras.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a e a negação do trabalho. São Paulo: BOITEMPO, 2000.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista:** a degradação do trabalho no século XX. 3. ed. Tradução Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e Liberdade.** Tradução Luciana Carli. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

GAMBOA, Sílvio Sánchez. A globalização e os desafios da Educação no limiar do novo século. *In:* LOMBARDI, José Claudinei. (Org.). **Globalização, Pós-modernidade e Educação**: história, filosofia e temas transversais. Campinas: Associados, 2001.

HARVEY, David. **A Condição Pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

HARVEY, David. **O Enigma do capital e as crises do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. O neoliberalismo em julgamento. *In:* _____. **O Neoliberalismo**: histórias e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

JAMESON, Fredric. **A cultura do dinheiro**: ensaios sobre a globalização. Tradução Maria Elisa Cevasco e Marcos César de Paula Soares. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MOURA, Dante; LIMA FILHO, Domingos; SILVA, Ribeiro. Politecnia e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. *In:* REUNIÃO ANUAL DA ANPEd, 35., Porto de Galinhas, 2012 **Anais** [...] Porto de Galinhas: ANPEd, 2012.

PAULINO, Robério. Desregulamentação, desindustrialização e reconcentração de renda na crise dos EUA. **Economia Política do Desenvolvimento**, v. 5, p. 77-106, 2014.

SAVIANI, Demerval. O choque teórico da politecnia. **Educação, Trabalho e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 131-152, 2003.

SILVA, Gilda Olinto do Valle. Capital Cultural, Classe e Gênero em Bordieu. **Informare**, v. 1, n.2, p.24-36, jul./dez.1995.

SPINELLI, J. A.; LYRA, P. R. Capitalismo de acumulação flexível e as categorias gramscianas. **Cronos**, Natal-RN, v. 8, n. 2, p. 567-587, jul./dez. 2007.

VITULLO, Gabriel E. Ascensão, auge e decadência do neoliberalismo na América Latina. **Cadernos PET**: artigos acadêmicos, v. 5, p. 31-48, 2011.

Capítulo 22

FOTOGRAFIA, PEÇA DE EXPRESSÃO DE SENTIDOS E OPÇÃO METODOLÓGICA CRÍTICA

Fabiano Ribeiro Dantas [59]
Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares[60]
José Moisés Nunes da Silva[61]

Fonte: Fabiano Ribeiro Dantas

RESUMO

A fotografia representa um fragmento do cotidiano de uma idosa, pensionista do nordeste brasileiro. O registro fotográfico foi realizado na Zona Norte de

[59] Graduado em Pedagogia. Aluno especial do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. E-mail: frdantas33@hotmail.com.

[60] Doutora em Educação. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. E-mail: andrezza.tavares@ifrn.edu.br.

[61] Doutor em Educação. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. E-mail: moises.silva@ifrn.edu.br.

Natal/RN, em 19 de maio de 2019. A senhora da foto tem 76 anos, vive em condições objetivas precárias e relatou com lamentação, aos autores da experiência foto-conceitual, sobre a interferência dos condicionantes da cultura machista, forte em sua geração, como aspecto limitador das possibilidades de seu desenvolvimento. O capítulo tem por objetivo propiciar reflexões sobre o campo da fotografia como dispositivo de comunicação e da pedagogia crítica enquanto áreas de diálogo sobre os pressupostos da psicologia social. A metodologia utilizada foi a articulação da produção fotográfica com a revisão bibliográfica conceitual, valorizando a reflexão dinâmica, a perspectiva progressista, a identificação de indicadores de opressões e o valor das práxis de transformações sociais. Os resultados apontam que com a utilização da imagem fotográfica associada à reflexão conceitual sobre pedagogia progressista e crítica podemos desenvolver o olhar social sensível, o despertar da consciência crítica, a comunicação de responsabilidade social, a formação criativa e o gosto pela atividade transformadora.

Palavras-chave: Fotografia. Pedagogia progressista. Metodologia crítica.

INTRODUÇÃO

A sociedade hodierna é marcada pelo capitalismo constituído por uma aldeia global de integração, permitindo maiores mercados, com atitudes de liberalidade, de abertura e tolerância em vários níveis para a manutenção do sistema vigente, em busca cada vez mais do lucro, coisificando o homem, tratando-o em mercadoria, sempre na perspectiva do acúmulo, da exploração e da alienação do trabalhador. Dessa realidade perversa e violenta surgem as mazelas sociais, as contradições, os entraves, os conflitos, as desigualdades e as exclusões sociais se intensificam entre tantos outros males.

A educação fundamentada na ótica liberal tem como finalidade manter a ordem vigente de acordo com o contexto social da divisão das classes sociais, elaborada de acordo com os interesses dominantes. Os filhos da classe dominante se preparam para gerir, num futuro breve, a sociedade, enquanto os filhos dos trabalhadores têm acesso ao mínimo necessário para manter a reprodução desse sistema. A educação nessa perspectiva é um espaço para propagar ideais e interesses capitalistas atendendo assim, as necessidades do capital, gerando cada vez mais miséria e concentração de riqueza. (FRERES, 2019).

O atual contexto marcado pelo progresso tecnológico também é palco da exaltação da imagem, uma vez que as grandes preocupações do capital envolvem as aparências e a estética. Assim, a influência da imagem na sociedade atual é

marcante, sugestionando as reflexões e direcionando as interações na esteira mundo (HOPPE, 2010).

Na tentativa de contribuir para a escola transformadora, por meio de prática pedagógica política e de trabalho com práxis, o presente capítulo propõe a produção da fotografia através do smartphone como recurso metodológico para a produção de imagem que realcem os diversos temas na psicologia social. A opção por essa mediação pedagógica busca desenvolver o olhar para além da imagem, promovendo experiências geradoras de indignação e de solidariedade a partir da percepção de situações projetadas no cotidiano. (CANDAU, 1990).

A senhora da foto tem 76 anos, vive em condições objetivas precárias e relatou com lamentação, aos autores da experiência foto-conceitual, sobre a interferência dos condicionantes da cultura machista, forte em sua geração, como aspecto limitador das possibilidades de seu desenvolvimento. Como diz Mario Quintana “o fotógrafo tem a mesma missão do poeta: eternizar o momento”. Toda fotografia é um texto que se registra com imagem. É expressão da realidade que nos cerca.

A metodologia do trabalho compreendeu cinco etapas: 1) apropriação dos conceitos centrais presentes no livro clássico “A Ideologia Alemã”; 2) contemplação e debate sobre a música “Comida” do grupo musical Titãs; 3) oficina fotográfica através de smartphone; 4) produção autoral de registro fotográfico; 5) elaboração da síntese das aprendizagens adquiridas por meio da elaboração do presente capítulo.

O registro fotográfico foi realizado em Igapó, na Zona Norte de Natal/RN, na tarde nublada de 19 de maio de 2019, na residência da senhora com o codinome Maria Barbosa, e realça o cotidiano dessa senhora.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA CONCEITUAL

Fotografar é registrar a realidade, com luz e sombra. É documentar eternizando cenas dos signos e dos instrumentos da cultura. Ao fotografar se deve levar em consideração elementos técnicos como enquadramento de imagem, expressão estética, entre outros.

Fotografia é memória registrada pela imagem que exerce influência na realidade, como nos diz Hoppe:

> Desde o reconhecimento da primeira fotografia, em 1826, atribuída ao francês Joseph Nicéphore Niépce, nunca sentimos tanto, no meio social, a relevância e a influência da imagem. Basta ligar a televisão, acessar a internet ou os aparelhos celulares, e lá estão as imagens mergulhando dentro dos nossos olhos, formando conceitos, causando reflexões, e, principalmente alterando as nossas formas de interagir com o mundo. [...] Um novo big-bang, agora no comportamento humano, que mescla a imagem estática ou em movimento com o avanço das novas tecnologias. (HOPPE, 2010, p. 5).

Foto não é arte da câmera, mas da sensibilidade de quem a manipula, do seu olhar para a realidade, da cultura que possui e lhe capacita para escrever imageticamente a vida. É como diz Sebastião Salgado, "você não fotografa com sua máquina, você fotografa com toda sua cultura".

O que faz um fotógrafo é fruto de sua sensibilidade do olhar. A técnica aprendida lhes serve como ferramenta para ampliar as possibilidades da peça de comunicação. Desse modo, pode ser considerado fotógrafo quem tem um olhar que sabe garimpar o cotidiano. Nesse sentido, com aduz Jushen (2010, p. 28), "'Pensar' fotografia é muito mais difícil. Saber a importância da fotografia, analisar o ato fotográfico, o objeto fotografia, o equipamento, as novas tecnologias e o profissional fotógrafo acabam sendo bem mais complexos do que 'apenas' fotografar".

Na disposição dos elementos, no ângulo escolhido, na luz utilizada, pode provocar a memória. E quando os olhos se deparam com a imagem fotografada, o passado resplandece na memória despertando os sentimentos vividos e as esperanças do que virá, pois o passado sempre lança luz para o presente, projetando-nos para o futuro.

Mesmo numa foto artística, a imaginação lê toda a escrita e desperta sentimentos, estabelecendo inúmeras associações. A fotografia verdadeiramente promove a visão com os olhos da alma, de modo que no encontro entre imagem e imaginação, surge mais do que o registrar a ciência ótica ou a simples mecânica do olhar.

> A fotografia se tornou sedutora por sua capacidade de ser direta e por sua realidade aparente. O problema é, na sua essência, mais histórico e ideológico do que fotográfico ou foto-histórico, pois as fotografias nunca são simplesmente evidências. Elas são históricas em si mesmas e a complexidade dos contextos de percepção da realidade, enquanto

> manifestada na criação de imagens, cruza-se com a complexidade da natureza da fotografia em si, de várias formas. (EDWARD, 1996, p. 15).

O papel do fotógrafo é documentar. Esse papel depende da sensibilidade para expressar a realidade que está em nossa volta, da emoção, da razão, da abertura que se dá ao mundo e do desejo de resistência.

O registro fotográfico que anuncia esse capítulo, foi antecedido de uma entrevista com a senhora Maria Barbosa. Ela é viúva, diabética, enfrenta uma delicada situação econômico e financeira. Natural de Nova Cruz/RN, mãe de nove filhos, dos quais três já faleceram. Concluiu em sua juventude o curso Normal, que segundo ela "dava direito a lecionar no Primário". Porém, nunca trabalhou com carteira assinada. Há cerca de trinta anos reside em Natal/RN.

Destacou a influência da cultura machista de sua geração em que a função da mulher era geração de filhos e a administração do lar. Sem assumir papéis na vida social, nem está inserida no mundo do trabalho, acompanhou seu esposo que era militar aposentado e que faleceu num acidente de trânsito.

Suas grandes preocupações são uma filha que se encontra enferma, com uma doença degenerativa; um filho com laudo relacionado a distúrbios psicológicos; e seu neto que está com um quadro forte de depressão. Diante de tantas ansiedades, desilusões e dificuldades, Maria Barbosa apresenta um quadro de dependência química de cigarro. Tudo isso gera um quadro de dilaceração psíquica que promove desejo de abandono de vida.

De fato, constatamos que, na sociedade capitalista, a ênfase da educação ocorre na perspectiva tradicional – Pedagogia Liberal –, com a finalidade de manter e perpetuar o sistema vigente, a sociedade dividida em classes, com as benesses para a burguesia e todas as mazelas para a classe trabalhadora.

Acerca da Pedagogia Liberal, Libâneo (1992, p.2) assim se expressa:

> [...] A doutrina liberal apareceu como justificativa do sistema capitalista que, ao defender a predominância da liberdade e dos interesses individuais na sociedade, estabeleceu uma forma de organização social baseada na propriedade privada dos meios de produção, também denominada saciedade de classes. A pedagogia liberal, portanto, é uma manifestação própria desse tipo de sociedade. A educação brasileira, pelo menos nos últimos cinquenta anos, tem sido marcada pelas tendências liberais, nas suas formas ora conservadora, ora renovada. Evidentemente tais tendências se manifestam, concretamente, nas práticas escolares e no

> ideário pedagógico de muitos professores, ainda que estes não se deem conta dessa influência. A pedagogia liberal sustenta a ideia de que a escola tem por função preparar os indivíduos para o desempenho de papéis sociais, de acordo com as aptidões individuais.

Nessa prática docente, o professor trabalha na perspectiva da transmissão dos conhecimentos, enquanto o aluno absorve – é depositário – as informações. Os conteúdos das respectivas áreas de estudos são organizados em disciplinas isoladas. A metodologia privilegia aulas expositivas e exercícios de memorização. A avaliação envolve a capacidade de retenção da informação tal qual posta na narrativa do livro e do professor. Nesta ótica, a função social da escola é a reprodução das relações sociais.

No contraditório da perspectiva tradicional, o campo epistêmico da educação propõe a Pedagogia Progressista. Sobre esse referencial Libâneo (1992, p. 8-9) destaca:

> [...] o termo 'progressista', emprestado de Snyders é usado aqui para designar as tendências que, partindo de uma análise crítica das realidades sociais, sustentam implicitamente as finalidades sociopolíticas da educação. Evidentemente a pedagogia progressista, não tem como institucionalizar-se numa sociedade capitalista; daí ser ela um instrumento de luta dos professores ao lado de outras práticas sociais. A pedagogia progressista tem-se manifestado em três tendências: a libertadora, mais conhecida como pedagogia de Paulo Freire, a libertária, que reúne os defensores da autogestão pedagógica; a crítico-social dos conteúdos que, diferentemente das anteriores, acentua a primazia dos conteúdos no seu confronto com as realidades sociais. [...] A tendência da pedagogia crítico-social de conteúdos propõe uma síntese superadora das pedagogias tradicional e renovada, valorizando a ação pedagógica enquanto inserida na prática social concreta. Entende a escola como mediação entre o individual e o social, exercendo aí a articulação entre a transmissão dos conteúdos e a assimilação ativa por parte de um aluno concreto (inserido num contexto de relações sociais); dessa articulação resulta o saber criticamente reelaborado.

A pedagogia progressista propõe transformar a realidade. Nesse referencial, o professor é organizador que coordena, orienta, questiona, planeja, direciona, interfere, ensina, incentiva e estimula a resolução dos problemas. O aluno participa da construção coletiva do conhecimento. A ênfase metodológica centra-se no trabalho social, na pesquisa, no incentivo, na motivação, nos desafios e no desenvolvimento integral do aluno, desenvolvendo as dimensões da paixão, do afeto, do prazer e da sensibilidade nos processos de ensino e de aprendizagem. (REVISTA NOVA ESCOLA, 1994).

A Pedagogia Crítico-social dos conteúdos, ou como também é conhecida, a Pedagogia Histórico-crítica, dar ênfase na difusão dos conteúdos como tarefa primordial, relacionando aprendizagem e condicionantes sociais, na perspectiva das mudanças. Nessa Pedagogia, Libâneo (1992, p. 13) aduz:

> [...] A difusão de conteúdos é a tarefa primordial. Não conteúdos abstratos, mas vivos, concretos e, portanto, indissociáveis das realidades sociais. [...]. Se a escola é parte integrante do todo social, agir dentro dela é também agir no rumo da transformação da sociedade. Se o que define uma pedagogia crítica é a consciência de seus condicionantes histórico-sociais, a função da pedagogia dos conteúdos é dar um passo à frente no papel transformador da escola, mas a partir das condições existentes. Assim, a condição para que a escola sirva aos interesses populares é garantir a todos um bom ensino, isto é, a apropriação dos conteúdos escolares básicos que tenham ressonância na vida. Entendida nesse sentido, a educação é 'uma atividade mediadora no seio da prática social global', ou seja, uma das mediações pela qual o aluno, pela intervenção do professor e por sua própria participação ativa, passa de uma experiência inicialmente confusa e fragmentada (sincrética), a uma visão sintética, mais organizada e unificada.

Em síntese, a atuação da escola crítica consiste na preparação do aluno para a lucidez do mundo diante de suas contradições. O referencial fornece um instrumental por meio da aquisição de conteúdos e da socialização para uma participação organizada e ativa na democratização da sociedade.

As opções dos métodos se subordinam à essência dos conteúdos. O objetivo é privilegiar a aquisição do saber vinculado às realidades sociais e os métodos devem favorecer a correspondência desses conteúdos com os interesses dos alunos para a compreensão da realidade (prática social).

Isto é possível, porque os métodos da Pedagogia Crítico-social dos Conteúdos partem da relação direta com a experiência do aluno confrontada com o saber e com a prática vivida pelos alunos. É por meio dos conteúdos propostos pelos professores que se dará a ruptura em relação à experiência pouco elaborada e vulgar. Em síntese, a aula começa pela constatação da prática real dos estudantes, e o conduz, em um movimento dialético, preparando-os para a leitura de mundo, para uma participação ativa na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fotografia e o diálogo conceitual surgem do processo de criação e da experiência vivenciada pelo autor. O capítulo se desenvolveu a partir da elaboração do pensamento proveniente da inspiração no cotidiano, vivenciado por uma senhora humilde.

Inspiração é a capacidade do pesquisador, do profissional, e por que não dizer do artista, em criar inspiração. Inspira-nos a percepção dos valores, dos aspectos políticos, sociais, econômicos, afetivos, entre outros.

No processo de criação estão presentes às inquietações, os questionamentos, erros e acertos, dúvidas e certezas, entre tantos outros aspectos. A criação é um processo comunicativo que passa pelos conceitos que estão envolvidos e que conduz à reflexão, discussão e análise da realidade.

Com a fotografia, buscamos realçar indignação ao desvelar a opressão social por meio da percepção das contradições sociais como propõe a pedagogia crítica. Nessa opção pedagógica, as aprendizagens são direcionadas para a transformação da realidade por meio da utopia do mundo mais fraterno e solidário.

A experiência fotográfica e conceitual partindo do olhar sensível para a realidade foi uma metodologia integradora que enriqueceu as experiências pedagógicas através do pensamento relacional entre os conhecimentos teóricos com a prática da realidade.

REFERÊNCIAS

CANDAU, Vera Maria. **Rumo a uma nova didática**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

EDWARDS, Elisabeth. Antropologia e fotografia. **Cadernos de antropologia e imagem,** Rio de Janeiro, v. 2, p. 11-28, 1996.

FRERES, Helena de Araújo; RABELO, Jackline; MENDES, Maria das Dores. **O papel da educação na sociedade capitalista**: uma análise onto-histórica. 2019. Disponível em: http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/932.pdf. Acesso em: 27 jun. 2019.

HOPPE, Altair. O Narciso invertido. **Foto Grafia**, Santa Catarina, n. 3, p. 05, ago. 2010.

JUSHEN, Marcelo. Aprender a ensinar versus ensinar a aprender. **Foto Grafia**, Santa Catarina, n. 2, p. 28, abr. 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. Tendências pedagógicas na prática escolar. In: LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da Escola Pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1992. Disponível em: https://praxistecnologica.files.wordpress.com/2014/08/tendencias_pedagogicas_libaneo.pdf. Acesso em: 27 jun. 2019

REVISTA NOVA ESCOLA. Editora Abril, n. 81, ano IX, dez. 1994, p. 44-46.

Posfácio

DA “PROFISSÃO” À “DIMENSÃO DA POESIA”

Mas ele desconhecia
Esse fato extraordinário:
Que o operário faz a coisa
E a coisa faz o operário.
De forma que, certo dia
À mesa, ao cortar o pão
O operário foi tomado
De uma súbita emoção
Ao constatar assombrado
Que tudo naquela mesa
- Garrafa, prato, facão -
Era ele quem os fazia
Ele, um humilde operário,
Um operário em construção.
Olhou em torno: gamela
Banco, enxerga, caldeirão
Vidro, parede, janela
Casa, cidade, nação!
Tudo, tudo o que existia
Era ele quem o fazia
Ele, um humilde operário
Um operário que sabia
Exercer a profissão.

Foi dentro da compreensão
Desse instante solitário
Que, tal sua construção
Cresceu também o operário.
Cresceu em alto e profundo
Em largo e no coração
E como tudo que cresce
Ele não cresceu em vão
Pois além do que sabia
- Exercer a profissão -
O operário adquiriu
Uma nova dimensão:
A dimensão da poesia.
[Vinícius de Moraes - O operário em construção]

Os vinte e dois capítulos que compõem este *Educação Profissional e contradições sociais: pontos e contrapontos* nos proporcionam um passeio agradável e, ao mesmo tempo, instigante e revelador por temáticas que expressam alguns dos mais relevantes problemas dos povos na contemporaneidade.

Precarização e condições do trabalho no capitalismo neoliberal contemporâneo, direitos sociais, desigualdades de gênero, contradições capital-trabalho na periferia do sistema, educação politécnica, experiências em educação para a emancipação e o lugar da arte, da prática corporal, da cultura e da política no desenvolvimento humano integral são temas aqui abordados criativamente a partir de fotografias. As imagens são ponto de partida para ensaios teóricos que, como eixo unificador, encontram a adoção do método dialético para sua elaboração e desenvolvimento.

A imagem do "operário em construção", de Vinícius de Moraes, me surgiu após as discussões, provocações e sugestões feitas pelos autores e autoras dos capítulos ressoarem por algum tempo em mim. O operário em construção de Vinícius, que passa a ler o mundo, perceber que "tudo naquela mesa era ele quem fazia" e, além da profissão, adquire a "dimensão da poesia" funciona como uma alegoria da consciência que se desloca, se transforma e unifica a produção da vida à fruição, à estética, à leitura crítica do mundo e à ação para a transformação das contradições.

E, afinal, é disso que trata o presente livro: de toda a potência transformadora que carrega a compreensão do mundo por aqueles e aquelas que tudo produzem e nada, ou quase nada, dele usufruem. A noção do trabalho como princípio educativo, a partir de Marx, fundamenta essa perspectiva nos indicando que a formação integral, em sentido omnilateral, é o caminho necessário para a superação da educação dual a serviço da reprodução das desigualdades sociais e das relações de exploração. A dialética, fundamento metodológico unificador dos capítulos, se expressa nos olhares atentos às contradições que compõem a realidade social, nas formulações que buscam articular os fenômenos analisados a partir da categoria da totalidade e, ainda, na valorização da dimensão histórica dos processos sociais.

Produção de conhecimento crítico. Dialética. Contradição, totalidade e historicidade. Transformação social, educação omnilateral e politecnia. Arte e estética. Filosofia e práxis. Do ponto de vista conceitual, é por aí que *Educação Profissional e contradições sociais: pontos e contrapontos* caminha, articulando, ao longo de seus capítulos, a descrição de fenômenos particulares e locais à capacidade analítica e interpretativa de seus autores e autoras. Aos leitores e leitoras que, depois dos vinte e dois capítulos, chegam a este posfácio, creio que o fundamental seja ressaltar a potência da obra, a partir da constatação - óbvia, porém

necessária - de que os assuntos sobre os quais se propõe a pensar seguem ocupando central relevância na sociedade brasileira e no mundo contemporâneo.

Nesse sentido, o presente livro encontra relevância, além das já citadas contribuições específicas desenvolvidas em cada capítulo, também naquilo que semeia: na potência de que os debates aqui contidos ecoem, tomem as praças, as escolas, as ruas, as universidades, os becos, vielas, locais de moradia, locais de trabalho e tantos outros sob a forma de discussões, reflexões, ações e práticas educativas, outras e novas obras escritas, enfim, do pensar coletivo e da elaboração crítica tão caros à construção da nação brasileira. E é precisamente a partir desse apontamento - que se revela, mais do que isso, uma inspiração e um desejo -, que dedico algumas linhas deste posfácio ao apontamento e síntese de algumas das contribuições desenvolvidas ao longo do livro e que, de meu ponto de vista, constituem parte dessa sua potência a ser semeada e ecoada.

Sobre a discussão acerca do *trabalho*, destaco a abordagem ampla e conceitualmente fundamentada que o concebe como eixo fundante da ontologia do ser social. Seguindo larga trajetória da formulação histórico-crítica na educação, o livro mobiliza a noção de trabalho como categoria fundante da humanidade para analisar experiências em educação profissional calcadas na noção de omnilateralidade e formação integral e sua contribuição para a concretização do princípio educativo do trabalho.

Nessa mesma esteira, aparecem os conceitos de *alienação/trabalho alienado*, manejados de maneira arguta para fundamentar a reflexão sobre as formas concretas assumidas pelo trabalho nas sociedades de classes e, especificamente, diante de modelos de reprodutibilidade neoliberal do capitalismo na periferia do sistema. As reflexões sobre a *precarização do trabalho*, *informalidade*, *contradições capital/trabalho*, especificidades do trabalho no Brasil, relações de superexploração, entre outras, merecem atenção. Cabe, ainda, jogar luz sobre a discussão acerca das *relações desiguais de gênero* e sua expressão no *trabalho doméstico* no Brasil contemporâneo, tema relevante e indispensável para a compreensão crítica das condições de vida das mulheres trabalhadoras do país.

Quanto ao debate sobre o *Estado*, o livro nos permite um mergulho - que se mostra cada vez mais necessário - para conhecimento da estrutura do Estado brasileiro, seus fundamentos constitucionais, a compreensão dos direitos sociais

como garantias da Carta Magna e o entendimento das políticas sociais de educação, trabalho, saúde, lazer e outras como forma de efetivação desses direitos.

Mas, ao mesmo tempo, os capítulos também nos conduzem a uma relevante discussão sobre a *teoria do Estado*, mobilizando construtos como a Teoria Ampliada do Estado de Gramsci para pensar e compreender a sociedade brasileira e as relações entre o Estado estrito senso (sociedade política) e a sociedade civil na formação do Estado ampliado brasileiro. A partir daí, as reflexões no conduzem a debates sobre a hegemonia, a coerção e consenso como formas de dominação e, ao mesmo tempo, sobre as possibilidades contra-hegemônicas colocadas na contemporaneidade.

Essa mesma fundamentação teórica se faz presente nos capítulos que discutem a *arte* e a *cultura*, aqui percebidas tanto em suas expressões estéticas como em espaços de mediação, elaboração e representação de visões sociais de mundo. O livro, aliás, nos conduz a uma percepção da arte como componente da formação humana integral não apenas nos capítulos dedicados especificamente a essa temática, mas também em sua própria concepção: o ponto de partida de todas as reflexões teóricas, como dissemos, são precisamente fotografias, concebidas aqui como formas de expressão artística e estética.

Para finalizar, destaco a dimensão da *política*, aqui amplamente concebida como atividade e *práxis* crítica/transformadora - e não como política necessariamente institucional ou institucionalizada -, que aparece nas reflexões acerca das experiências de lutas coletivas por direitos sociais, mobilizações da sociedade civil e, também, sob as perspectivas da educação unitária e formação humana integral. A política, aqui, é parte do processo de constituição do ser humano e de suas formas de estar no mundo como ser pensante, atuante e construtor de seu próprio futuro.

“E um fato novo se viu / Que a todos admirava: / O que o operário dizia / Outro operário escutava. / E foi assim que o operário / Do edifício em construção / Que sempre dizia sim / Começou a dizer não. / E aprendeu a notar coisas / A que não dava atenção”, diz o poema de Vinícius que abre este posfácio. Temos, aqui, uma obra que expressa precisamente a alegoria “do operário em construção”: da profissão à dimensão da poesia, delineia-se como relevante contribuição para uma educação crítica, transformadora, atenta à sociedade e aos problemas dos povos,

que incorpore as dimensões práticas, tecnológicas, sensíveis, corporais, estéticas e políticas na leitura do mundo e sua construção. Vida longa à educação pública brasileira.

Leila Salim Leal[62]

[62] Jornalista e Doutora em Comunicação e Cultura pela UFRJ. Professora do Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Decom/UFRN).

A **Faculdade Metropolina Norte Riograndense (FAMEN)** é credenciada pela **Portaria nº 665/MEC**, publicada no Diário Oficial da União em 22 de março de 2019. Entre as atividades vinculadas ao ensino superior, a Faculdade oferece serviços acadêmicos da **EDITORA FAMEN** que objetiva a difusão de conhecimento por meio de e-books, periódicos (revista científica e jornal eletrônico), anais de eventos e repositório institucional, sendo vinculada a Diretoria de Pesquisa da Faculdade.

A **EDITORA FAMEN** é especializada em publicar conhecimentos relacionados ao campo da educação e a áreas afins por meio de plataforma online. O endereço eletrônico para acessar as suas publicações e demais serviços acadêmicos é o www.editorafamen.com.br.

A **EDITORA FAMEN** realiza edição, difusão e distribuição de produções editoriais seguindo uma Política Editorial qualificada e baseada nas seguintes linhas: acadêmica, técnico-científica, produção didático-pedagógico, produção artístico-literária e cultura popular.

editora
FAMEN

O e-book tem for finalidade propiciar reflexões sobre o campo da educação profissional por meio de experiências acadêmicas que integram produção fotográfica com revisão bibliográfica do campo humanístico. A fotografia é utilizada como dispositivo de comunicação e a educação profissional crítica é sinalizada como pressuposto central para a fundamentação teórica dos capítulos.

O repertório de imagem fotográfica associado à reflexão conceitual sobre a categoria trabalho e educação busca desenvolver o olhar social sensível, o despertar da consciência crítica, a comunicação com responsabilidade social, o pensamento criativo e o gosto pela atividade acadêmica e docente comprometida com a transformação.

O e-book problematiza a educação profissional, a categoria trabalho, a psicologia social, a pedagogia crítica, os indicadores de opressão econômico-social e o valor da filosofia da práxis.

Palavras-Chave: Educação Profissional. Produções Fotográficas. Psicologia Social. Pedagogia Crítica.

editora FAMEN